

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**A EDUCAÇÃO ECOSSOCIALISTA DO NOVO MOVIMENTO
GLOBAL POR JUSTIÇA CLIMÁTICA E SOCIAL**

CORNÉLIO RAIMUNDO MUCACHE

**PIRACICABA, SP
2021**

**A EDUCAÇÃO ECOSSOCIALISTA DO NOVO MOVIMENTO
GLOBAL POR JUSTIÇA CLIMÁTICA E SOCIAL**

CORNÉLIO RAIMUNDO MUCACHE

ORIENTADOR: PROF. DR. CESAR ROMERO AMARAL VIEIRA

**Tese apresentada à Banca Examinadora do
Programa de Pós-Graduação em Educação
da UNIMEP como exigência parcial para
obtenção do título de Doutor em Educação.**

**PIRACICABA, SP
(2021)**

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIMEP Bibliotecário:
Fábio Henrique dos Santos Corrêa – CRB: 8/10150

M942e Mucache, Cornélio Raimundo
A educação ecossocialista do novo movimento global por
justiça climática e social / Cornélio Raimundo Mucache. – 2020.
162 fls.; il.; 30 cm.

Orientador (a): Prof. Dr. Cesar Romero Amaral Vieira.
Tese (Doutorado) – Universidade Metodista de Piracicaba,
Programa de Pós-Graduação em Educação, Piracicaba, 2020.
1. Educação. 2. Ecossocialismo. 3. Movimento sociais.
4. Justiça climática. 5. Justiça social. I. Vieira, Cesar Romero Amaral.
II. Título.

CDD – 370.115

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. César Romero Amaral Vieira
(Orientador e Presidente) - UNIMEP**

Prof. Dr. Allan da Silva Coelho - USF

Prof. Dr. Danilo Rodrigues Pimenta – UNIMEP

Prof. Dr. Jamisse Uilson Taimo – UEM

Prof. Dr. Josué Adam Lazier - UNIMEP

**MANHAS DOS OPRIMIDOS – SÃO FORMAS DE RESISTÊNCIAS E SÃO COMO
IMUNIZAÇÕES PARA QUE A SEU CORPO CONTINUE VIVENDO!**

[...] A leitura atenta e crítica da maior ou menor intensidade e profundidade com que o conflito de classes vai sendo vivido nos indica as formas de resistência possíveis das classes populares, em certo momento. Sua maior ou menor mobilização que envolve sempre um certo grau de organização. A luta de classes não se verifica apenas quando as classes trabalhadoras, mobilizando-se, com suas lideranças, em defesa de seus interesses, mas sobretudo, com vistas à superação do sistema capitalista. A luta de classe existe também, latente, às vezes escondida, oculta, expressando-se em diferentes formas de resistência ao poder das classes dominantes. Formas de resistência que venho chamando “manhas” dos oprimidos, no fundo, “imunizações”, que as classes populares vão criando em seu corpo, em sua linguagem, em sua cultura [...].

(FREIRE, 2015, p.56-57)

[...] A pobreza não é um fenômeno inscrito na natureza das coisas, mas sim um produto de processos sociais precisos de despossessão da (terra, dos instrumentos de trabalho, de capital cultural, enfim, dos meios que permitam a reprodução das condições de existência), disciplinamento (dos corpos e mentalidades) e exploração (da força de trabalho) para a produção de bens e riquezas que são apropriados para outrem. Esse esquema, a grosso modo, é um dos motores centrais da produção da desigualdade social e, conseqüentemente, da pobreza, seu efeito mais visível [...].

(ACSERLALD; MELLO; BEZERRA, 2009, p.76-77)

AGRADECIMENTOS

À Universidade Metodista de Piracicaba-SP, especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Educação, pela oportunidade e a hospitalidade acadêmica. A todos os professores vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Educação, sobretudo aqueles que contribuíram direta e ativamente para minha formação e crescimento intelectual.

Aos professores: Allan Coelho, Jamisse Taimo, Danilo Pimenta e Josué Adam que gentilmente aceitaram o convite para compor a Banca de Qualificação a Banca de Defesa e que muito, contribuíram para construção desta pesquisa, muito obrigado.

Aos amigos do Conclave desde mestrado, Rafael de Paula Cardoso e Fernanda Malafatti, pela camaradagem de sempre. Ao amigo Rafael de Paula Cardoso, estimável anfitrião Piracicabano que esteve sempre disponível, parceria nos estudos, carona e hospedagem em sua casa, agradeço pela contribuição, pelo incentivo e pela solidariedade e hospitalidade.

À dona Maria Luísa (Mãe do Rafael) que me adotou como filho e aquela atenção de sempre que uma mãe tem para com seu filho, e às quartas feiras nunca faltou banquete e as aulas de gastronomia e receitas tradicionais que marcaram a história de sua família.

Agradeço especialmente aos orientadores que tive ao longo da pesquisa, desde o mestrado e nos primeiros dois anos de doutorado a cargo do Prof. Dr. Allan Da Silva Coelho, e em segunda fase desta pesquisa a cargo do Prof. Dr. César Romero, vai aqui meu muito obrigado. Vocês sempre estiveram ao meu lado durante todo processo de investigação e escrita, pela paciência, dedicação, pelo incentivo, apoio pessoal, por respeitar minha autonomia, por acreditar na validade dos problemas apresentados nesta pesquisa, pelas contribuições teóricas e pelo exemplo, minha eterna gratidão.

Agradeço à Maria Manuel, minha esposa, pela compreensão, cumplicidade e apoio moral em minha construção acadêmica.

Agradeço ao Emanuel Benjamin, meu filho, pelo carinho e cumplicidade.

Agradeço à Sociedade Agostiniana de Educação e Assistência – SAEA na pessoa dos Padres José Florêncio (Presidente da Sociedade) e Eduardo Flauzino Mendes

(Vice- Presidente e Diretor Geral dos Colégios da SAEA), pela hospitalidade e pela cessação da casa para que pudéssemos aconchegar-nos.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e a CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior pelo apoio financeiro, para que esta pesquisa tornasse hoje uma realidade.

A presente pesquisa foi realizada com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

RESUMO

A tese tem como objetivo central, compreender como o novo movimento global por justiça climática e social, como um movimento social educa. A partir do enfoque ético-político-filosófico de libertação, o estudo foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo como referenciais teórico-metodológicos, os pressupostos centrais do método analético, referência da filosofia de libertação. Nessa abordagem, a analética ou anadialética (ou para além da dialética), enquanto momento positivo da dialética, parte do outro enquanto livre, como um além do sistema da totalidade, que parte, então, de sua palavra, da revelação do outro e que confiado em sua palavra, atua, trabalha, serve e cria. A abordagem utilizada procurou dialogar com as contribuições educativas do novo movimento global climático e social, por meio de chaves de leituras que contribuíram para dar maior visibilidade à educação ecossocialista, como alternativa ao contexto atual de crise socioambiental, marcado por danos colaterais de desigualdades sociais e na multiplicação de vítimas climáticas. Na práxis do movimento global climático, que foi denominado como educação ecossocialista do novo movimento global por justiça climática e social, reverbera uma proposta para uma nova sociedade, envolvendo mudança do atual modelo civilizatório antropocêntrico, monocultural e patriarcal, de crescimento sem fim e de guerras sistemática contra os fatores que tornam possível a vida no planeta. Para este movimento, militar pelo clima não é um voluntarismo ingênuo, mas sim, uma reivindicação necessária pelas causas mais profundas da vida e da plausibilidade de pensar e construir outros mundos ecologicamente possíveis. Portanto, os avanços da tese foram a de revelar o papel da educação ecossocialista forjada no interior do novo movimento global por justiça climática e social, com intuito da construção de um novo projeto societal, ecologicamente sustentável.

Palavras-chave: Educação; Ecossocialismo; Movimento Sociais; Justiça Climática; Justiça Social.

ABSTRACT

The thesis aims to understand how the new global movement for climate and social justice, as a social movement, educates. From the ethical-political-philosophical focus of liberation, the study was carried out through a bibliographical and documental research, having as theoretical-methodological references, the central presuppositions of the analetic method, reference of the liberation philosophy. In this approach, analetics or anadialectics (or beyond dialectics), as a positive moment of dialectics, starts from the other as free, as one beyond the system of totality, which then starts from its word, from the revelation of the other and that trusted in his word, he acts, works, serves and creates. The approach used sought to dialogue with the educational contributions of the new global climate and social movement, through key readings that contributed to giving greater visibility to ecosocialist education, as an alternative to the current context of socio-environmental crisis, marked by collateral damage from social inequalities and in the multiplication of climate victims. In the praxis of the global climate movement, which was called ecosocialist education of the new global movement for climate and social justice, reverberates a proposal for a new society, involving change from the current anthropocentric, monocultural and patriarchal civilization model, of endless growth and wars against the factors that make life on the planet possible. For this movement, military for the climate is not a naive voluntarism, but a necessary demand for the deeper causes of life and for the plausibility of thinking and building other ecologically possible worlds. Therefore, the advances of the thesis were to reveal the role of ecosocialist education forged within the new global movement for climate and social justice, with the aim of building a new societal project, ecologically sustainable.

Keywords: Education; Ecosocialism; Social Movements; Climate Justice; Social justice.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGW – Aquecimento global antropogênico
BIRD – Banco Internacional do Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
BNCC - Base Nacional Comum Curricular
CEAM – Centro de Estudos Amazônico
CEBDS - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CNS - Capitalism Nature and Socialism
COP – Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas
CPLC - Carbon Pricing Leadership Coalition
DS – Desenvolvimento Sustentável
DAp – Documento de Aparecida
FMI – Fundo Monetário Internacional
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
GREENPEACE - Organização não governamental ambiental com sede em Amesterdão, nos Países Baixos, e com escritórios espalhados em mais de 55 países.
IES - Instituições de Ensino Superior
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
ISA - Instituto Socioambiental
KWh – Medida da Energia Elétrica
LS – Carta Encíclica do Papa Francisco Laudato Si
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MNU – Movimento Negro Unificado
MWe - O termo técnico - corresponde à produção de potência
NAFTA - Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
NEAz - Núcleo de Estudos Amazônicos
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
OXIFAM - Comitê de Oxford para o Alívio da Fome
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPb – Medida de concentração de solução Partes por bilhão
PPm – Medida de concentração de solução Partes por milhão
RDC – República Democrática de Congo
RPV – O Relatório Planeta Vivo
SERNAP - Serviço Nacional de Áreas Protegidas (Bolívia)
STF – Supremo Tribunal Federal do Brasil
TCO - Terra Comunitária de Origem
UE – União Europeia
UnB – Universidade de Brasília
UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba
VOA - Agência Portuguesa de notícias
WWF -World Wildlife Fund (Fundo Mundial da Natureza)

Sumário

APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO.....	17
PRIMEIRO CAPÍTULO	40
NEOLIBERALISMO, A RAIZ DA CRISE SOCIOAMBIENTAL E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: ESTADO DA QUESTÃO	40
1.1 Neoliberalismo, uma compreensão conceitual: O paradoxo entre o ideal do progresso econômico e a produção da barbárie real	42
1.2 A Ecologia numa Economia da Barbárie	46
1.3 A Tecnologia e Energia: uma Nova Configuração do Poder	55
1.3.1 O efeito estufa da mudança climática	60
SEGUNDO CAPÍTULO.....	62
A DIALÉTICA NO MITO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NUM MUNDO SITIADO.....	62
2.1 Desenvolvimento Sustentável: Considerações.....	63
2.2 A Insustentabilidade do Valor do Trabalho	65
2.3 Eticoecológico - Cultural e o Princípio do Bem Comum	72
TERCEIRO CAPÍTULO	86
O ECOSSOCIALISMO DO NOVO MOVIMENTO GLOBAL CLIMÁTICO: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E PRÁXIS EDUCATIVA	86
3.1 Ecosocialismo: Origem e Pensamento	87
3.2 Ecosocialismo e Planejamento Democrático	92

3.3 Movimento Global Climático como um movimento Social.....	96
3.3.1 Considerações Preliminares: O que são movimentos sociais.....	96
3.4 Movimento Global Climático Por Justiça Climática e Social no Paradigma dos Novos Movimentos Sociais: Surgimento e suas Intencionalidades	100
3.5 Justiça Climática, Práxis e Agendas de Resistência: Uma Resposta Socioeducativa.....	103
QUARTO CAPÍTULO	109
INJUSTIÇA CLIMÁTICA, IMPLICAÇÕES SOCIOÉTICO-POLÍTICO A PARTIR DA ÉTICA DE LIBERTAÇÃO	109
4.1 Ética de Libertação: Conceito e Contextualização Necessária.....	111
4.2 A Materialidade da Ética de Libertação e as Questões Socioambientais para a Condição de Ser Sujeito Vivo	116
4.3 Injustiça Climática e o Aparecimento das Vítimas Climáticas	121
QUINTO CAPÍTULO.....	127
EDUCAÇÃO ECOSOCIALISTA PARA UM DIALOGO ENTRE A HUMANIDADE E O AMBIENTE.....	127
5.1 Educação Ecosocialista e sua Relação com a Educação Social: Apropriação dos Conceitos	129
5.2 Sociedade, Escola e Educação para além do Capital: Interrupção da Frieza Burguesa.....	135
5.3 Educação e Desenvolvimento Contínuo para Consciência Ecosocialista	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	154

APRESENTAÇÃO

QUEM SOU EU!

DO BANTU¹ EM UBUNTU, MINHA IDENTIDADE ÀS MINHAS INDAGAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS, ASSIM COMO DE MOÇAMBIQUE ÀS TERRAS DE SANTA CRUZ - BRASIL

A presente pesquisa não se trata diretamente sobre o *Ubuntu*, mas é desenvolvida por um *untu* cuja sua identidade subjaz do *ubuntu* enquanto filosofia de vida, o horizonte que nutre a vida em coletividade e sua relação com a natureza ou meio ambiente enquanto Ente sagrado em que repousa a ancestralidade.

Esta tese para além de ser acadêmica, traduz meu posicionamento político, os problemas trazidos, mostram meu compromisso naturalmente indissociável com o *ubuntu*. Associando-me aos gritos do novo movimento global por justiça climática e social em defesa da vida, expressei o *ubuntuismo*, e sublinho a minha existência a partir da existência dos outros, os outros enquanto membros da comunidade, ou à quem precisa e está à beira, sem rumo, e necessita a condição de ser gente, e foi por isso e desta forma quando acolhemos em Moçambique, os desconhecidos, perdidos (*sei lá se estavam mesmo perdidos, ou já tinham interesse de invadir, tenho minhas dúvidas!*), a caravana dos colonos portugueses, damos o teto, comida, curativos, sem sabermos que um dia seríamos despojados da nossa identidade, e ainda bem, mas ainda bem, que apelidaram aquele pessoal de Inhambane como *terra de boa gente!* Foi através dessa veia de *alter* meus ancestrais tiveram e me foi transmitida ao redor da fogueira do inverno quando minha avó, de sapiência em sua oralidade eloquente e invejável tal como o filósofo africano Amadou Hampâté Bâ, que literalmente seu pensamento sobre a oralidade, diz que cada idoso que morre na África é uma biblioteca que arde.

A ideia de que a nossa humanidade, ela só tem sentido no reconhecimento da humanidade dos outros, não apenas como uma afirmação, mas enquanto utopia, comportamento indelével que consolida o significado genuíno de ser humano que se

¹Banthu (Banthu-são conjunto de cerca de 400 grupos étnicos diferentes existentes na África, estendem-se desde os Camarões até a Sul de África e ao oceano Índico. Pertencem à mesma família e partilham costumes comuns assim como a própria língua em si). O nome "Banthu", é plural de "Munthu": significando em língua Banthu Pessoa (Homem), e banthu- pessoas ou homens.

dá nas relações entre os humanos, enquanto vida em sua realidade, ficou identificada e marcada em mim, como aquele braço de ferro quente que meus ancestrais eram marcados como sua nova identidade, a identidade do seu comprador para irem às américas, aos brazis, que infelizmente, pela sorte de destino uns não aguentaram às ondas gigantes, e jazem ainda hoje nas profundidades do atlântico.

Nessa violência, aprendi em minha coletividade de Gaza a *ka Chokwe*, *ka Mandlakazi*, a *Ximbutso*² às terras de Samora Machel, o grande líder carismático, zeloso e inquieto para libertar a dor do povo; e nessas mesmas terras já haviam sido travadas batalhas de resistências liderados por Imperador Ngungunhane, o grande guerreiro dos *Soshangane* como ele era apelidado. Nessas terras passei plantando cajueiros, mangueiras, laranjeiras e foi também nesses lugares que me serviam de esconderijo contra as balas da morte que cruzavam todo o firmamento na época da guerra civil que durou 16 anos, so tinha naquela época apenas 8 anos de idade.

Tudo isso, aprendi a única lição cuja minha avó Adelia Macarringue falava sempre comigo sobre o humanismo, cultivar o perdão, a ética, o respeito ao outro. Esses ensinamentos, se consolidaram na época que conheci o catolicismo e em 2001 entrei no Seminário Menor de Santa Teresinha do Menino Jesus de Chongoene, na altura nossos mestres eram os padres vicentinos de México, outros vindo da Itália e da Espanha. Nos ajudaram muito, para além da iniciação ao catecismo, um dos pilares do seminário menor se tratava de um projeto de inculturação religiosa, que na verdade não se tratava de inculturação, os ensinamentos daqueles religiosos se tratavam de livramento de demônios, espírito, aliás, apagamento de nossa identidade, porque na visão daqueles religiosos não se teria como ser padre sem que renunciasse à nossa cultura, as práticas tradicionais de nossa comunicação com nossos ancestrais. Por isso, vivíamos fingindo que pelo processo de formação já havíamos renunciados o respeito e o culto aos nossos antepassados. Foi dolorido demais, ter passar disso! O que me trouxe alguma luz, é que para além da aprendizagem de catecismo, havia algumas aulas de filosofia eurocêntrica, aí que tive contato com meu primeiro livro favorito “Assim falou Zaratustra” de Filósofo Nietzsche, mal entendia bem a língua portuguesa, por mais que era a língua oficial, em minha aldeia cresci falando a língua Shangana da minha tribo. Mas o pouco que entendia sobre o livro gerou-me conflito e mudanças, fiquei cada vez mais inquieto. Mas quando o

² Distritos de Chókwe, Manjacazi e Chibuto, ambos da Província de Gaza, sul de Moçambique.

padre descobriu que estava lendo essa obra, perguntou porque não mostrei a ele antes que lesse aquele livro. Simplesmente falou este termo “pendeco” so consegui entender essa expressão 15 anos depois.

Ora bem, a alteridade, o respeito pelo outro sempre esteve em meu cerne, e tive a oportunidade de prosseguir com os estudos para ser padre e em paralelo os estudos acadêmicos que eram considerados indispensáveis para ser sacerdote católico, tais como a filosofia realizada em Moçambique finalizado em 2011 pela Universidade São Tomás de Moçambique, cujo o lema da universidade era “Servire et non Servire” que a universidade seguia a rica tradição tomista de excelência acadêmica que consistia na formação integral e integrada da pessoa humana.

A pós a experiência filosófica, segui para República Democrática do Congo (RDC) para uma etapa que se chama “noviciado³”, em cidade considerada capital econômica de RDC – Lubumbashi – capital da Província de Katanga predominantemente “Ki-Swahili”⁴. Na República Democrática do Congo através da experiência missionária, foi onde tive a oportunidade de conhecer mais a África profunda através da literatura da filosofia africana. A África central, em relação às outras africanas, é aonde se encontra mais registros, obras e pensadores africanos quando se trata do pensamento africano.

Percebendo o sofrimento e a miséria das pessoas, o que não era diferente em Moçambique, compreendi obviamente, a injustiça social, incentivada pelos abutres de alta patente (EUA e a China), saqueando o cobalto, platina, carvão, madeiras e a

³ Noviciado é o período da formação de um religioso ou de uma religiosa que precede a emissão de seus votos. O termo designa também o prédio e a comunidade onde se realiza este período. Novição ou noviça é a designação dada à pessoa que se prepara, no noviciado, sob a direção de um mestre ou mestra, para a sua consagração religiosa. Na Igreja Católica, o Direito Canônico define que "o noviciado, com o qual se começa a vida no instituto, destina-se a que os noviços conheçam melhor a vocação divina, a vocação própria do instituto, façam experiência do modo de viver do instituto, conformem com o espírito dele a mente e o coração e comprovem sua intenção e idoneidade" (Cân. 646). Segundo a norma canônica o noviciado deve ter um tempo mínimo de duração de um ano e máximo de dois anos. O superior ou superiora do noviciado chama-se "mestre dos noviços" ou "mestre de noviças" e tem a responsabilidade de formá-los. O mestre deve, segundo o direito canônico, "ser membro do instituto, tenha professado os votos perpétuos e seja legitimamente nomeado. Cf <https://oquee.space/dicionario/noviciado/>. Acesso em 23 jan, 2022.

⁴ O suaíli ou suaíle (Kiswahili), também chamado de suaíli e conhecido pelas formas vernáculas Swahili ou Kiswahili, é a língua banta com o maior número de falantes. É uma das línguas oficiais do Quênia, de Ruanda, da Tanzânia e de Uganda, embora os seus falantes nativos, os povos suaílis, sejam originários apenas das regiões costeiras do oceano Índico. É uma das línguas de trabalho da União Africana. Essa língua africana pertence ao subgrupo sabaki das línguas bantu. É falada por cinquenta milhões de pessoas no mundo, incluindo, além dos países que a têm como língua oficial, Uganda e a República Democrática do Congo. Cf. <https://www.britannica.com/topic/Swahili-language>. Acesso 23 jan.2022.

marginalização do comércio local para a informalidade, etc. Em tudo isso, fez-me repensar o sentido do ubuntu, e pretendo dialogar com os pensadores africanos, moçambicanos, de que o ubuntu, ficou apenas como uma ideia, e precisamos mapear a nossa história para enxergar aonde se perderam as bases do ubuntu. Tenho uma luz: No jogo de forças entre Ubuntu e o neoliberalismo, ganhou o neoliberalismo! Assim fui matutando essas ideias em todo meu caminho, e finalmente, segui com a teologia no Brasil no Instituto São Paulo de Estudos Superiores aonde tive mais tempo mais pesquisar e discutir em seminários acadêmicos. Assim fui amadurecendo humanamente e academicamente na questões de eticidade. Sempre me inquietava sobre tudo que pensava ser ruim para humanidade. Me questionava sobre a pobreza, desigualdades sociais, sobre a violência, e fui percebendo que de fato existia algo estrutural, e que em minha visão, para além de diversas estratégias para superação, acreditava na educação. Olhando a minha trajetória, atualmente me vejo como educador voltado à práxis de alteridade, como ponto de partida para uma sociedade que enseja transformações, tais como o desenvolvimento sustentável, em que o ponto de partida é o respeito pela vida, em que as condições materiais de produção de vida tenham o ponto central o ser humano. Saindo de Moçambique, continente africano para o Brasil, continente americano, na perspectiva latino-americana, a minha visão epistemológica é de diálogo, e percebi no tempo de Teologia com o contato da Teologia de Libertação e na Filosofia de Libertação ou latino-americana, que ambos são duas visões localizados em contextos geográficos diferentes, mas que possuem o mesmo denominador no que tange à preocupação social contrapondo à perspectiva moderna de exclusão entendido globalmente, que em minhas pesquisas denomino do fenômeno neoliberalismo, a glamourização da exclusão e de toda sorte de marginalização social.

Deste modo, tratar sobre educação ecossocialista em novo movimento global por justiça climática e social, estaria de fato anunciando e apelando à volta da consciência humana tal encontrada no *ubuntu*, o princípio que nutre o ser vida de um africano, ou da *pachamama*, a mãe terra a natureza, em que o ser humano é parte integrante dela, merecedora de proteção, ou *Abya Yala*, terra viva, de florescimento e cheio de vida, que representa a condição de ser sujeito vivo que a sua materialidade se dá no acesso às condições reais de “produção, reprodução e desenvolvimento de vida” tal como se afirma em um dos filósofos latino-americano que mais admiro, Enrique Dussel (2012).

INTRODUÇÃO

Ao fazer uma tese sobre a temática da educação ecossocialista em “novo movimento global por justiça climática e social”⁵, pretende-se contribuir para o avanço do conhecimento sobre os projetos de reconstrução social coletiva em um contexto em que a experiência sobre o cenário sociopolítico e ecológico de nossa época (Sec. XXI) coloca para as sociedades globais inúmeros desafios. Dentre eles, podemos destacar, a crescente concentração de capital, por um lado, e a progressiva pobreza, por outro, como polos opostos do mesmo sistema. Ou seja, o processo de aceleração do desemprego, da miséria, da fome, da violência, que implica na negação da vida em sua plenitude.

Como objeto de investigação desta relação acima citada, este trabalho privilegia a compreensão da ação educativa desenvolvida no âmbito desses movimentos sociais. Mais especificamente pretende-se investigar o papel da educação ecossocialista em um novo movimento global por justiça climática e social, e buscar compreender sob o enfoque educacional como estes movimentos educam. Não se trata de um objeto escolhido de forma aleatória, trata-se de uma escolha consciente tomada a partir de uma reflexão não só moral e política, mas também intelectual e cultural. Nesse nível, tomar partido pela resistência em favor da vida

⁵Novo movimento global por justiça climática e social – trata-se de uma rede de movimentos com ações que ilustram a possível emergência de uma sociedade em movimento. O movimento existe atualmente como um campo de ação amplo e heterogêneo atravessado pela problemática da justiça climática e social, revitalizado por um protagonismo juvenil mais radicalizado ao calor dos negacionismos e dos desastres ecológicos. Esse campo inclui: organizações de base (movimentos socioambientais locais e culturais, ongs ambientalistas, organizações de povos originários, entre outros); redes de organizações e movimentos sociais que nascem como instâncias de coordenação para a realização de ações de protesto pontuais e específicas, simultâneas em diferentes regiões do mundo e que questionam as elites políticas e econômicas, seja na Organização Mundial do Comércio (OMC), nas Conferências das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP), no Fórum de Davos ou, recentemente, nas marchas globais pelo clima; protestos de jovens na forma de “greves climáticas”, como as que promovem a *Fridays for Future* (Sextas-feiras pelo Futuro), a *Extinction Rebellion* (Rebelião contra a Extinção), a *Jóvenes por el Clima* (Jovens pelo Clima) e até mesmo as mobilizações espontâneas ou ações de desobediência civil que exigem mudanças nas políticas climáticas e/ou denunciam a inação dos respectivos governos diante de determinados crimes ambientais (incêndios na Amazônia e na Austrália, etc.). Se torna como novo movimento, a partir do princípio de que é necessário tomar como unidade de análise as ações coletivas de protesto, não apenas as organizações. Cf. SVAMPA, Maristella. *Até onde vão os movimentos pela justiça climática?* Revista Nueva Sociedad, Dezembro 2020, ISSN: 0251-3552. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/4.EP20_Svampa.pdf. Acesso em 11.out.2021.

significa afirmar que esse ponto de vista parece ser o mais adequado para aproximar-se da verdade sobre o sentido da vida e da história, que na atual crise das civilizações, as vítimas climáticas evidenciam-nos o objeto de sua vitimação.

Neste contexto, os ecossocialistas tais como: Jean-Paul Déleage (1997), James O'connor (1998), Jean-Marie Harribey (2001), John Bellamy Foster (2005) André Gorz (2010), Juan Martinez Allier (2011), Michael Löwy (2014) dentre outros pensadores que se manifestam através de uma rede de revistas como *Capitalism, Nature and Socialism*, *Ecologia Política*, nos servirão de interlocutores. Em seus estudos, seminários e em publicações bibliográficas, travam debates com intuito de compreender o papel dos movimentos sociais e contribuir na divulgação de estratégias de como projetos educacionais são forjados no seio dos movimentos sociais, em um contexto de lutas de classes. Tal como pretendemos demonstrar durante a construção da tese, estudiosos, evidenciaram com plasticidade os antecedentes e os elementos capazes de caracterizar a contribuição da educação para o processo de construção da consciência revolucionária.

Tomadas a partir das perspectivas apontadas por estes teóricos, consideraremos as iniciativas pontuais face à crise ambiental encontradas na esteira das ações dos movimentos sociais, como ações educativas, em um novo movimento global por justiça climática e social. Procuraremos analisar o papel educativo e fundamental ao vislumbrar em seu interior um pensamento, a ideia de um novo paradigma de civilização sustentável, que Michael Löwy em sua crítica anticapitalista, já considerava “uma nova sociedade e um novo modo de produção” (2014, p.46) como uma alternativa radical ao colapso socioambiental.

Diante da extraordinária combinação de ameaças e riscos não apenas à democracia, à paz e à dignidade humana, como também à própria vida, encontramos povos organizados em movimento de resistência. Nesta senda, o novo movimento global climático por justiça social trata-se de uma alternativa como resposta às mudanças climáticas como uma questão complexa de justiça social, e não apenas como um problema ambiental. Enquanto os ambientalistas consideram que as mudanças climáticas são simples resultados de um sistema industrial com pouca regulamentação, o movimento de justiça climática, partindo de suas bases de sustentação mediante a análise dos fracassos das medidas políticas de intervenção para proteção do meio ambiente, afirma que elas são o produto da desigualdade e de um sistema econômico obcecado pelo crescimento, em prol do crescimento. De

acordo com este movimento, as desigualdades e o casuísmo estão intrinsecamente conectados às mudanças climáticas, e esses problemas não podem ser ignorados. Estes fatos, tratados em separados, querem justificar a imersão em um processo de globalização não solidária, mas excludente, que afeta os setores mais pobres, gerando novos rostos da pobreza. Isto, traz evidências de que não se trata apenas das vítimas climáticas como “exploradas”, mas “supérfluas” e “descartáveis” (DAp 65). Esta discussão será aprofundada no segundo capítulo, quando apresentamos a corrente ecossocialista e o movimento da justiça ambiental e climática.

Para garantir o lucro, subordina-se até mesmo a preservação ecológica, conduzida por uma tendência que privilegia o lucro e estimula a concorrência, a globalização segue uma dinâmica de concentração de poder e de riqueza nas mãos de poucos. Concentração não só dos recursos físicos e monetários, mas sobretudo da informação e dos recursos humanos, o que produz a exclusão de todos aqueles não suficientemente capacitados e informados, aumentando as desigualdades que marcam tristemente as sociedades humanas e que mantêm na pobreza uma multidão cada vez maior de pessoas.

Deste modo, por mais que o objetivo dos governos e sua relação com empresários concernente às atividades econômicas não seja do tipo caritativo, se faz necessário um equilíbrio fiscal por parte dos governos e uma legislação séria para a diminuição da distância entre práticas das atividades econômicas e os ganhos obtidos, distribuídos entre a manutenção das próprias empresas e a responsabilidade social em diversos setores tais como: educação, saúde, moradia etc. Isso seria uma forma de assumir um compromisso compartilhado com objetivo da superação, a curto, médio e longo prazo dessa nova pobreza, a exclusão social. Portanto, a incapacidade de articulação governamental para o reconhecimento de valores que se encontram além do mercado, como a verdade, a justiça, e muito especialmente a dignidade e os direitos de todos fazem da globalização econômica um processo promotor de iniquidades e injustiças múltiplas.

Essa situação econômica não é natural. Segundo estudos da Oxifam Brasil em seu relatório anual intitulado “Democracia inacabada: um retrato das desigualdades brasileiras” (2021, p.07):

[...] Construir uma sociedade livre, justa e solidária, e garantir o desenvolvimento nacional por meio da erradicação da pobreza, da marginalização e da redução de desigualdades sociais e regionais, estão entre os primeiros objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, conforme preceitua o Art. 3º da Constituição Federal de 1988. Em um contexto de crise econômica e sanitária, se faz urgente que os atuais tomadores de decisão do país sejam cobrados por esses objetivos. Mais justiça, menos desigualdades!

Na mesma linha de argumentação, estudos conduzidos pelo Núcleo de Estudos Amazônicos (NEAz) e pelo Centro de Estudos Amazônicos (CEAM), da Universidade de Brasília (Unb), em seu relatório anual publicado alusivo ao “Dia da Amazônia” em 05 de Setembro de 2021, observa-se que (2021, p.02-03):

[...] De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), somente no ano 2020, os desmatamentos na Amazônia afetaram uma área de floresta nativa de cerca de 1.100.000 hectares. Os desmatamentos e queimadas da Amazônia brasileira estão relacionados, principalmente, com a grilagem, com as invasões das terras indígenas, unidades de conservação e áreas de uso comum de agricultores/as familiares, camponeses/as e de populações e comunidades tradicionais. A enorme apropriação, saque e devassa, que tem atingido a Amazônia nessas últimas décadas, foram provocadas pelos incentivos governamentais e avanço do capital nacional e internacional sobre a floresta, a terra, o patrimônio mineral e as águas, que afrontam a soberania brasileira. Os desmatamentos e as queimadas da floresta amazônica vão de encontro aos direitos dos povos, populações e comunidades e ainda afetam a qualidade de vida das pessoas da região, dos países da Amazônia internacional e do mundo. Estas agressões se constituem também em violências contra aqueles e aquelas que trabalham e vivem no campo, nas florestas e nas águas. Deixam um rastro de destruição e ecocídio que viola os direitos humanos [...].

No relatório não se trata de denunciar apenas as situações de extração e comercialização ilegal de madeiras, como também dos assassinatos dos líderes das comunidades e dos membros dos movimentos que ainda resistem para impedir o planejamento programado do aniquilamento dos povos e os biomas em nome do desenvolvimento. o relatório nos deixa leituras de uma guerra sem fim, as recentes pressões empresariais ao Governo Brasileiro para extinguir “o marco temporal⁶”, que

⁶ O marco temporal estabelece que só poderão solicitar demarcações os povos que comprovarem que habitavam a área requerida na data de promulgação da Constituição Federal, ou seja, em 5 de outubro de 1988. Constituição da República federal Brasileiro, consagra direito indígena de manter terras, modo de vida e tradições. A Constituição de 1988 representou avanço importante do Brasil para criar um sistema de normas a fim de proteger os direitos e interesses indígenas. A demarcação de terras indígenas é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, que estabelece aos indígenas o chamado “direito originário” sobre as suas terras ancestrais. Isso quer dizer que eles são considerados por lei os primeiros e naturais donos desse território, sendo obrigação da União demarcar todas as terras ocupadas originariamente por esses povos. Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), uma organização não governamental, a tese do marco temporal vem sendo utilizada pelo governo federal

garante a proteção dos povos indígenas e seus territórios. Portanto, não se é de estranhar, os questionamentos empresariais ligados ao agronegócio, deslegitimando as recentes manifestações dos povos indígenas e os diferentes movimentos sociais, como atos ilegais, porque os interesses do agronegócio estão escancarados, a redução de tudo à economia, quanto também da explícita usurpação das terras indígenas. No relatório (2021, p.03), evidencia-se que os,

[...] conflitos no Campo Brasil 2020, da Comissão Pastoral da Terra, confirma que a destruição e os saques dos bens naturais e comuns têm sido acompanhados por assassinatos e violências contra aqueles que mais defendem a Amazônia. Do total de 2.054 conflitos por terra, trabalho e água no Brasil, cerca de 50% ocorreram na Amazônia. Dos assassinatos verificados no país por conflitos agrários em 2020, mais de 70% foram registrados na Amazônia. A grilagem, fraude e espoliação das terras públicas, das terras indígenas, camponesas e das comunidades; os desmatamentos e queimadas; as violências contra aquelas e aqueles que vivem e trabalham no campo, florestas e águas; a concentração da terra e de riqueza; a desigualdade social e a pobreza são algumas das questões a serem combatidas e solucionadas na Amazônia. Os desafios amazônicos são muitos e devem ser enfrentados com estratégias e políticas apropriadas, de dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais, e com conhecimentos, experiências, saberes e participação de todos/as que defendem a Amazônia. Para essa enorme tarefa serão necessários o maior fortalecimento das organizações sociais e populares e a consolidação de processos educacionais, científicos e tecnológicos que estejam de acordo com a defesa e os direitos da Amazônia, de seus bens ecossistêmicos e de seus povos e populações e ainda comprometidos com a conservação dos ecossistemas e com a melhoria das condições de vida. Essas condições poderão possibilitar ao Brasil enfrentar os desafios amazônicos [...].

Portanto, dentre diversos estudos, estes fatos são algumas das muitas evidências, o controle das riquezas nas mãos de poucos, como por exemplo a internacionalização da Amazônia no Brasil, que é legitimada pelo relaxamento das leis para permitir a grilagem e o agronegócio. Tudo isso serve apenas aos interesses econômicos das corporações internacionais, e não aos povos da região, que, muitas vezes, fazem dos recursos naturais a base de sua economia.

para travar demarcações e foi incluída em propostas legislativas anti-indígenas. Defensores da causa indígena temem que demarcações de terras já feitas sejam revogadas caso o STF valide o marco temporal. Já proprietários rurais argumentam que há necessidade de se garantir segurança jurídica e apontam o risco de desapropriações caso a tese seja derrubada. Assim como os ruralistas, o presidente Jair Bolsonaro é favorável à tese do marco temporal. Se a tese do marco temporal for aceita pelo STF, indígenas poderão ser expulsos de terras ocupadas por eles, caso não se comprove que estivessem lá antes de 1988 e sem que se considerem os povos que já foram expulsos ou forçados a saírem de seus locais de origem. Processos de demarcação de terras indígenas históricos, que se arrastam por anos, poderão ser suspensos. Cf. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/programas/povos-indigenas-no-brasil>. Acesso em 11.out.2021.

Diante dessas atrocidades contra a efervescência da vida em que vemos e vivemos cotidianamente, é impossível não concordar com Serageldin de que o que estamos presenciando é um holocausto silencioso. Segundo Serageldin (2019): “[...] A fome é um holocausto silencioso. Custa milhares de vidas e, ainda assim, não gera comoção ou debate [...]”⁷. Ademais em seus estudos e experiências como então vice-presidente do Banco Mundial, observa que a desigualdade social cresce em ritmo acelerado, apesar dos benefícios da globalização, e critica o despreparo das autoridades para atender a população miserável.

Nesse contexto o movimento global pelo clima, as suas empreitadas em todos os eventos e marchas nacionais e internacionais com bandeiras e ilustrações sobre o que está acontecendo no mundo partindo da crise ambiental, denunciam as autoridades e entidades poluentes. O movimento mostra-se preocupado pelas causas mais profundas, isto é, da construção social e coletiva da vida, em que não se deve mais subjugar qualquer humano no planeta, em que o mito do desenvolvimento proclamado pelas empresas multinacionais, que, grosso modo, são responsáveis pelo desequilíbrio ambiental em nome da salvação econômica, cessem de proliferar grilhões de mortes para os pobres.

Quanto problematização da pesquisa, procuramos responder: de que maneira o novo movimento global por justiça climática e social como um movimento social, fundamenta sua praxis como uma ação educativa ecossocialista? Esta questão representa o problema da tese como um aporte investigativo sobre de que modo o movimento Global climático, como um movimento social educa. Nesse processo, serão verificadas as contribuições educativas do novo movimento global climático, articulado em todo seu conjunto na perspectiva da filosofia de educação e com transversalidade às ciências sociais e à economia política.

Tal como observamos no levantamento bibliográfico, existe pouca literatura sobre o novo movimento global por justiça climática e social. É possível encontrar uma quantidade maior apenas em jornais e em webistes de grandes veículos de comunicação. E quanto à corrente “ecossocialismo” temos como maior referência nos

⁷Trecho do discurso de abertura da conferência “Como ciência e tecnologia podem contribuir para a redução da pobreza e da desigualdade”, organizada em março pela Academia Brasileira de Ciências, 2019. Disponível em: <http://www.abc.org.br/2019/04/24/a-fome-e-um-holocausto-silencioso-que-nao-gera-debate-diz-cientista/>. Acesso em 30. jun.2019.

estudos atuais, o pesquisador Michael Löwy, no livro *O que é o Ecosocialismo* (2014).

Deste modo, debruçar-se sobre a questão da educação ecosocialista do novo movimento global climático por justiça social, é também um arcabouço para se reafirmar os movimentos sociais como espaços educativos à medida em que os engajamentos e lutas sociais desses movimentos provocam mudanças na sociedade. De acordo com Valentim e Candau,

[...] Os Movimentos sociais se constituem em fenômenos históricos de caráter coletivo que expressam lutas sociais em contextos sociopolíticos determinados. São heterogêneos e estão marcados pela complexidade. No contexto das ciências sociais têm sido objeto de diferentes teorias interpretativas [...]. Os movimentos sociais têm impulsionado a constituição de ações afirmativas que focalizam diferentes dimensões: política, social, cultural e educativa. Privilegiam sujeitos sociais subalternizados, discriminados, invisibilizados e/ou inferiorizados. Assumem diversas modalidades e, em geral, apresentam caráter temporário. Outro aspecto que consideramos importante assinalar é seu potencial para articular direitos da igualdade e direitos da diferença, redistribuição e reconhecimento [...] (2012, p.30).

No contexto dos movimentos sociais, a origem do novo movimento global por justiça climática e social, é uma resposta ecosocialista à crise socioambiental, através de uma articulação ampla de redes de movimentos sociais. Essa crise envolve mudanças climáticas, perda da biodiversidade e aumento da desertificação dos solos e mares, fatores de risco para as condições de vida humana no planeta terra. No segundo capítulo será aprofundada a origem e as bases deste movimento.

As respostas das lideranças governamentais e empresariais para essa crise, sobre o desenvolvimento sustentável, tem se mostrado ineficientes e contraditórias. A degradação ambiental representa um risco de colapso ecológico, a desigualdade social e a pobreza extrema são sinais eloquentes da crise do atual mundo globalizado.

No atual contexto, em que o Planeta Terra dá sinais cada vez mais reiterados e evidentes de esgotamento, a sociedade civil e as lideranças dos movimentos contra-hegemônicos⁸ (DUSSEL, 2007, p.128), tal como o novo movimento global climático

⁸Se faz necessário situar em que contexto é utilizado o conceito "Contra-Hegemonia". Ora bem, utilizamos o conceito "contra -hegemonia" na visão de Dussel (2007), enquanto práxis de libertação, quebra da ação, ou a hegemonia da classe dirigente e opressora; a filosofia de libertação se torna ativa, renovadora, transformadora e emancipadora (na compreensão latino-americana do termo), é objetivação e subjetivação de formas de viver rejeitando o cenário que está aparentemente dado (sistemas totalizadas), buscando a essência, atuando com compromisso ético-político frente à realidade, especialmente a opressão, injustiças, desigualdades, explorações e violências. Deste modo,

e outros diversos movimentos pro social estão buscando alternativas face aos modelos atuais de desenvolvimento, insinuando um conjunto de reflexões sobre a construção social do mundo, em que hoje convergem e se precipitam os tempos históricos, abrindo as perspectivas de uma complexidade em que se amalgamam o natural, a tecnologia e o simbólico; que se ressignificam tradições filosóficas e identidades culturais diante da cibernética, da comunicação eletrônica e da biotecnologia.

A este cenário, das muitas evidências sobre as causas antrópicas de mudanças climáticas, persistem os argumentos corporativos que resguardam a produção, consumo de combustíveis fósseis, assim como os posicionamentos dos centros de pensamento do mercado financeiro que defendem o fundamentalismo do livre mercado e suas expressões políticas, escancaradas na ideologia neoliberal sacrificial e excludente, orquestrado pelos agentes e órgãos econômicos paraestatais: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Banco Internacional do Desenvolvimento (BID) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). As negociações internacionais para se estabelecer promessas conjuntas de redução de desigualdades sociais, um dos impactos das mudanças climáticas têm sido um estrepitoso fracasso, por não haver medidas concretas e eficazes para se extirpar todas as formas de subdesenvolvimento humano.

Nesta senda, destaca o Sumo Pontífice Francisco na Encíclica *Laudato Si* (2015, n.25):

nos movimentos sociais e políticos devem se dar a tarefa da “tradução” das reivindicações de todos os sectores que pelo mútuo conhecimento, diálogo e inclusão em sua própria reivindicação as outras reivindicações, vão construindo a nova hegemonia sustentado por uma nova proposta, fruto da práxis de libertação popular. Segundo Alves (2010), a noção de hegemonia foi criada no seio da tradição marxista para pensar as diversas configurações sociais que se apresentavam em distintos pontos no tempo e no espaço. Apesar de ter suas origens na social-democracia Russa e em Lênin, é em Gramsci que se apresenta uma noção de hegemonia mais elaborada e adequada para pensar as relações sociais, sem cair no materialismo vulgar e no idealismo encontrados na tradição. A noção de hegemonia propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura e tenta se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a centralidade das superestruturas na análise das sociedades avançadas. Nesse contexto, a sociedade civil adquire um papel central, bem como a ideologia, que aparece como constitutiva das relações sociais. Deste modo, uma possível tomada do poder e construção de um novo bloco histórico passa pela consideração da centralidade dessas categorias que, até então, eram ignoradas. Entretanto, nas últimas décadas surgiu uma nova abordagem da hegemonia que tem como objetivo expandir a noção gramsciana para pensar a configuração social do capitalismo tardio e observar como se desenvolvem as disputas hegemônicas nesse novo espaço social.

[...] Muitos pobres vivem em lugares particularmente afetados por fenômenos relacionados com o aquecimento, e os seus meios de subsistência dependem fortemente das reservas naturais e dos chamados serviços do ecossistema como a agricultura, a pesca e os recursos florestais. Não possuem outras disponibilidades econômicas nem outros recursos que lhes permitam adaptar-se aos impactos climáticos ou enfrentar situações catastróficas, e gozam de reduzido acesso a serviços sociais e de proteção. Por exemplo, as mudanças climáticas dão origem a migrações de animais e vegetais que nem sempre conseguem adaptar-se; e isto, por sua vez, afeta os recursos produtivos dos mais pobres, que são forçados também a emigrar com grande incerteza quanto ao futuro da sua vida e dos seus filhos. É trágico o aumento de emigrantes em fuga da miséria agravada pela degradação ambiental, infelizmente, verifica-se uma indiferença geral perante estas tragédias, que estão acontecendo agora mesmo em diferentes partes do mundo.

O Sumo Pontífice (2015) denuncia a lógica mercantil que tem condicionado todas as decisões para o desenvolvimento humano que se dá na insustentabilidade e no crescente protagonismo para as crises ambientais.

Para além dos retrocessos com respeito às medidas de sustentabilidade desde a Cúpula da Terra de 1992; da Rio+20 ao Acordo de Paris, os estudos comprovam os retrocessos do multilateralismo mais uma vez na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2021 (COP26), ocorrida em 31 de outubro de 2021 na Escócia. A COP26, comparável às suas dimensões e às expectativas que suscitou foi, contudo, um fracasso, por não se ter tomado medidas concretas e convincentes para se colmatar os impactos de mudanças climáticas. Analisando a trajetória das cúpulas das nações unidas para o clima, Marques (2016, p.54), considerava no relatório intitulado “O Futuro que queremos” como *um pezzo di bravura* de anacronismo desenvolvimentista. No sentido de que as crises referidas pela cúpula foram apenas financeiras e energéticas.

Não obstante, as múltiplas e crescentes crises de ordem ambiental que acoçam os habitantes foram contornadas e com isso, os que controlam as decisões políticas conseguiram resistir às pressões dos cientistas e da opinião pública junto aos movimentos sociais e ambientalistas, defensores dos direitos humanos e do meio ambiente. Ademais, o que se observou no Rio+20 foi um complô, das mais insólitas alianças, como a da Venezuela de então Hugo Chaves com os EUA, a Rússia e o Canadá para se evitar a aprovação de um plano para a proteção do alto-mar (MARQUES, 2016, p.54).

As comunidades científicas internacionais praticamente coincidem em afirmar que o multilateralismo tem mostrado saldo negativo ao que se refere ao colapso em curso da biodiversidade, o desmatamento, a poluição dos solos, da atmosfera. A sobrepesca, ao aumento do lixo e o tráfico internacional de madeira e animais, a eutrofização das águas por fertilizantes, a intoxicação por agrotóxicos e outras substâncias. Há quase 30 anos, essa realidade tende cada vez crescente. De acordo Vandana Silva, diretora da *Research Foudation for Science, Technology and Natural Resource Policy*:

[...] Quando pensamos nas guerras de nossos tempos, nossas mentes se voltam para o Iraque e o Afeganistão. Mas a guerra maior é a guerra contra o planeta. Esta guerra tem suas raízes na economia, incapaz de respeitar limites ecológicos e éticos – limites à desigualdade, limites à injustiça, limites à ganância e à concentração econômica. Um punhado de corporações e de países poderosos tentam controlar aos recursos do planeta e transformá-los em um supermercado, no qual tudo está à venda. Querem vender nossa água, genes, células, órgãos, conhecimento, cultura e futuro (MARQUES, 2016, p.56).

No estágio atual avançado das crises ambientais, todo crescimento em escala global choca-se com a impossibilidade do desenvolvimento sustentável, à medida em que atividade econômica e seu constante incremento vêm-se mostrando incompatível não apenas com os estoques de recursos naturais disponíveis, mas com os equilíbrios do sistema Terra que poderá permitir o rápido desenvolvimento das civilizações humanas. Contudo, a sustentabilidade ambiental exige uma sociedade alternativa ao capitalismo, ao que não se exclui iniciativas pontuais e mediações políticas próprias à realidade presente: é preciosa, toda ação do Estado, dos partidos, das ONGs, das empresas, das diversas instituições da sociedade civil e dos indivíduos em direção à sustentabilidade ambiental, ainda que esta seja inatingível no âmbito do capitalismo.

Quanto ao objetivo geral, a presente tese tem como foco central, compreender o novo movimento global por justiça climática e social, sua relação com práxis educativa. Nesse arcabouço, pretendemos trazer as contribuições educativas do novo movimento global climático e social, e em suas interfaces, buscando chaves de leituras que possam contribuir com enfoque à educação ecossocialista.

A proposta de uma educação ecossocialista no contexto da atual crise socioambiental, tem papel fundamental na luta⁹ pela democracia, pois nele articula-se com finalidade da sustentabilidade, uma sociedade que conhece o valor da natureza e participa de um processo de reapropriação da natureza, na gestão desse patrimônio como bioculturais e bem coletivo, combatendo toda racionalidade que se arraiga no consumismo, na extração de todo simbolismo natural e cultural dos povos, para fins lucrativas. A transição para uma visão do mundo social, da democracia para sustentabilidade, a educação social tem papel na construção de um projeto que abre horizontes para respeito entre os ecossistemas e solidariedade pautado pela justiça socioambiental comprometido com a vida em sua materialidade factível. Aliás, do acesso de todas as condições da “produção, reprodução e o desenvolvimento da vida” (DUSSEL, 2012, p.12), em que os bens naturais são como um direito de todos e bem coletivo.

Como objetivos específicos, pretendemos compreender e explicitar o conceito de movimentos sociais; entender o conceito de “ecossocialismo” na perspectiva formulada por Michael Löwy; entender as mudanças climáticas como um assunto ético e político por um outro paradigma assentada na justiça social; e por fim, buscar compreender como a educação ecossocialista pode ser uma alternativa global viável para a constituição de um novo paradigma societário sustentável.

⁹ O conceito *Luta* para quem talvez não está alinhado a estes tipos de leituras ou visão de mundo, pode trazer alguns equívocos, desta forma, vimos sendo necessário situar o contexto que está sendo compreendido. Este conceito é compreendido e emprestado aqui, na visão de Paulo Freire, e se encontra citado em várias suas obras, e em título de ilustração, pode ser consultado em umas de suas obras mais conhecidas em “A Pedagogia do Oprimido”. Em “A pedagogia do Oprimido”, dos anos 1970 a obra consultada em sua 9ª edição traz um prefácio do professor Ernani Maria Fiori na epígrafe, antes de “Primeiras Palavras”, Paulo Freire (1981, p.17) dedica o livro “aos esfarrapados do mundo” e “aos que com eles lutam”. Portanto, a “Luta”, aparece nessa obra, no contexto em que se processa o movimento contínuo de desumanização, articulado à busca da humanização ou da vocação do SER MAIS. Para Freire (1981) a luta dos oprimidos, se traduz numa tarefa humanista e histórica, que só faz sentido quando os que buscam resgatar sua humanidade anulada não tomam o lugar nem se assumem como opressores. A generosidade dos oprimidos, que alimenta de sofrimento, morte e miséria causados por uma “ordem social” que é injusta, está a lutar para arrancar as raízes do falso amor, da falsa caridade, que mantêm o medo, a insegurança e a dependência, sem com isso, ocupar o papel dos que oprimem. A luta, assim, nutre-se da enorme generosidade de homens e povos para que estes não mais estendam suas mãos ou dirijam seus olhares, com gestos e posturas de pedintes de esmolas, àqueles que os condenam a ficar nessa posição. E, nessa luta, mãos humanas eivadas de generosidade trabalham e transformam o mundo. Paulo Freire toma emprestado de Frantz Fanon, em os “Condenados da Terra (2005)”, a expressão “condenados da terra”, referindo-se aos oprimidos ou aos “esfarrapados do mundo” para afirmar que é destes que parte a iniciativa de luta, embora possam contar com apoio daqueles que lhes ofereçam a sua solidariedade, lutando pela restauração de sua humanidade. (Cf. RIBEIRO, 2008, p.295-296)

Quanto ao referencial teórico e os procedimentos metodológicos desta tese, o estudo trás uma abordagem na perspectiva da filosofia de educação com interfaces com as Ciências Sociais, Políticas e Econômicas, a fim de alcançar uma melhor compreensão sobre a ação educativa dos movimentos sociais, e no interior destes, o lugar do novo movimento global por justiça climática e social, assim como a sua práxis educativa.

Considerando a relevância das contribuições da tese constituída por esses dois grandes escopos de reflexão, é possível afirmar que os estudos sobre esta temática é relativamente novo no campo acadêmico, por isso vimos a pertinência de fazer aqui uma breve *revisão de literatura*¹⁰ sobre *O ecossocialismo* e sua relação com o novo movimento global por justiça climática e social, e sobre este último abrindo espaço para compreender o escopo dos movimentos sociais como espaços de engajamento político e educativo.

Para além das referências já citadas, ao pesquisar em periódicos nacionais e internacionais, repositórios de teses, editoras e em websites acadêmicos sobre o ecossocialismo e a temática sobre a práxis do novo movimento global climático por justiça social, e com transversalidade, a outros movimentos que atuam com enfoque à educação social. As pesquisas encontradas revelam-se de caráter interdisciplinar com abordagens possíveis de se aprofundar o problema trazido por esta tese.

Dos estudos sobre a temática abordada, destacam-se os livros que foram tomados como uma das referências principais: *Ecologia e o Ecossocialismo* (2005) e *O que é o Ecossocialismo* (2014), ambos de Michael Löwy; *Laudato Si: o cuidado da casa comum* (2015), do Papa Francisco; *O que é a Justiça Ambiental* (2009) de Acserald, Mello e Bezerra; *Manifesto Ecossocialista Internacional* (2011); *Movimentos Sociais e Educação* (2012), de Maria da Glória Gohn; *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão* (2012), *20 teses de Política* (2007) e *a Ética Comunitária* (1987) de Enrique Dussel.

¹⁰Nesse tipo de produção, o material coletado pelo levantamento bibliográfico é organizado por procedência, ou seja, fontes científicas (artigos, teses, dissertações) e fontes de divulgação de ideias (revistas, sites, vídeos etc.), e, a partir de sua análise, permite ao pesquisador a elaboração de ensaios que favorecem a contextualização, problematização e uma primeira validação do quadro teórico a ser utilizado na investigação empreendida. Cf. BIBLIOTECA PROF. PAULO DE CARVALHO MATTOS. *Tipos de Revisão de Literatura*. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>. Acesso em 28 Dez 2020.

Sobre o novo movimento global por justiça climática e social sob ponto de vista ecossocialista, não encontramos referências em periódico, teses ou dissertações acadêmicas, apenas, em notícias de jornais nacionais e internacionais. Mesmo que não se trate de novo movimento global por justiça climático e social, cabe aqui a menção da recente tese de doutorado de Rodrigues, Arlindo Manuel Esteves. *Ecosocialismo: uma utopia concreta estudo das correntes ecossocialistas na França e no Brasil*. Tese defendida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo: PUC-SP, 2015. Esta tese se destaca pela sua abordagem contextualizada sobre o pensamento da corrente ecossocialista e suas ações concretas para se enfrentar a crise socioambiental e os seus riscos para a humanidade. Mostra-se também na tese como se articula o pensamento ecossocialista na política partidária francesa em comparação com a política partidária brasileira, e sua interação com os movimentos sociais. Porém, não foi tratado sobre novo movimento global por justiça climática e social.

Entretanto, não se é de estranhar a ausência da literatura sobre esse movimento, nosso entendimento é de que como se trata de um novo movimento social articulado dentro de uma rede de movimentos sociais, temos um desafio de apresentar esse movimento, mostrando a sua relevância na esteira de uma rede dos movimentos sociais já consolidadas, como por exemplo no Brasil: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MSTS); Movimento Negro Unificado (MNU; Movimentos de luta contra a homofobia e a transfobia, como o movimento LGBTQ+; Movimentos ambientalistas (como o WWF e o Greenpeace) etc. Sobre estes temas isolados, vistos a partir de outras perspectivas é possível se encontrar uma grande produção acadêmica.

A menção das obras referenciais desta tese, o entendimento é de que estes propõem uma discussão atual e profícua sobre as questões ambientais em direção de um pensamento descolonial e anticapitalista para um novo paradigma de construção social coletiva da sociedade, seja através da Filosofia de Educação, quanto aos princípios básicos de ecologia na perspectiva da crítica da economia política, que no *ecossocialismo* defendido por Löwy (2014) se propõe uma alternativa radical a um *status quo* insustentável, ao rejeitar uma definição capitalista de “progresso”, baseada em crescimento de mercado e expansão quantitativa fundadas em critérios não-monetários, como as necessidades sociais, o bem-estar individual e o equilíbrio ecológico.

Portanto, para a compreensão da possível relação entre o “ecossocialismo” e “novo movimento global por justiça climática e social” se faz necessário a apresentação de algumas obras. Em Michael Löwy (2014) sobre a “ecologia e ecossocialismo”, enquanto uma proposta utópica, apresenta um projeto norteador que visa mudança socioambiental fundada na associação das lutas ambientalistas com os demais movimentos representativos da classe social oprimida. A associação entre os movimentos assume a visão de que a atual crise ecológica tem a mesma origem que as demais crises sociais: a máquina mortífera da busca ao retorno rápido do capital. Portanto esse desafio, a alternativa para crise socioambiental, a libertação da tirania do capital depende da integração dos movimentos contra – hegemônicos. Conforme Löwy (2005, p.62):

[...] Esse projeto não pode renunciar a nenhuma das cores do arco-íris: nem ao vermelho do movimento operário anticapitalista e igualitário, nem ao violeta das lutas para a libertação da mulher, nem ao branco dos movimentos não-violentos para paz, nem ao anti-autoritarismo negro dos libertadores e anarquistas, e ainda menos ao verde da luta por uma humanidade justa e livre num planeta habitável [...].

Deste modo, a globalização, guiada por uma racionalidade tecnológica unidimensional e pela racionalidade econômica orientada para a maximização do lucro econômico no curto prazo, resultou num planeta contaminado, num mundo saturado e numa economia insustentável. É nesse pensamento que também do ponto de vista ecossocialista, Papa Francisco (2015) em documento LAUDATO SII (Louvado Seja), destaca a justiça climática como solução da raiz humana da crise ecológica, cuja a violência calcada no coração humano vislumbra-se nos sintomas de doença que se nota no solo, na água, no ar e nos seres vivos. E nisso quem sofre mais, são os pobres mais abandonados e maltratados pelas políticas e ideologias que visam apenas o lucro (o neoliberalismo). Nessa ideia, de uma maneira não oficial, alude o pensamento de Leonardo Boff (1999) sobre *o saber Cuidar: Ética do humano e compaixão pela terra*¹¹. De acordo Papa Francisco (2014, n.49), “[...] hoje, não podemos deixar de reconhecer que uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres”.

¹¹ Não entraremos em análise do mérito desse pensamento, trata-se de um debate de um dos grupos dos teólogos voltadas à ecologia e meio ambiente no ceio da Igreja Católica.

Para articular as ideias do projeto ecossocialista em Löwy (2014) e pensamento do Papa Francisco (2015) em direção de uma filosofia de educação do novo movimento global por justiça climática e social como um movimento social, é indispensável a obra *Movimentos Sociais e Educação* de Maria da Glória Gohn (2012). Enquanto pesquisadora da Unicamp e vem estudando os movimentos sociais como espaços que educam desde década 80, também com referência à Paulo Freire. Para Gohn (2012, p.334):

[...] A relação do movimento social e educação existe a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais. Ocorre de duas formas: na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações. No meio acadêmico, especialmente nos fóruns de pesquisa e na produção teórico-metodológica existente [...].

Gohn (2012) destaca ainda sobre o papel dos movimentos sociais em todos os contextos:

[...] Uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é: são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social. Por isso, para analisar esses saberes, deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem. Essas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo [...] (2012, p. 333-334).

Ainda sobre os movimentos sociais, sob o ponto de vista da filosofia de educação libertadora, mencionamos a obra *20 Teses sobre Política* de Enrique Dussel (2007). Nessa obra, Dussel trata do papel da práxis da libertação dos movimentos sociais e políticos, quando dentro do grupo ou movimento, o sujeito (ou a pessoa) conquista a condição de agir. Aliás, a ação é condição necessária para que suas ideias e vontades possam ser vivenciadas, mas para que isso aconteça é preciso que o sujeito se liberte dos inúmeros grilhões que o aprisionem (DUSSEL, 2007, p.25). Nessa obra, nos é emprestado o conceito “práxis” em que trata-se, da práxis libertadora, associada a diferentes estratégias de organização e luta em prol de transformação social. Que também pode ser articulado por uma política de libertação, que se dá na formação de sujeitos, atores que fazem de suas lutas uma atividade crítico-prática que se transforma em uma práxis de libertação, aliás, na construção de uma nova sociedade.

Na filosofia política de Dussel (2007) se registra a importância das experiências vivenciadas pelos movimentos sociais. A organização dos movimentos sociais reflete a vontade e o direito de viver de um povo, mas não as vontades e direitos fabricados por forças interesseiras que ignoram a verdadeira libertação e emancipação das massas.

Deste modo, na concepção dessa tese, o novo movimento global climático, a sua práxis educativa, libertadora e ecossocial é anti-hegemônica, nasce e cresce nesse conjunto de injustiças climática e social, como utopia, desse sistema e ecossistema em prol da construção de nova sociedade. Nesse contexto, a contribuição de Dussel (2014) é a proposta de um projeto político para desenvolver criativamente uma filosofia política que saiba expressar o profundo “[...] estado de rebelião” [...] (DUSSEL, 2014, s/p.). A política da libertação tem sua pluralidade social e política, sempre em formação desde a base, como referente principal, o povo em mobilização histórica que exige o cumprimento e o dever de produzir uma teoria orgânica dentro desse processo de libertação em marcha. Portanto, em nosso entendimento, a forma como se organiza a mobilização no processo de libertação, podemos encontrar aí as experiências educacionais, tais como mencionadas pela Gohn (2012) em citação anterior.

Nessa perspectiva, dialoga-se com Freire (2015) em sua obra *Política e Educação*, onde se destaca a práxis capaz de transformar o mundo como uma práxis política. Esta práxis consiste em denunciar as injustiças anunciando uma nova sociedade mais humana, com esperança, sem ódio ou amarguras. Deste modo, em nosso entendimento, a práxis ecossocialista do movimento global climático, reverbera uma experiência educativa na construção de uma nova sociedade justa e solidária, ou seja, na transformação do mundo.

Em novo movimento global climático, compreende-se que a sua práxis reafirma-se que homens e mulheres também são sujeitos de sua história. Suas lutas são uma negação de sua redução. Por isso, a pertinência desse movimento, para além de possibilitar o engajamento na construção de uma sociedade melhor, democrática e justa, faz-se necessário a ressignificação dos valores e racionalidades que reorientem a construção do mundo, tempos em que se descongelam, se decantam, se precipita e se relançam histórias diferenciadas e se relança a história para novos horizontes.

Nisto, a experiência educativa está na prática libertadora em relação com a natureza humana fazendo-se e refazendo-se na história. Segundo Freire (2015, p.106-107), “[...] está em relação como a vocação ontológica dos seres humanos para a humanização que os insere na luta permanente no sentido de superar a possibilidade, histórica também, da desumanização, como distorção daquela vocação [...]”.

Até aqui, as obras apresentadas fornecem elementos suficientes que darão a base, às reflexões sobre o pensamento ecossocialista e sua relação com a práxis educativa em novo movimento global por justiça climática e social. Porém, ao longo da construção desse trabalho traremos outras fontes tais como: teses, relatórios de Ongs, relatórios científicos de grupos de pesquisas das Universidades, blogs de cientistas, que abordam questões ecossociais com exponenciais contribuições para o avanço do conhecimento dessa temática.

Dentre esses trabalhos destaca-se a tese de doutorado da Maria das Graças e Silva. *Capitalismo Contemporâneo e "questão ambiental": uma análise sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável*. Defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco: 2008. Nessa tese a abordagem trata-se do conceito do “desenvolvimento sustentável”, no contexto do capitalismo contemporâneo. Para construção dos resultados, a tese faz um exame crítico e menciona o fracasso das trajetórias das reuniões da cúpula da ONU sobre o clima; As Ongs voltadas ao meio ambiente; movimentos ambientalistas, ecologistas, etc. Da mesma forma, nunca mencionado sobre novo movimento global por justiça climático e social, mas traz contribuições em nossa tese, por nos mostrar um estrepitoso fracasso das reuniões da Cúpula da ONU e as contribuições dos órgãos paraestatais tais como: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Banco Internacional do Desenvolvimento (BID) e Organização Mundial do (OMC) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o desenvolvimento sustentável.

Pode-se ainda destacar outras fontes tais como: o relatório mensal e anual da Oxifam¹². A Oxifam é uma organização global com afiliadas em 20 países. Possui várias sedes mundiais. Tem como princípio fundamental trabalhar com organizações parceiras na luta por uma maior justiça econômica, política, social e ambiental. Acreditando que mudanças duradouras só são alcançadas quando as organizações

¹² Sítio para acessar os relatórios. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en>

trabalham juntas em redes e plataformas em direção a um objetivo comum, aplicando suas diversas habilidades técnicas, organizacionais ou de influência; Nesse contexto, segue com menor abrangência, EcoDebate¹³ – trata se de site de informações, artigos e notícias socioambientais com uma evidência científica. Diversos cientistas, dentre economistas, sociólogos, educadores, ecologistas, ambientalistas, etc., com diversas abordagens voltadas a denúncias e propostas alternativas educativas frente ao neoliberalismo e as mudanças climáticas.

Contudo, a construção desta pesquisa não se esgota nas referências mencionadas, mas podemos afirmar, que a sua apresentação foi possível encontrar chaves de leituras que possam auxiliar-nos em argumentos sobre em que perspectivas a resposta ecosocialista do novo movimento global climático por justiça social, traria contribuições educativas como alternativa para um novo paradigma societário sustentável, quanto também da construção metodológica e epistemológica da tese.

Quanto aos procedimentos metodológicos, o estudo será realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo como referenciais teórico-metodológicos, os pressupostos centrais do método analético. Nessa abordagem, a analética ou anadialética (ou para além da dialética), enquanto momento positivo da dialética, parte do outro enquanto livre, como um além do sistema da totalidade, que parte, então, de sua palavra, da revelação do outro e que confiado em sua palavra, atua, trabalha, serve e cria. Portanto, o método analético consiste na passagem ao justo crescimento da totalidade desde o outro e para servi-lo criativamente. De acordo Dussel (1986, p. 183-184),

[...] a analética consiste em organizar um discurso ou uma práxis a partir da liberdade do outro e nesta lógica, o outro apresenta-se como alteridade quando irrompe com o estranho, o diferente, o distinto, o pobre, o oprimido, aquele que está à beira do caminho, fora do sistema e mostra seu rosto sofredor e clama por justiça [...].

Portanto, essa perspectiva de procedimentos pressupõe considerar o novo movimento global pelo clima e sua práxis, como o Outro¹⁴ que não está contemplado

¹³ Sítio para acessar os artigos. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/>

¹⁴O termo *Outro* aparece com destaque (em maiúsculo ou entre parênteses) em vários escritos de Dussel, embora não em todos. O termo não designa apenas o “outro” como pessoa, mas também como grupo, classe social, povo, cultura popular, enfim, tudo o que se opõe a uma totalidade dada. A extensão do conceito pode, por vezes, dificultar a compreensão exata do sentido de certas passagens

no sistema, por isso os sujeitos que aderiram a causa, se insurgem da beirada onde estão localizados e reivindicam serem atores de suas próprias história, e desenfreado deste modo, a crescente destruição do meio ambiente e as consequências que causa para vida, sobretudo aos mais pobres da periferia do sistema-mundo (*World System*)¹⁵.

Deste modo, consideramos coerente nessa pesquisa, a epistemologia analética, por entendermos que a partir da analética, a práxis ecossocialista do movimento global climático é uma práxis ética de libertação. Por isso na filosofia da libertação na perspectiva de Enrique Dussel chama-se também da “analética” como pedagógica, ou “pedagógica analética” (DUSSEL, 1986, p.211) no sentido de que no movimento deve haver um comprometimento e mobilização para a libertação que a partir da justiça como práxis vai desembocando no significado do futuro, que seria a uma nova hegemonia, aliás, uma nova sociedade. Esta hegemonia, ou uma nova sociedade não é antagônica ou uma luta pela divisão, mas sim, como comunidade onde se efetiva a democracia.

Quanto à perspectiva bibliográfica, para além das obras mencionadas na breve revisão de literatura, serão consultadas outras fontes bibliográficas.

na obra de Dussel. Em todo caso, “o Outro é sempre antes de tudo o oprimido, o explorado, o pobre. Esta explicação fora retirada da nota n.26 da minha dissertação de mestrado, intitulada “A pedagógica como crítica ao ethos capitalista” defendida em 2018 na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Cf. MUCACHE, 2018, p.64.

¹⁵ “Periferia do sistema-mundo” refere-se economicamente os países do hemisfério sul, que sofreram em maior parte de seu território a colonização em nome da civilização. São, portanto, os países, dito do terceiro mundo, que pela sua situação de miséria e de pobreza estão na margem do capitalismo. E estes estão condenados doravante à dependência dos países centrais do capitalismo. Segundo Pansarelli, “[...] a noção de periferia designa uma dimensão geográfica, o que não deixa de agravar a situação, dadas as inúmeras dificuldades oferecidas por todos os caminhos conhecidos para os tão longínquos centros” (2013, p.45). De acordo com Dussel, a “hipótese” de um *World-System* surgiu como contrapartida a um “primeiro” eurocentrismo, cujo pensamento é o de que a Europa, a partir de suas pretensas origens gregas e medievais latinas, tenha produzido “a partir de dentro” os valores e os sistemas instrumentais (posições de Hegel, Marx, Weber ou Sombart) que se universalizaram nos últimos cinco séculos, no tempo da Modernidade [...]”. *World-System*, “o primeiro” eurocentrismo de Hegel ou Weber, que supõe a superioridade da Europa; superioridade provada “a partir de” fatores puramente internos da própria Europa. O “segundo” tipo de eurocentrismo, que superou o “primeiro”, pensa ainda a partir da Europa mesmo aceitando que tenha conseguido o domínio por momentos vindos a partir de “fora” (por exemplo, os metais preciosos americanos), o que lhe permitiria triunfar na competição com o mundo muçulmano, a África e a Ásia desde 1492. As descrições partem narrativamente sempre a partir da Europa. África ou Ásia são o mundo externo, distante, posterior. Na filosofia da libertação é designada como práxis trans-moderna, ao tentar superar este “segundo” eurocentrismo para indicar o sentido de uma “Transmodernidade” como projeto, como alternativa de superação de toda sorte de opressão (Cf. DUSSEL, 2016, p.142-146).

Quanto à perspectiva documental, foram analisados relatórios científicos de grupos de pesquisas de universidades e de alguns movimentos, iniciativas e eventos no Brasil sobre diversos setores que vem atuando na mudança do clima e serão mencionados, as ONGs e os movimentos que se destacam em ações concretas de políticas públicas, tanto em nível nacional como internacional na conscientização dos cidadãos com trabalhos educativos, na pesquisa e publicação de materiais e documentos, e em projetos socio-comunitário.

Partindo dessas considerações foram selecionadas e utilizadas como uma parte e aporte de pesquisa os relatórios dos seguintes movimentos: *Movimento católico global pelo clima*, com sede no vaticano; Movimento 350¹⁶, fundado no EUA, com diversas sedes, também sediada no Brasil; O CEBDS¹⁷ - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, sediado no Brasil, que conta com

¹⁶ A 350.org foi fundada em 2008 por um grupo de amigos universitários nos Estados Unidos, juntamente com o autor Bill McKibben, que escreveu um dos primeiros livros sobre o aquecimento global para o público em geral, com o objetivo de construir um movimento climático global. O nome da 350 vem de 350 partes por milhão, que é a concentração segura de dióxido de carbono na atmosfera. Nossas primeiras ações foram dias globais de ação que conectaram ativistas e organizações em todo o mundo, incluindo o Dia Internacional de Ação Climática em 2009, o Global Work Party em 2010, Moving Planet em 2011. A 350 rapidamente se tornou uma colaboração mundial de organizadores, grupos comunitários e pessoas comuns lutando pelo futuro. Hoje, a 350 trabalha em campanhas de base em todo o mundo: da oposição às fábricas de carvão e megadutos até a criação de soluções de energia renovável e corte dos laços financeiros da indústria de combustíveis fósseis. Todo o nosso trabalho aproveita o poder das pessoas para dismantlar a influência e a infraestrutura da indústria de combustíveis fósseis. Alguns dos nossos momentos mais orgulhosos dos últimos anos incluem campanhas contra a Keystone XL e o Dakota Access nos Estados Unidos, campanhas para parar o fracking em centenas de cidades e estados do Brasil, quando nos juntamos a mobilizações de base históricas antes e depois do acordo climático de Paris e a pressão sobre centenas de Universidades, fundações, cidades e igrejas para alienar combustíveis fósseis.

¹⁷ A instituição representa suas associadas em todas as Conferências das Partes das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, desde 1998, e de Diversidade Biológica, desde 2000. O reconhecimento do trabalho levou a instituição a atuar em diversos espaços em nível internacional como a Carbon Pricing Leadership Coalition (CPLC); o Conselho Mundial da Água; a Natural Capital Coalition; a Low Carbon Business Action in Brazil da União Europeia; o Partnership for Market Readiness (PMR) Brasil; e o We Mean Business. Em nível nacional o CEBDS atua em espaços como a CE100 Brasil; Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura; Conselho do CDP América Latina; Comitê de Consumo Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas; Iniciativa Empresarial em Clima (IEC); Painel da Biodiversidade (Painel Bio); Rede Empresarial Brasileira de Avaliação de Ciclo de Vida (Rede ACV); e Rio +B. Em 2016, o CEBDS, representado por sua presidente, Marina Grossi, foi convidado a integrar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, um órgão de assessoramento do presidente da República e, por sua ampla representatividade, tem uma efetiva capacidade de apontar caminhos e influenciar decisões. Além disso, no mesmo ano, o CEBDS e a *Climate Bonds Initiative* criaram o Conselho Brasileiro de Finanças Verdes com o objetivo de construir um robusto *pipeline* de oportunidades para os investimentos verdes no Brasil, além de atrair capital em escala e levar o país à liderança mundial nos temas climáticos, pós COP-21. Em 2018, Marina Grossi, presidente do CEBDS, também passou a integrar o Conselho Diretivo da *Carbon Pricing Leadership Coalition (CPLC)*, uma coalizão do Banco Mundial que reúne líderes do governo, do setor privado, da academia e da sociedade civil para expandir o uso de políticas de precificação de carbono. Disponível em: <https://cebds.org/>. Acesso em 02.marc.2020.

quase 60 conselhos nacionais e regionais em 36 países e de 22 setores industriais, além de 200 grupos empresariais que atuam em todos os continentes.

Quanto à estrutura da tese: No primeiro capítulo e segundo capítulos tratamos de investigar a raiz humana da crise ambiental e mudanças climáticas: descrição do estado da questão. Buscamos os estudos atuais que evidenciam a crise ambiental em sua face mais visível no aquecimento global e na concentração de renda, que está gerando a maior desigualdade social da história e a exclusão social.

Foram apresentados por um lado, os elementos e séries de problemas recorrentes ecológicos que são a fonte de desastres ambientais que tem engendrado má qualidade de vida hoje de forma acelerada, assim como discutimos antecedentes que evidenciam a presença da mão humana em sua intervenção na natureza com fins capitalista, visando o lucro em detrimento da justiça social e do poder financeiro, como será demonstrado.

Discutimos, por outro lado, sobre a origem da controvérsia, sobre a motivação das ações humanas da insustentabilidade da atual situação ecológico-social, mesmo se sabendo dos riscos causados, por que se é recorrente e em escala crescente com alta pontecilaidade as ações que prejudicam o meio ambiente. Por fim, a partir de Michael Löwy (2005) em diálogo com Sumo Pontífice Francisco (2015), procuramos entender sobre o significado a atual crise socioambiental e quais as propostas alternativas ao atual modelo de desenvolvimento. Para eles, A crise socioambiental vem questionar o processo civilizatório da humanidade e os paradigmas teóricos que impulsionam a legitimam o crescimento econômico, negando a natureza. A sustentabilidade ecológica aparece como um critério normativo para reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência duradouro, questionando as próprias bases da produção.

A visão mecanicista da razão converteu-se no princípio constitutivo de uma teoria econômica que predomina sobre os paradigmas organicistas dos processos da vida, legitimando uma falsa ideia de progresso da civilização moderna. Aliás, a racionalidade econômica banuiu a natureza da esfera da produção, gerando processos de destruição ecológica e degradação ambiental. O conceito de sustentabilidade surge, portanto, do reconhecimento da função de suporte da natureza, condição e potencial do processo de produção.

No terceiro capítulo procuramos tratar os fundamentos dos conceitos e bases da corrente “ecossocialismo” para encontrar chaves de leituras sobre em que

perspectiva o novo movimento global climático a sua práxis pode ser considerada “práxis ecossocialista”, e de que forma a sua práxis ecossocialista reverbera para reflexão e a prática de justiça social mediante a atual crise ambiental que não é apenas do clima, mas sim de injustiça social.

Por entender que a degradação ambiental, constitui um risco de colapso ecológico, a desigualdade social e a pobreza extrema como sinais eloquentes da atual crise global, e como resposta a essa realidade que coloca em estorvos a humanidade na perspectiva da produção, reprodução e desenvolvimento da vida, nesse capítulo trazemos as bases ecossocialistas como proposta original que articula as ideias fundamentais para crítica ecológica em prol da superação e a recuperação da relação sadia entre o homem e a natureza.

Deste modo, neste capítulo não historicizarmos a relação entre o ecossocialismo e socialismo, nosso intuito é esboçar chaves de leitura crítica do ecossocialismo, um dos setores do socialismo e ao mesmo tempo de acordo Löwy (2014, p.43) “rejeitar os objetivos reformistas da social-democracia e as estruturas produtivistas das variações burguesas do socialismo”. O ecossocialismo, em seu escopo nos permite entender como se dá o processo de construção social do mundo face ao modelo atual de produção neoliberal capitalista. Portanto, nessa esteira, entendemos o novo movimento global climático por justiça social e sua militância em defesa do clima e do meio ambiente como uma práxis ecossocialista, que encontra suas bases no ecossocialismo como movimento social em defesa do meio ambiente como patrimônio social de todos.

No quarto capítulo tratamos sobre a injustiça climática e suas implicações ético-político. Para se entender as implicações éticas e políticas da injustiça climática, buscamos as reflexões e compressões no escopo filosófico de libertação conforme registramos no embasamento teórico quando estruturamos o projeto da presente pesquisa. A partir da realidade e os problemas levantados em primeiro capítulo, intentaremos um debate sobre o significado de uma implicação ética e política na filosofia da libertação procuraremos expor de que modo a injustiça climática exige uma interpelação ética e política para se aprofundar as reflexões sobre a produção, reprodução e desenvolvimento da vida. Aliás, a interpelação como atitude filosófica, significa que existe alguma causa, que não pode passar despercebida, tal como por exemplo, se existem pessoas morrendo no mundo, a que se interpelar, se perguntar

a que se deve. É dessa maneira que também na tradição filosófica de libertação é pensada e investigada a realidade.

A partir desse debate, pudemos entender nesse escopo as intenções e as intervenções do movimento global climático por justiça social e climático como uma interpelação ético-filosófica por uma outra visão do mundo em que a natureza não é causa de guerras e mortes, tal como se vê hoje. Da mesma forma, nessa realidade onde a natureza e as consequências da atual crise ambiental, é impossível a afirmação da condição de ser sujeito vivo, quando as fontes naturais, aquelas que se têm como direito natural, tais como a água e a terra são produtos a ser mercadorizadas.

Em quarto capítulo tratamos sobre a educação ecossocialista com enfoque à educação social para um diálogo entre a humanidade e o ambiente. Neste intuito, a educação social no contexto da atual crise ambiental, tem papel fundamental na luta pela democracia, pois nele articula-se com finalidade da sustentabilidade, uma sociedade que conhece o valor da natureza e participa de um processo de reapropriação da natureza, na gestão desse patrimônio como bioculturais e bem coletivo, combatendo toda racionalidade que se arraiga no consumismo, na extração de todo simbolismo natural e cultural dos povos, para fins lucrativas. Portanto, a transição para uma visão do mundo, da democracia para sustentabilidade, a educação social tem papel na construção de um projeto que abre horizontes para respeito entre os ecossistemas e solidariedade pautado pela justiça socioambiental comprometido com vida em sua materialidade factível. Aliás, do acesso de todas as condições da produção, reprodução e o desenvolvimento da vida, onde os bens naturais são como um direito de todos, e não algo que se pode comprar.

Contudo, o quinto capítulo se trata de um esforço de apresentar as propostas alterantivas aos problemas trazidos na tese. A educação ecossocialista instiga o olhar para a emergência e a construção de saberes que ressignificam as concepções do progresso, do desenvolvimento e do crescimento sem limites, para configurar uma nova racionalidade social, com ressonâncias nas práticas educativas.

PRIMEIRO CAPÍTULO

NEOLIBERALISMO, A RAZ DA CRISE SOCIOAMBIENTAL E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: ESTADO DA QUESTÃO

[...] A contínua aceleração das mudanças na humanidade e no planeta junta-se, hoje, à intensificação dos ritmos de vida e no trabalho, que alguns, em espanhol, designam-se por “rapidación”. Embora a mudança faça parte da dinâmica dos sistemas complexos, a velocidade que hoje lhe impõem as ações humanas contrasta com lentidão natural de evolução biológica. A isto vem juntar-se o problema de que os objetivos desta mudança rápida e constante não estão necessariamente orientados para o bem comum e para um desenvolvimento humano sustentável e integral. A mudança é algo desejável, mas torna-se preocupante quando se transforma em deterioração do mundo e da qualidade de vida de grande parte da humanidade.

(PAPA FRANCISCO, 2015, p.19)

Em um horizonte propedêutico da presente pesquisa, interessa-nos nesse primeiro capítulo, compreender as origens da crise socioambiental e mudanças climáticas, um dos grandes desafios que a humanidade enfrenta dias atuais.

A crise ambiental mostra a sua face mais nefasta na elevação descontrolada do aquecimento global e na concentração de renda, que têm gerado uma maior desigualdade e exclusão social crescente para uma parcela significativa da humanidade.

Os problemas ecológicos, desastres ambientais que tem engendrado má qualidade de vida hoje de forma acelerada, tem sua gênese antropogênica, aliás, da intervenção humana com interesse de engrossar mais o capital da minoria, a classe que detém o poder financeiro, tal como as multinacionais ligadas ao agronegócio, legitimadas pelas leis de flexibilização, relaxamentos de medidas voltadas a proteção socioambiental. Embora esta classe poderosa tenha mecanismo de acesso à saúde e ao bem estar, os problemas ecológicos atingem todo mundo, é uma questão global.

Apesar de se saber do problema da eficiência do sistema e da insustentabilidade da atual situação ecológico-social muitos agentes envolvidos e setores majoritários das populações dos países ricos e emergentes não aceitam as transformações ou reformas mais profundas e radicais necessárias para fazer frente

a essa crise. Reconhecem o problema, mas não aceitam nenhuma mudança que modifique o atual padrão de vida e muitos menos tire deles o que consideram direito, para se fazer investimentos em programas sociais e na preservação do meio ambiente. Isso seria para estes, ir contra direito e justiça. Isso mostra que o impasse que estamos vivendo não é resultado da não compreensão racional das atuais contradições do modelo de globalização capitalista, nem dos perigos que o próprio sistema está enfrentando em termos de sua eficiência e sustentabilidade. Há algo mais profundo que está levando os integrados e defensores do sistema a capitalista a essa situação de impasse.

A crise socioambiental é uma evidência que questiona o processo civilizatório da humanidade e os paradigmas teóricos que impulsionam a legitimam o crescimento econômico, em que a sua ação exploradora, nega a natureza como espaço onde todos os organismos vivos têm o papel ecossistêmico na cadeia vital. A sustentabilidade ecológica aparece como um critério normativo para reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência duradouro, questionando as próprias bases da produção.

A visão mecanicista da razão converteu-se no princípio constitutivo de uma teoria econômica que predomina sobre os paradigmas organicistas dos processos da vida, legitimando uma falsa ideia de progresso da civilização moderna. Aliás, a racionalidade econômica banuiu a natureza da esfera da produção, gerando processos de destruição ecológica e degradação ambiental. O conceito de sustentabilidade surge, portanto, do reconhecimento da função de suporte da natureza, condição e potencial do processo de produção.

Deste modo, nesse primeiro momento da pesquisa, no primeiro capítulo procuramos expor, como se apresenta atualmente o debate sobre as mudanças climáticas e os impactos que isso tem para com humanidade do ponto de vista da produção, reprodução e desenvolvimento da vida.

1.1 Neoliberalismo, uma compreensão conceitual: O paradoxo entre o ideal do progresso econômico e a produção da barbárie real

A pergunta sobre o que é neoliberalismo, é uma questão não tão fácil de responder. Intentaremos seguir com algumas contribuições de estudos recentes, até porque o neoliberalismo está sendo alvo de várias críticas, fato que chama atenção do ponto de vista científica. Historicamente nunca teve um sentido unívoco, foi sempre designado pejorativamente por seus críticos, pela sua política primeiramente sintetizada pelo “Consenso de Washington”¹⁸. Atualmente as críticas ao neoliberalismo têm ganhado espaço de forma contundente, pelos seus impactos negativos para o desenvolvimento humano em diversos aspectos da esfera social.

O neoliberalismo pode ser entendido como uma nova fase na evolução do capitalismo que surgiu na esteira da crise estrutural do final dos anos 1970 e o início dos anos 1980. De acordo Duménil; Levy (2014, p.11), “[...] Ele expressa a estratégia das classes capitalistas aliadas aos administradores de alto escalão, especificamente no setor financeiro, de reforçar sua hegemonia e expandi-la globalmente [...]. O objetivo do programa político neoliberal é maximizar o lucro. Não está preocupado em satisfazer as necessidades das populações e nele progride sem freio tendências desigualdades sociais e a marginalização social.

Ora bem, por se tratar de um conceito (neoliberalismo) já bastante explorado, não iremos esboçar a sua historicização. Nosso objetivo nesse escopo é compreender a sua relação com as crises econômicas e políticas, em que a sua lógica do mercado *per se*, tudo é reduzido ao cálculo de utilidades para a realização do

¹⁸ O termo Consenso de Washington tem origem num conjunto de regras básicas, identificadas pelo economista John Williamson em 1990, baseadas no pensamento político e opiniões que ele acreditava reunirem consenso amplo naquela época. O conjunto de medidas incluía: 1) disciplina fiscal; 2) redução dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) determinação de juros pelo mercado; 5) câmbio dependente igualmente do mercado; 6) liberalização do comércio; 7) eliminação de restrições para o investimento estrangeiro direto; 8) privatização das empresas estatais; 9) desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e do trabalho); 10) respeito e acesso regulamentado à propriedade intelectual. A referência a “consenso” significou que esta lista foi baseada num conjunto de ideias partilhadas, na época, pelos círculos de poder de Washington, incluindo o Congresso e a Administração dos Estados Unidos da América (Tesouro e Federal Reserve Bank), por um lado, e instituições internacionais com sede em Washington, tais como o FMI e o Banco Mundial, por outro, apoiados por uma série de grupos de reflexão e economistas influentes. Cf. LOPES, Carlos. *Crescimento económico e desigualdade: As novidades pós-Consenso de Washington*. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 94 | 2011, publicação online no dia 01 outubro 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/1475>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.1475>. Acesso em 31.marc.2021.

interesse apenas econômico, engendrando a marginalização da vida, tal como a crise socioambiental. Nesse contexto, segundo Hinkelammert (2013, p.11) “[...] a vida reduzida ao cálculo, se perde de vista a vida em comunidade, as relações de solidariedade e amizade [...] são indispensáveis para um bem viver [...], e inúteis no cálculo do interesse econômico capitalista **neoliberal (grifos nosso)**.”

No arcabouço ainda de se compreender o conceito “neoliberalismo” e de como nele se dá o paradoxo entre o ideal do progresso econômico e a produção da barbárie real, seguiremos com o entendimento dos sociólogos Pierre Dardot e Christian Laval, em sua obra *A Nova razão Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal (2016)*. Para eles,

[...] o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação (...). O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral para vida [...] (DARDOT; LAVAL, 2016, p.17).

O neoliberalismo como uma “nova razão do mundo” assim designado por Dardot e Laval (2016), transformou profundamente o capitalismo, transformando profundamente as sociedades. Nesse sentido, o neoliberalismo não se trata apenas, uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida. Deste modo,

[...] o caráter sistêmico do dispositivo neoliberal torna qualquer inflexão das políticas conduzidas muito difícil, ou mesmo impossível, no próprio âmbito do sistema. Compreender politicamente o neoliberalismo pressupõe que se compreenda a natureza do projeto social e político que ele representa e promove desde os anos 1930. Ele traz em si uma ideia muito particular da democracia, que, sob muitos aspectos, deriva de um antidemocratismo: o direito privado deveria ser isentado de qualquer deliberação e qualquer controle [...] (DARDOT; LAVAL, 2016, p.8).

O antidemocratismo do sistema neoliberal, reduz qualquer intervenção do governo, pois, se isso não fosse, desregularia e perturbaria seu curso, fato que estimularia uma atitude contrária, a democracia. É nesse contexto em que encontramos em neoliberalismo um paradoxo entre o ideal do progresso econômico

e a produção da barbárie real. A grande promessa do projeto neoliberal é a de produzir abundância de bens e felicidade para todos, através do livre mercado das grandes corporações financeiras. A defesa da liberdade total nas relações econômicas é justificada pela promessa de um rápido enriquecimento individual a qualquer custo. Para que isso aconteça, a esfera econômica precisaria reger a vida política. O poder político intervencionista dos Estados, em assuntos econômicos, deveria ser reduzido. Abre-se, neste sistema hegemônico, um caminho de enfraquecimento do poder produtivo e administrativo dos Estados para fortalecer o mercado competitivo entre as grandes indústrias privadas. Portanto, há uma controvérsia nessa relação, por um lado, aliado às ideias de globalização, o neoliberalismo em sua missão do tipo “soteriológico¹⁹”, propaga o desenvolvimento humano, alegando criar e levar a todas as nações o bem-estar social. Por outro, o prometido desenvolvimento a partir de sistema neoliberal não ocorreu e os problemas anteriores à sua implementação permanecem.

A ideologia neoliberal sufocou boa parte dos Estados Nações e organizações dos países, sobretudo, do terceiro mundo, dificilmente surgem propostas que escapam às suas concepções, o que torna complexo o estabelecimento de uma oposição a este pensamento. Não se é de estranhar que as manobras em que se veem nos Estados Nações, a instrumentalização da política econômica do Estado; o desmantelamento dos auxílios sociais; da progressividade do imposto e outras ferramentas de redistribuição de riquezas de um lado e com o estímulo da atividade sem entraves ao capital mediante a desregulamentação do sistema de saúde, do trabalho e do meio ambiente.

Nesse contexto, pode-se dizer o sistema neoliberal com sua lógica do mercado, não tem nada a ver com os direitos humanos. A lógica do mercado supõe que em princípio tudo pode ser tratado como mercadoria, inclusive “as coisas e as relações sociais, pode-se atribuir um preço a eles e negociá-los nos termos de um contrato legal” HARVEY, 2014, p.178). Nessa mesma linha de compreensão sobre as controvérsias do neoliberalismo, segundo Sung,

¹⁹O termo soteriologia, significa estudo sobre salvação em todos os seus aspectos. O termo é usado em estudos teológicos e na ciência da religião. Nesta citação, utilizamos o conceito, para fazer alusão às controvérsias das propostas do sistema neoliberal.

[...] Na cosmovisão e na antropologia neoliberal, desaparecem a noção de dignidade fundamental de todas as pessoas e a noção de justiça social e de sociedade justa. Para a cultura neoliberal, não há direito ou justiça fora do mercado livre. Mais do que isso, o ser humano se realiza como ser humano livre somente dentro do mercado livre. É um mundo em que os pobres, os que foram excluídos do mercado, não têm o direito a viver com dignidade (SUNG, 2018, p.16).

Para se garantir a sobrevivência humana, seria necessário afrouxar a estratégia do neoliberalismo tendo em vista a solução da crise socioambiental global, da exclusão social, das relações sociais, etc. O afrouxamento se daria a partir da inversão da lógica sacrificial de vidas humanas, que seria a vida pautada em direitos humanos e justiça social. A essa crise nos é apontado algumas alternativas que julgamos pertinente, para transformar o atual cenário em que a degradação socioambiental coincide com a degradação dos direitos. Neste sentido precisaria, de acordo Sung,

[...] que nos direitos humanos enquanto direitos sociais, o Estado intervenha no âmbito econômico-social – seja por meio de programas sociais, por exemplo, na área de renda mínima, alimentação, educação, saúde, moradia, ou por políticas econômicas – em favor dos que foram excluídos desses direitos por não estarem integrados no mercado, para satisfazer suas necessidades básicas. E essa intervenção implica também, necessariamente, a transferência de renda ou riqueza do setor mais rico para o setor mais pobre por meio dos impostos [...] (SUNG, 2018, p.117).

A racionalidade neoliberal busca legitimar a sociedade burguesa contra as possibilidades de emancipação popular, que assegure a busca por um sentido de vida que permita a alteridade, a solidariedade e a atenção aos que estão na situação de necessidade, tais como as vítimas climáticos. Neste sentido, é indispensável por um lado, uma política econômica ativa que promova uma economia que articule a diversificação produtiva e a criatividade empresarial, que seja possível, por exemplo, o aumento de postos de trabalhos em vez de reduzi-los; e por outro, se é urgente a justiça social para desenfrear a crescente desigualdades sociais. A fragilidade da racionalidade neoliberal de acordo Francisco (2020, p. 89-90),

[...] perante a pandemia Covid-19 evidenciou que nem tudo se resolve com a liberdade de mercado e que, além de reabilitar uma política saudável que não esteja sujeita aos ditames, devemos voltar a pôr a dignidade humana no centro e sobre aquele pilar devem ser construídas as estruturas sociais alternativas das quais precisamos.

Seria o fim do neoliberalismo? Bom, não se trata de uma tarefa principal responder esta questão nesta tese, mas bom, mediante às incapacidades econômicas para responder às crises que a pandemia causou, vários pronunciamentos de pesquisadores anticapitalistas, têm afirmados que houve incapacidade econômica para responder aos problemas sobretudo de saúde pública e de outros setores estratégicos do desenvolvimento econômico.

1.2 A Ecologia numa Economia da Barbárie

Na análise do sistema capitalista e das relações de dominação geradas por ele, assume o papel cada vez maior a dimensão ecológica: isto é, a denúncia da contaminação, destruição do meio ambiente, e a degradação social, devido à ocupação de importantes territórios, especialmente pelas multinacionais. De forma coerente com a lógica do sistema, nelas o afã de lucro prevalece sobre as exigências da vida e o direito dos povos, especialmente, aqueles sujeitos pobres que dependem desses territórios para sobreviverem. De acordo Girard (2009, p.84), esse fenômeno pode ser chamado de “ecocídio”, quando multinacionais servem apenas aos interesses capitalistas, deixando nos campos só a destruição e morte, que se descrevem na implementação química de agricultura venenosa, grilagem e desmatamentos, tão prejudiciais para estabilidade ecológica, econômica e para autonomia das comunidades. Na percepção desta crise ecológica e suas consequências no embrutecimento do ecossistema, segundo observa Leff,

[...] foi sendo configurado um conceito de ambiente como uma nova visão do desenvolvimento humano, que reintegra os valores e potenciais da natureza, as extremidades sociais, os saberes subjugados e a complexidade do mundo negados pela racionalidade mecanicista, simplificadora, unidimensional e fragmentadora que conduziu o processo de modernização (2019, p.17).

Neste sentido, a discussão sobre a questão socioambiental emerge novos valores éticos e estéticos como saberes reintegradores da diversidade e dos potenciais sinérgicos gerados pela articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais. A degradação ambiental revela um vazio deixado pelo progresso da racionalidade econômica, como sintonia de sua falta de conhecimento do processo

interminável de produção teórica e de ações práticas orientadas por uma utopia: a construção de um mundo sustentável, democrático, igualitário e diverso.

A título de ilustração, a crescente destruição da floresta amazônica em prol de expansão das plantações e agronegócios, eclodiu numa grande violência, gerando desmatamentos em larga escala, e o genocídio da população nativa, os indígenas.

A novidade crucial deste momento histórico é que nos confrontamos com diversas crises, uma delas, é ético-ecológica-cultural. A crise ecológica no contexto de encadeamento de crises, não está isolada, pelo contrário, as crises humanitárias manifestam-se de forma sinérgica, mesmo, se às vezes isso não pareça tão evidente. De acordo Dussel (2016, p.304-305):

Los síntomas del final del capitalismo se van tornando cada vez más claros (aunque quizá muchos decenios y hasta un siglo puedan marcar su término). El primero, objetivamente, la aceleración de la contingencia ecológica cuyo horizonte es la extinción de la vida humana en el planeta, entre otros aspectos, por lo limitado de los recursos no renovables, ya que, como tantas veces lo hemos indicado, el criterio que mueve al capital es el aumento de la tasa de ganancia que es contradictorio a la afirmación y crecimiento de la cualidad de la vida de toda la humanidad, y no sólo de una minoría (que de todas maneras enfrentaría en largo plazo la misma contradicción), y, por ello, se hace necesaria la racionalización del ahorro de esos recursos, no sólo por su escasez sino también debido al derrumbe de la corporalidad humana (la obesidad y la enfermedad), lo que exige que se imponha un consumo medido (contrario también al irracional y necesario aumento de la producción de mercancías exigido por la esencia del capital). El segundo, subjetivamente, el aumento de toma de conciencia ética y política por parte de los pobres de la Tierra, que son las grandes mayorías que por los procesos educativos y por los medios electrónicos va haciendo cargo del hecho de que son engañados por una minoría que gestiona en su beneficio el excedente del trabajo de aquellos (es decir, del plusvalor en forma de ganancia industrial, comercial o financiera que va perdiendo su invisibilidad gracias al pensamiento crítico). La pobreza se hace más clara y la injusticia produce mayor furor [...]²⁰.

²⁰Tradução: Os sintomas do fim do capitalismo estão se tornando cada vez mais claros (embora talvez muitas décadas e até um século possam marcar seu fim). A primeira, objetivamente, a aceleração da contingência ecológica cujo horizonte é a extinção da vida humana no planeta, entre outros aspectos, devido aos limitados recursos não renováveis, uma vez que, como já indicamos tantas vezes, os critérios que O que move o capital é o aumento da taxa de lucro que é contraditório à afirmação e crescimento da qualidade de vida de toda a humanidade, e não apenas de uma minoria (que, em qualquer caso, enfrentaria a mesma contradição a longo prazo), e, por esse motivo, é necessário racionalizar a economia desses recursos, não apenas pela escassez, mas também pelo colapso da corporalidade humana (obesidade e doença), que exige a imposição de consumo moderado (também contrário). ao aumento irracional e necessário da produção de bens exigida pela essência do capital). A segunda, subjetivamente, o aumento da consciência ética e política por parte dos pobres da Terra, que é a grande maioria que, devido aos processos educacionais e à mídia eletrônica, se encarrega do fato de serem enganados por uma minoria que gerencia em seu benefício o excedente do trabalho daqueles (isto é, o mais-valor na forma de ganho industrial, comercial ou financeiro que está perdendo sua invisibilidade graças ao pensamento crítico). A pobreza se torna mais clara e a injustiça produz mais fúria [...].

O planeta Terra dá sinais cada vez mais reiterados e evidentes de esgotamento. Os sistemas físicos e biológicos alteram-se rapidamente como nunca aconteceu na história da civilização humana. Mesmo havendo céticos, desde o 9º Relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), de fevereiro de 2014, há praticamente um consenso de que a evolução acelerada da tragédia ambiental tem causante antropogênico. Na época, o informe dos pesquisadores e cientistas sobre as mudanças climáticas foi categórico e não deixou espaço de dúvidas ao se afirmar, de forma contundente, que o aquecimento global se deve à intervenção humana sobre o planeta. Destaque-se que, as previsões do IPCC de 2014, hoje encontram-se defasadas. De acordo Rockstrom, et al (2009, p.17):

[...] os limites planetários já foram ultrapassados, três dos limites já foram transgredidos: os do aquecimento global, da extinção de espécies e do ciclo do nitrogênio; outros já estão acontecendo e sentida pela humanidade, sobretudo os mais pobres, sendo os mentores da crise as grandes multinacionais ligados ao agronegócio: uso a água doce, conversão de florestas em plantações industriais, acidificação dos oceanos e ciclo do fósforo, contaminação química e a carga de aerossóis na atmosfera [...].

De acordo o *Relatório Planeta Vivo*²¹ 2019, O colapso ecológico parece ser o destino do Planeta à medida que as exigências humanas excedem a capacidade de autorregeneração da Terra. O capital natural do mundo atingiu o valor de quase um terço acima da capacidade natural que a Terra tem para assegurar a nossa sobrevivência. O Relatório Planeta Vivo usa o Índice Global Planeta Vivo para medir as mudanças na saúde dos ecossistemas do planeta, avaliando 9.000 populações de mais de 2.600 espécies. O índice global revela quase 30% de queda desde 1970, sendo os trópicos os mais atingidos, registrando-se um declínio de 60% em menos de 40 anos. Assim enquanto a biodiversidade revela uma tendência decrescente, a pegada ecológica sobre a terra aumenta, um dos outros indicadores-chave utilizados no relatório, ilustrou bem como a nossa crescente procura pelos recursos naturais se tornou insustentável.

²¹ O Relatório Planeta Vivo (RPV) é a publicação mais importante da WWF sobre o estado e a saúde do planeta. É um instrumento para medir e avaliar o estado da biodiversidade global e as pressões humanas sobre a natureza e um veículo para partilhar e promover estes conceitos entre o maior número de pessoas. Disponível em: https://www.natureza-portugal.org/o_que_fazemos/por_um_planeta_vivo/o_relatorio_planeta_vivo/. Acesso em 22.03.2020 pelas 11h28.

Em mesma linha de orientação, o relatório do Índice Global Planeta Vivo, acrescenta-se que o declínio da biodiversidade, desde 1970 tem sido mais rápido nos países de baixo rendimento, o que demonstra como as nações mais pobres e vulneráveis estão a subsidiar os estilos de vida dos países mais ricos. A diminuição da bio capacidade (capacidade de uma região para regenerar os seus recursos) vai levar à necessidade de importar recursos essenciais aos ecossistemas, uma tendência que os tornará mais vulneráveis a longo prazo. Segundo a visão de Lambertini et al (2018, p.06):

[...] All economic activity ultimately depends on services provided by nature, estimated to be worth around US\$125 trillion a year. As we better understand our reliance on natural systems it's clear that nature is not just a 'nice to have'. Business and the finance industry are starting to question how global environmental risks will affect the macroeconomic performance of countries, sectors and financial markets, and policy-makers wonder how we will meet climate and sustainable development targets with declining nature and biodiversity. Exploding human consumption is the driving force behind the unprecedented planetary change we are witnessing, through the increased demand for energy, land and water. Consumption indicators – such as the Ecological Footprint – provide a picture of overall resource use. The products we consume, the supply chains behind them, the materials they use and how these are extracted and manufactured have myriad impacts on the world around us. While climate change is a growing threat, the main drivers of biodiversity decline continue to be the overexploitation of species, agriculture and land conversion. Indeed, a recent assessment found that only a quarter of land on Earth is substantively free of the impacts of human activities. This is projected to decline to just onetenth by 2050. Land degradation includes forest loss; while globally this loss has slowed due to reforestation and plantations it has accelerated in tropical forests that contain some of the highest levels of biodiversity on Earth. Ongoing degradation has many impacts on species, the quality of habitats and the functioning of ecosystems. Two recent studies have focused on the dramatic reductions in bee and other pollinator numbers and on the risks to soil biodiversity, critical to sustain food production and other ecosystem services [...]²².

²² Tradução: Toda atividade econômica depende, em última análise, de serviços prestados pela natureza, estimados em cerca de US \$ 125 trilhões por ano. À medida que entendemos melhor nossa dependência de sistemas naturais, fica claro que a natureza não é apenas uma “coisa boa de se ter”. Os negócios e o setor financeiro estão começando a questionar como os riscos ambientais globais afetarão o desempenho macroeconômico de países, setores e mercados financeiros, e os formuladores de políticas se perguntam como alcançaremos as metas de desenvolvimento sustentável e climático com natureza e biodiversidade em declínio. A explosão do consumo humano é a força motriz por trás da mudança planetária sem precedentes que estamos testemunhando, através do aumento da demanda por energia, terra e água. Os indicadores de consumo - como a Pegada Ecológica - fornecem uma imagem do uso geral dos recursos. Os produtos que consumimos, as cadeias de suprimentos por trás deles, os materiais que eles usam e como eles são extraídos e fabricados têm inúmeros impactos no mundo ao nosso redor. Embora a mudança climática seja uma ameaça crescente, os principais fatores de declínio da biodiversidade continuam sendo a superexploração de espécies, agricultura e conversão de terras. De fato, uma avaliação recente descobriu que apenas um quarto da terra na Terra está substancialmente livre dos impactos das atividades humanas. Prevê-se um declínio para apenas o décimo quarto em 2050. A degradação da terra inclui a perda de florestas; embora globalmente essa perda tenha diminuído devido ao reflorestamento e plantações, ela acelerou em florestas tropicais que contêm alguns dos mais altos

O desenvolvimento econômico, orientado pelo sistema neoliberal implantado ao longo dos últimos dois séculos, é a causa do impasse que vivemos. De acordo Harvey,

[...] A preocupação neoliberal com indivíduo põe em segundo plano toda preocupação democrática social com igualdade, a democracia e as solidariedades sociais. Além disso, o frequente recurso à ação legal acata a preferência neoliberal pelo apelo aos poderes judiciais e executivo em detrimento do parlamentar. [...] as decisões legais tendem a favorecer direitos de propriedade privada e da taxa de lucro em detrimento dos direitos à igualdade e à justiça social [...] (2014, p.190).

Portanto, este paradigma é baseado no crescimento econômico ilimitado, na ideia de progresso infinito, na concepção de que os recursos naturais seriam inesgotáveis e de que a intervenção humana sobre a natureza se daria de maneira neutra. A origem da crise ecológica está no consumo desenfreado, e este estilo de vida está decidindo a vida das futuras gerações sem nenhuma condição de ser sujeito, deixando-lhes um mundo árido e poluído.

Através do movimento global pelo clima e os diversos movimentos pro-vida emergem com intensidade crescente a consciência de que qualquer projeto radicalmente alternativo de sociedade não pode ignorar a questão ecológica. Aliás, as manifestações pro clima em diversos movimentos de que ficou evidente em 2019 e as campanhas da ativista Sueca, Greta Thunberg, revelaram que não era apenas o clima o motivo das manifestações, mas sim: a saúde, a educação, a economia, a cultura, no sentido de que essas dimensões, não devem mais ser considerados propriedade privada ou prosperidade estatal, mas sim, bens comuns globais e instituídos politicamente como tais, para a garantia das bases centrais da justiça social.

Os dados sobre a crise ecológica com sua incidência na injustiça social, segundo mostra o estudo feito pela Oxifam²³, a questão da desigualdade social fruto da crise ecológica tende a aumentar se não se tomar alguma providência:

níveis de biodiversidade da Terra. A degradação continua tem muitos impactos sobre as espécies, a qualidade dos habitats e o funcionamento dos ecossistemas. Dois estudos recentes se concentraram nas reduções drásticas no número de abelhas e outros polinizadores e nos riscos para a biodiversidade do solo, críticos para sustentar a produção de alimentos e outros serviços ecossistêmicos

²³ Oxifam é uma confederação internacional de 17 organizações que trabalham juntas e mais de 90 países, como parte de um movimento global em favor de mudanças, para construir um futuro livre de injustiça que supõe a pobreza. Cf. OXIFAM. *injustiça que supõe a pobreza*. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/noticias/relatorio_davos_2016, acesso 05\03\2020, pelas 22h40.

[...] A crise da desigualdade global está chegando a novos extremos. O 1% mais rico da população mundial detém mais riquezas atualmente do que todo o resto do mundo junto. Poderes e privilégios estão sendo usados para distorcer o sistema econômico, aumentando a distância entre os mais ricos e o resto da população. Uma rede global de paraísos fiscais permite que os indivíduos mais ricos do mundo escondam 7,6 trilhões de dólares das autoridades fiscais. A luta contra a pobreza não será vencida enquanto a crise da desigualdade não for superada. A distância entre ricos e pobres está chegando a novos extremos. O banco Credit Suisse revelou recentemente que o 1% mais rico da população mundial acumula mais riquezas atualmente que todo o resto do mundo junto. Esse fenômeno foi observado um ano antes de uma previsão da Oxfam nesse sentido ter sido amplamente divulgada, às vésperas da realização do Fórum Econômico Mundial do ano passado (2016). Ao mesmo tempo, a riqueza detida pela metade mais pobre da humanidade caiu em um trilhão de dólares nos últimos cinco anos. Essa é apenas a evidência mais recente de que vivemos atualmente em um mundo caracterizado por níveis de desigualdade não registrados há mais de um século (2018, p.1-2)²⁴.

Os estudos mostram ainda que,

Quase um terço (30%) da riqueza de africanos ricos – que totaliza US\$ 500 bilhões – é mantido em paraísos fiscais no exterior. Estima-se que essa prática custe US\$ 14 bilhões por ano em receitas fiscais perdidas para os países africanos. Esse valor é suficiente para oferecer serviços de saúde que poderiam salvar a vida de 4 milhões de crianças e empregar professores em número suficiente para que todas as crianças africanas pudessem frequentar uma escola (OXIFAM, 2018, p.5)²⁵.

Enquanto não haver uma alternativa sustentável para superar o sistema global de evasão fiscal, o capitalismo está drenando a vida de Estados de bem-estar social no mundo rico. Ele também priva grupos pobres de recursos necessários para combater a pobreza, colocar e manter crianças na escola e impedir que seus cidadãos

²⁴ Na véspera da realização do Fórum Econômico Mundial 2018 em Davos, a Oxfam divulgou nova pesquisa, denunciando o crescimento da desigualdade no mundo. Segundo a Oxfam (2018) “toda a riqueza gerada no mundo em 2017, 82% foi parar nas mãos do 1% mais rico do planeta. Enquanto isso, a metade mais pobre da população global – 3,7 bilhões de pessoas – não ficou com nada. No Brasil, não é muito diferente. Hoje temos cinco bilionários com patrimônio equivalente ao da metade mais pobre do país, chegando a R\$ 549 bilhões em 2017 – 13% maior em relação ao ano anterior. Ao mesmo tempo, os 50% mais pobres do Brasil tiveram sua riqueza reduzida no mesmo período, de 2,7% para 2%” e “O relatório revela como a economia global possibilita que a elite econômica acumule vastas fortunas enquanto milhões de pessoas lutam para sobreviver com baixos salários e em condições precárias de trabalho”. Cf. OXIFAM. *A distância que nos une*. https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf.

²⁵ Este texto foi citado em minha dissertação de mestrado, está sendo repetido na presente pesquisa pela sua relevância, oferece-nos uma chave de leitura crítica com respeito as causas mais profundas da origem das desigualdades sociais, no sentido de repensarmos que tipo de sociedade queremos ser na atualidade, se bem que, desejamos ser uma sociedade que humanamente vive segundo a justiça social. Pode ser conferido também em MUCACHE, 2019, p.57-58.

faleçam em decorrência de doenças facilmente curáveis e também com desequilíbrio ambiental novas doenças bacterianas e vírus matarão os pobres.

Empresas que atuam nos setores do petróleo e gás e outras indústrias extrativas estão usando seu poder econômico de muitas maneiras diferentes para garantir sua posição dominante no mercado. Isso implica custos econômicos enormes e lhes garante lucros muito maiores do que o valor que elas trazem para a economia.

Elas fazem *lobby* para garantir subsídios governamentais – isenções fiscais – e evitar o surgimento de alternativas ecológicas. O exemplo disso, no Brasil e no México, povos indígenas são desproporcionalmente afetados pela destruição de suas terras tradicionais quando florestas são derrubadas para dar lugar a projetos de mineração ou de agricultura intensiva em grande escala. Quando empresas são privatizadas – como ocorreu na Rússia após a queda do comunismo, por exemplo – grandes fortunas são geradas da noite para o dia para um pequeno grupo de indivíduos, os ricos que orquestram o sistema e o resto (os sobrantes do sistema) a população (OXIFAM, 2016, p.6).

A crise ecológica em sua raiz das desregulações planetária, demonstra a oposição entre uma socialização crescente dos conhecimentos, do trabalho, da cultura, e sua apropriação privada: quer se trate de organizar as relações sociais, de gerenciar os recursos, de distribuir as riquezas ou de avaliar as trocas, o valor mercantil, está cada vez mais irracional. Este sistema, o neoliberalismo, está longe de compensar os crimes de seu punho visível e que o valor mercantil e a monetização da natureza não é a medida de todas as coisas. De acordo Bensaid (2008, p.69):

[..] A única lógica realmente alternativa seria a do serviço público e do bem-comum, do direito imprescritível (**da natureza**), ao patrimônio comum da humanidade, que se trate dos recursos naturais, a terra, água, o ar, dos medicamentos ou dos conhecimentos acumulados ao longo dos séculos e das gerações (**Grifos nosso**) [...]

Os *modus operandi* da ação pública (Estado), claro, orquestrado pela política neoliberal, face aos problemas ecológicos e mudanças climáticas, atenta diretamente contra a lógica democrática e de justiça social, reforçando as desigualdades sociais na distribuição dos auxílios e no acesso aos recursos em matéria de emprego, saúde, educação. Aliás, reforça-se as lógicas sociais de exclusão que fabricam um número crescente de subcidadãos e não cidadãos.

Deste modo, está evidente que a retórica do desenvolvimento sustentável converteu o sentido crítico do conceito de ambiente numa proclamação de políticas neoliberais que nos levariam aos objetivos do equilíbrio ecológico e da justiça social por uma via mais eficaz, o crescimento econômico orientado pelo livre mercado. Este discurso promete alcançar seu propósito sem uma fundamentação sobre a capacidade do mercado de dar o justo valor à natureza e à cultura; de internalizar as extremidades ambientais e dissolver as desigualdades sociais; de reverter as leis da entropia e atualizar as preferências das futuras gerações.

Representa uma ameaça para a sobrevivência humana à medida em que nele e as suas consequências nega-se a vida. Segundo Dussel (2012), a negação da vida está “expressa no sofrimento das vítimas climático (Pobres, Trabalhadores, Populações nativas tais como os Índios e os Quilombolas, a corporalidade feminina e gerações futuras que sofrem em sua corporalidade a destruição ecológica; como velhos sem destino na sociedade de consumo, crianças de rua abandonadas, imigrantes estrangeiros, refugiados, etc.)”. “[...] Boa parte da humanidade é “vítima” de profunda dominação ou exclusão, encontrando-se submersa na “dor, infelicidade, pobreza, fome, analfabetismo, dominação” [...] (DUSSEL, 2012, p.313-314).

Pois estamos num mundo onde o saque e a exploração secular das riquezas e do trabalho convertem-se em força inesgotável de acumulação capitalista e de desenvolvimento industrial e tecnológico dos novos dominadores, prisioneiros do lucro e do comércio de uma interminável rede de consumo para uns e escassez para outros, vítimas renovadas de uma nova conquista em que a religião é o lucro e o individualismo, que divide os povos da terra entre os que concentram poder, tecnologia e bem-estar e os que são marginalizados e excluídos.

Os pobres carregam nas costas os fardos de uma dívida crescente, que não passa da riqueza convertida em empréstimo. Os novos cruzados da civilização neoliberal falam de democracia, de desenvolvimento, de modernização e produtividade, quando a democracia torna-se irrealizável ante a polarização cada vez maior entre os ricos e pobres, o aumento do desemprego, a desnutrição, ; diante da crescente perda de conquistas sociais e direitos coletivos, da privatização acelerada das empresas estatais e de propriedade social, da crise de valores e do aprofundamento do racismo e da discriminação. Os novos arautos, em sua ignorância, pretendem ocultar uma realidade evidente para os olhos da humanidade.

Deste modo, ao se falar da crise ecológica, o problema não é apenas o clima, ou aquecimento global, é um problema maior e estrutural para a sobrevivência de maioria da população mundial. As populações mais pobres são as primeiras a sofrer as consequências funestas do aquecimento global, e, a partir de meados do século XXI, todas as gerações nascidas daqui até lá padecerão com as alterações climáticas. De acordo Welzer (2015, p.13),

[...] o aquecimento climático agrava as desigualdades globais entre as condições de vida e a sobrevivência, porque atinge as sociedades de maneiras muito diversas, e prevê que o século XXI será não somente tensões envolvendo o direito à água e ao cultivo, mas verdadeiras guerras pelos recursos naturais [...].

Portanto, a crise ambiental não será a única a afetar o destino das populações do globo, e há certo perigo em achar que apenas a emergência climática exige mobilização geral, enquanto empresas, classes dominantes e Estados continuam brigando para tomar para si o máximo de poder, riqueza e prestígio, como se tivessem nada a ver com isso, como se pode notar a título de exemplo no atual governo de Bolsonaro no Brasil. Aliás, essa crise, mais do que as outras, mostra bem os impasses com que nos defrontamos. Segundo Laval e Dardot, (2017, p.14):

[...] O mundo não ficará protegido com a implantação de uma espécie de reserva de bens comuns naturais: (terra, água, ar, floresta, etc), milagrosamente preservados da expansão indefinida do capitalismo. Todas as atividades e todas as regiões interagem. Logo, não é tanto uma questão de proteger os bens fundamentais para a sobrevivência humana, mas de mudar profundamente a economia e a sociedade, derrubando o sistema de normas que está ameaçando de maneira direta a humanidade e a natureza [...].

O diagnóstico de gravidade extrema dado pelo PNUD, pelo IPCC e por inúmeras instituições na atualidade suscita a questão das condições para uma ação coletiva capaz de responder à urgência climática. Nem as empresas nem os Estados dão respostas que permitam fazer frente aos processos em andamento. Os fracassos repetidos das cúpulas sobre as mudanças climáticas apenas ressaltam o confinamento dos dirigentes econômicos e políticos à lógica da competição mundial.

A ideia de um destino comum da humanidade não conseguiu se impor ainda, as vias da indispensável cooperação permanecem bloqueadas. De acordo Laval e Dardot, isto é uma tragédia em que vivemos,

[...] Essa tragédia não vem do fato de a humanidade ignorar o que a espera, mas de ser dominada por grupos econômicos, classes sociais e castas políticas que, sem abrir mão de nenhum de seus poderes e privilégios, querem prolongar o exercício da dominação por meio da manutenção da guerra econômica, da chantagem do desemprego, do medo dos estrangeiros (2017, p.15).

Nesse contexto, o impasse em que nos encontramos é testemunha do desarmamento político das sociedades. Ao mesmo tempo que pagamos o preço da ilimitação capitalista, somos atormentados pelo enfraquecimento considerável da democracia, isto é, dos meios que, apesar de raros e limitados, possibilitam conter a lógica econômica dominante, conservar espaços vitais não mercantis, apoiar instituições regidas por princípios que não fossem os de lucro, corrigir ou atenuar os efeitos da lei da concorrência mundial.

Diante da atual fase crítica ambiental, é ilusório esperar que o Estado proteja a população da degradação ambiental, dos mercados financeiros, das deslocções. Diversos movimentos sociais nas últimas décadas tentaram e continuam tentando salvar o que podem em serviços públicos, proteção social e direitos ao trabalho. Contudo, nota-se que ainda é insuficiente para enfrentar os gigantescos retrocessos sociais e os riscos ambientais.

A origem de todas as crises encontra-se no fato de que a economia deixou de ser serva da sociedade para tornar-se a sua senhora. Impulsionada pela ideia de progresso linear e quantitativo assentado sobre o crescimento econômico e recursos naturais ilimitados, a economia, na sociedade industrial, foi se desvencilhando gradativamente da ética e da política e passou a ser orientada e regida tão somente pelo mercado. Ainda mais, para além da ruptura da relação entre economia e sociedade, também a ligação entre economia e ambiente foi se desfazendo.

1.3 A Tecnologia e Energia: uma Nova Configuração do Poder

A humanidade entrou em uma nova era, em que o poder da tecnologia e energia põe os sujeitos diante de uma encruzilhada. A civilização moderna, para dizer a nossa civilização, é insaciável por energia. A voracidade por energia está associada aos padrões sempre crescentes de produção e consumo, a energia foi colocada no centro do desenvolvimento neste início do século XXI. Não há nenhum país no mundo

que não esteja às voltas com questão energética, que tem o potencial de estrangular qualquer economia.

O mundo necessita sempre mais de petróleo, carvão, gás, eletricidade, energia nuclear e, agora, agrocombustíveis. As matrizes energéticas, via de regra, estão assentadas sobre a lógica concentrada e concentradora, além de reféns do gigantismo – basta pensar nas gigantescas estruturas para extração e refino de petróleo, nas hidrelétricas e usinas nucleares.

As matrizes energéticas centralizadoras, poluidoras e devastadoras do meio ambiente, tributárias da sociedade industrial, apresentam enormes ameaças à biodiversidade e perigos para a civilização humana, particularmente no caso da energia nuclear. Cabe alertar que essas matrizes energéticas pertencem cada vez mais ao passado, e o século XXI exigirá outras fontes de energia – renováveis e limpas.

Na realidade, em termos energéticos, a humanidade está passando da Era do petróleo para uma Era em que a produção de energia se dará em escala descentralizada e com impactos menores sobre o meio ambiente. A nova economia, que tem como paradigma a revolução Informacional, está deixando para trás a revolução Industrial, potencializa a gestação de um novo tipo de organização produtiva, menos poluidora e com potencial descarbonizador. Essa nova economia potencializa novas matrizes energéticas, que podem oportunizar, inclusive, a criação de outros tipos de empregos. De acordo Francisco (2015 p.66):

[...] É justo que nos alegremos com estes progressos e nos entusiasmemos à vista das amplas possibilidades que nos abrem estas novidades incessantes, porque, a ciência e tecnologia são um produto estupendo da criatividade humana. A transformação da natureza para fins úteis é uma característica do gênero humano, desde que os seus primórdios; e assim a técnica exprime a tensão do ânimo humano para uma gradual superação de certos condicionamentos materiais. [...] A tecnociência, bem orientada, pode produzir coisas realmente valiosas para melhorar a qualidade de vida do ser humano, desde que os objetos de uso doméstico até os grandes meios de transporte [...]. [...] Não podemos ignorar que a energia nuclear, a biotecnologia, a informática, o conhecimento do nosso próprio DNA e outras potencialidades que adquirimos, nos dão um poder tremendo [...].

A insistência em fontes de energia altamente centralizadoras e que demandam enormes estruturas que causam poluição e devastação não se justifica mais, porque elas são tributárias de uma sociedade que está ficando para trás. As fontes renováveis tais como sol, vento, energia biotérmica, biomassa de rejeitos –

encontram-se em perto de cada sujeito, igualmente repartidas em cada metro quadrado da superfície terrestre. Diferentemente das energias fósseis, como o petróleo e carvão, cuja concentração territorial está sendo atualmente e cada vez mais como fonte de enormes disputas geopolíticas.

Nesse aspecto, a título de ilustração, no Brasil em vez de se assumir a vanguarda no processo de descarbonização da geração de energia, e com isso, descarbonizar a economia, investe-se em matrizes superadas: grandes hidrelétricas, como as do Rio Madeira, Tapajós e Xingu, em novas centrais nucleares, em usinas termoelétricas a carvão, gás e diesel. Essas grandes obras implicam em grandes inundações de terras, em significativos deslocamentos de pessoas, em devastação ambiental gigantesca, em aumento de emissão de gases que provocam o aquecimento. Essa é também a lógica subjacente aos agrocombustíveis: utilizam grandes extensões de terras, produção em larga escala, avançando sobre terras agricultáveis, e são voltados para suprir preferencialmente o mercado externo. É nesse mesmo sentido que se deve olhar criticamente também o petróleo e o gás do pré-sal.

As fontes naturais geradoras de petróleo e energia, não podem ser motivos de guerras como ostentação de poder. Hoje entendemos que o domínio tecnológico e as fontes naturais de geração de energia e petróleo são fatores de ostentação de poder e de brigas geopolíticas. O caso atual envolvendo a divergência entre Rússia e Arábia Saudita, e por causa da pandemia mundial do coronavírus, houve queda na atividade econômica diminuindo a demanda por petróleo. Isso fez o preço do barril despencar e as possíveis consequências para a economia mundial derrubam as bolsas pelo mundo. Portanto, Papa Francisco chama atenção para superação de todos problemas análogos ao poder da tecnologia e energia. Para ele, [...] toda aquisição de poder seja simplesmente progresso, aumento de segurança, de utilidade, de bem-estar, de força vital, de plenitude de valores [...] (FRANCISCO, 2015, p.67), tem que ser para o bem comum para o desenvolvimento do ser humano.

Incrível que pareça, o século XXI está passando por uma terceira guerra, tecnológica e energética. Não faz muito tempo, em que assistimos discordâncias geopolíticas envolvendo a Coreia do Norte e EUA, Irã e EUA, e o que está por detrás das implicações dos EUA para Venezuela. Tudo isso, a questão ideológica trata-se de exibição do poder acompanhado pelo marketing bélico. Deste modo, os países pobres, sobretudo do terceiro mundo, estão reféns desses megapólios nucleares. A

questão subjacente é como a eletricidade é melhor produzida agora e nos próximos anos.

Entre 1990 e 2016, a demanda de eletricidade dobrou. Espera-se que mais ou menos dobre novamente em 2050. O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas declarou que pelo menos 80% da eletricidade do mundo deverá ser de baixo carbono até 2050 para manter o aquecimento a 2°C dos níveis pré-industriais.

Atualmente, cerca de dois terços da eletricidade são produzidos pela queima de combustíveis fósseis. Todas as fontes de energia de baixo carbono são necessárias para substituir com sucesso os combustíveis fósseis no sistema. Mas a realidade mostra contrário. O aquecimento global cresce aceleradamente.

A tabela inclui apenas os futuros reatores previstos em planos e propostas específicos e com previsão de operação até 2030²⁶. Os perfis dos países da Associação Nuclear Mundial vinculados a esta tabela cobrem as duas áreas: desenvolvimentos a curto prazo e o possível papel a longo prazo da energia nuclear nas políticas nacionais de energia.

PAÍS (Clique no nome do perfil do país)	GERAÇÃO DE ELETRICIDADE NUCLEAR 2015		REATORES OPERÁVEIS 21 de junho de 2016		REATORES EM CONSTRUÇÃO 21 de junho de 2016		REATORES PLANEJADOS Junho 2016		REATORES PROPOSTOS Junho 2016		URÂNIO NECESSÁRIO 2016
	bilhão de kWh	% e	Não.	MWe net	Não.	MWe bruto	Não.	MWe bruto	Não.	MWe bruto	toneladas U
Argentina	6,5	4,8	3	1627	1	27	2	1950	2	1300	217
Armênia	2,6	34,5	1	376	0 0	0 0	1	1060			88
Bangladesh	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	2	2400	0 0	0 0	0 0
Bielorrússia	0 0	0 0	0 0	0 0	2	2388	0 0	0 0	2	2400	0 0
Bélgica	24,8	37,5	7	5943	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	1015
Brasil	13,9	2,8	2	1901	1	1405	0 0	0 0	4	4000	332
Bulgária	14,7	31,3	2	1926	0 0	0 0	1	950	0 0	0 0	327
Canadá	95,6	16,6	19	13553	0 0	0 0	2	1500	3	3800	1730
Chile	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	4	4400	0 0
China	161,2	3,0	33	29577	21	24036	42.	48330	136	156000	6072
República Checa	25,3	32,5	6	3904	0 0	0 0	2	2400	1	1200	567
Egito	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	2	2400	2	2400	0 0
Finlândia	22,3	33,7	4	2741	1	1700	1	1200	1	1500	1126
França	419,0	76,3	58.	63130	1	1750	0 0	0 0	1	1750	9211
Alemanha	86,8	14,1	8	10728	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	1689
Hungria	15,0	52,7	4	1889	0 0	0 0	2	2400	0 0	0 0	356

²⁶ REATORES MUNDIAIS DE ENERGIA NUCLEAR E REQUISITOS DE URÂNIO. Disponível em: <https://www.world-nuclear.org/information-library/facts-and-figures/world-nuclear-power-reactors-archive/reactor-archive-june-2016.aspx>. Acesso em 05.04.2020 pelas 16h31.

PAÍS (Clique no nome do perfil do país)	GERAÇÃO DE ELETRICIDADE NUCLEAR 2015		REATORES OPERÁVEIS 21 de junho de 2016		REATORES EM CONSTRUÇÃO 21 de junho de 2016		REATORES PLANEJADOS Junho 2016		REATORES PROPOSTOS Junho 2016		URÂNIO NECESSÁRIO 2016
	bilhão de kWh	% e	Não.	MWe net	Não.	MWe bruto	Não.	MWe bruto	Não.	MWe bruto	toneladas U
Índia	34,6	3,5	21	5302	6	4300	24	23900	36.	41600	1077
Indonésia	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	1	30	4	4000	0 0
Eu corri	3.2.	1.3	1	915	0 0	0 0	2	2000	7	6300	178
Israel	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	1	1200	0 0
Itália	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0
Japão	4.3.	0,5	43	40480	3	3036	9	12947	3	4145	1728
Jordânia	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	2	2000			0 0
Cazaquistão	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	2	600	2	600	0 0
Coreia do Norte (Norte)	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	1	950	0 0
RO da Coreia do Sul	157,2	31,7	25	23017	3	4200	8	11600	0 0	0 0	4926
Lituânia	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	1	1350	0 0	0 0	0 0
Malásia	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	2	2000	0 0
México	11,2	6,8	2	1600	0 0	0 0	0 0	0 0	2	2000	282
Países Baixos	3.9	3,7	1	485	0 0	0 0	0 0	0 0	1	1000	102
Paquistão	4.3.	4.4.	3	725	3	1841	1	1161	0 0	0 0	273
Polônia	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	6	6000	0 0	0 0	0 0
Romênia	10,7	17,3	2	1310	0 0	0 0	2	1440	1	655	179
Rússia	182,8	18,6	35	26053	8	7104	25	27755	23	22800	6416
Arábia Saudita	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	16	17000	0 0
Eslováquia	14,1	55,9	4	1816	2	942	0 0	0 0	1	1200	905
Eslovênia	5.4	38,0	1	696	0 0	0 0	0 0	0 0	1	1000	137
África do Sul	11,0	4.7	2	1830	0 0	0 0	0 0	0 0	8	9600	308
Espanha	54,8	20,3	7	7121	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	1271
Suécia	54,5	34,3	9	8849	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	1471
Suíça	22,2	33,5	5	3333	0 0	0 0	0 0	0 0	3	4000	521
Tailândia	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	5	5000	0 0
Peru	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	4	4800	4	4500	0 0
Ucrânia	82,4	56,5	15	13107	0 0	0 0	2	1900	11	12000	1985
UAE	0 0	0 0	0 0	0 0	4	5600	0 0	0 0	10	14400	0 0
Reino Unido	63,9	18,9	15	8883	0 0	0 0	4	6100	9	11800	1734
EUA	798,0	19,5	100	99997	4	5000	18	8312	24	26000	18214
Vietnã	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	4	4800	6	6700	0 0
MUNDO**	2.441	c 11,5	444	387.741	62	66.029	172	181.205	337	379.200	65.220
	bilhão de kWh	% e	Não.	MWe	Não.	MWe	Não.	MWe	Não.	MWe	toneladas U
	GERAÇÃO DE ELETRICIDADE NUCLEAR		REATORES OPERÁVEIS		REATORES EM CONSTRUÇÃO		A PEDIDO OU PLANEJADO		PROPOSTA		URÂNIO NECESSÁRIO

Fontes: Dados do reator: World Nuclear Association para 21/6/16 (excluindo nove unidades alemãs de desligamento). Sistema Internacional de Informações sobre Reatores de Energia da Agência de Energia Atômica - para produção de eletricidade nuclear e porcentagem de eletricidade (% e). Associação Nuclear Mundial, The Nuclear Fuel Report - Cenários globais de demanda e disponibilidade de suprimentos 2015-2035 (setembro de 2015) - para U. 65.220 tU = 76.914 t U 3 O 8.

1.3.1 O efeito estufa da mudança climática²⁷

Gás com efeito de estufa	Mudança de concentração, 1800 - 2018	Fontes antropogênicas	GWP de 100 anos *	Proporção do efeito total além do vapor de água (aproximado)
Dióxido de carbono	280 - 408 ppm	queima de combustíveis fósseis, desmatamento	1	66%
metano	0,75 - 1,87 ppm	agricultura, vazamento de combustível	25	17%
Halocarbonetos	0 - 0,7 ppb	refrigerantes	1100-11.000	11%
Óxido nitroso	270 - 331 ppb	agricultura, combustão	300	6%
Ozônio	15? - 20-30 ppb	poluição urbana		

Fonte: Organização Meteorológica Mundial, Boletim de Gases de Efeito Estufa da OMM nº 15 (25 de novembro de 2019).

O relatório da Associação Nuclear Mundial (2020) de acordo os dados, confirma a geração de eletricidade como uma das principais e fontes de emissão de dióxido de carbono, fornecendo cerca de um terço do total e metade do aumento esperado para 2005-30.

A geração de carvão implica duas vezes mais dióxido de carbono do que o gás natural por unidade de energia no ponto de uso, mas a energia hidrelétrica, nuclear e a maioria das energias renováveis não contribuem diretamente com nenhuma.

Se toda a energia nuclear do mundo fosse substituída por carvão, as emissões de dióxido de carbono da eletricidade (agora pelo menos 11 bilhões de toneladas por ano) aumentariam em um quarto - cerca de 3 bilhões de toneladas por ano.

Por outro lado, há margem para reduzir a contribuição do dióxido de carbono do carvão, substituindo-o por gás natural ou nuclear e melhorando a eficiência da própria geração a carvão, um processo que está em andamento.

A substituição de carvão por gás natural, no entanto, exige consideração de vazamento de metano, e 3% de vazamento significa que o potencial de aquecimento global do uso de gás é o mesmo que queima de carvão. Em 2016, o armazenamento

²⁷O efeito estufa. O 'efeito estufa' é o termo usado para descrever a retenção de calor na atmosfera mais baixa da Terra (troposfera) devido às concentrações de certos gases traços e vapor de água na atmosfera. Esses gases são geralmente conhecidos como gases de efeito estufa (ou mais especificamente como gases radiativos). As concentrações de alguns deles aumentaram constantemente durante o século XX e o século XXI, com o dióxido de carbono (CO2) subindo de menos de 300 partes por milhão (ppm) para mais de 400 ppm. Uma grande parte do aumento de todos os gases de efeito estufa é atribuída a fontes humanas, isto é, antropogênica, daí o termo 'aquecimento global antropogênico' (AGW). Disponível em: <https://www.world-nuclear.org/information-library/energy-and-the-environment/climate-change-the-science.aspx>. Acesso em 05.04.2020 pelas 16h54.

subterrâneo de gás do Aliso Canyon na Califórnia foi fechado após um vazamento maciço de quase 100.000 toneladas de metano e mais de 7.000 toneladas de etano.

Portanto, essas evidências são suficientes para que os culpados, os interventores econômicos e financeiros, conjuguem esforços para a redução do aquecimento global para se minimizar os sofrimentos dos povos pobres, que vivem em tremendas situações desastrosas de vida. Aliás, não se pode chamar de humanidade, enquanto existir maior parte da população mundial em situações de não vida.

SEGUNDO CAPÍTULO

A DIALÉTICA NO MITO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NUM MUNDO SITIADO

[..] A visão consumista do ser humano, incentivada pelos mecanismos da economia globalizada atual, tende a homogenizar as culturas e a debilitar a imensa variedade cultural, que é um tesouro da humanidade. Por isso, pretender resolver todas as dificuldades através de normas uniformes ou por intervenções técnicas, leva a negligenciar a complexidade das problemáticas locais, que requerem a participação ativa dos habitantes. Os novos processos em gestação nem sempre se podem integrar dentro de modelos estabelecidos do exterior, mas têm de ser provenientes da própria cultura local. As soluções meramente técnicas correm o risco de tomar em consideração sintomas que não correspondem às problemáticas mais profundas. É preciso assumir a perspectiva dos direitos dos povos e das culturas, dando assim provas de compreender que o desenvolvimento de um grupo social supõe um processo histórico no âmbito de um contexto cultural e requer constantemente o protagonismo dos atores sociais locais a partir da sua própria cultura. Nem mesmo a noção da qualidade de vida se pode impor, mas deve ser entendida dentro do mundo de símbolos e hábitos próprios de cada grupo humano [...].

(PAPA FRANCISCO, 2015, p.85)

Neste capítulo ao tratar-se sobre a dialética no mito do desenvolvimento sustentável refere-se das considerações conclusivas do escopo iniciado no primeiro capítulo sobre o estado da questão no que tange à crise socioambiental e mudanças climáticas.

Tentamos mostrar que as narrativas atuais que fundamentam o desenvolvimento sustentável no horizonte do desenvolvimento humano são mitos. Mitos, porque os mitos são uma produção humana de busca de sentido e legitimação de um paradigma, uma ideia ou mesmo uma visão de mundo fetichizada. Se é, portanto, dialético dizer que no estágio atual tal como diariamente as mídias divulgam ranking nos índices do desenvolvimento humano como melhor, sendo que a realidade deixa evidências inquestionáveis de uma sociedade sitiada, em que não caibam todos os seres humanos, onde igualmente não há espaço à natureza e que produza a riqueza de uma maneira tal que não sejam ameaçadas as fontes de toda riqueza: a terra e os seres humanos.

Para discussão traremos considerações sobre desenvolvimento sustentável; Insustentabilidade do valor do trabalho como uma das controvérsias concernente ao valor do trabalho na relação entre o estado real de vida, concreta e a intervenção sistemática do mercado como o principal horizonte de vida; E finalizaremos o capítulo trazendo uma proposta ético-cultural em paralelo à realidade dialética da humanidade globalizada no cenário das crises climáticas e economia.

2.1 Desenvolvimento Sustentável: Considerações

[...] “Não haverá paz global sem direitos humanos, desenvolvimento sustentável e redução das distâncias entre os ricos e os pobres. Nosso Futuro Comum depende do entendimento e do senso de responsabilidade em relação ao direito de oportunidade para todos “. (KHALID, 1983, s/p).

Em 1987 foi publicado o informe da Comissão Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente. O documento, intitulado “Nosso Futuro Comum”, consagrou a definição de desenvolvimento sustentável como “a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades” (KHALID,1983, s/p). Desde então, o desenvolvimento sustentável converteu-se na referência mais importante da agenda internacional sobre política económica, social e ambiental.

O Desenvolvimento Sustentável (DS) é o tema central de tratados internacionais, como a Convenção sobre Biodiversidade e a Convenção Marco sobre Mudanças Climáticas. Em 2015 se adotaram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por todos os membros das Nações Unidas. Trata-se de um chamado para erradicar a pobreza, proteger o Planeta e garantir que toda a população desfrute de paz e prosperidade já no ano 2030.

Não há dúvida que o Desenvolvimento Sustentável (DS) tem grande potencial de mobilização de recursos. Mas, também é verdade que quando as palavras “Desenvolvimento Sustentável” se usam livremente e sem nenhuma referência a um contexto econômico específico, correm o perigo de se converter numa espécie de fórmula mágica cuja invocação faz desaparecer qualquer problema. Em lugar de uma

referência de política económica se convertem num cosmético que permite disfarçar todo tipo de abusos.

O anterior se explica porque o Desenvolvimento Sustentável não pode ocorrer num vácuo socioeconómico. No contexto atual, esse objetivo se teria que atingir no âmbito de economias capitalistas ou economias de produção monetária. Mas, é aqui onde se complicam as coisas: é necessário levar em consideração a natureza e a dinâmica destas economias. Em particular, se deve considerar que as economias capitalistas são capazes de manter níveis socialmente inaceitáveis de desemprego durante longos períodos. Isto já deveria ser uma razão para pensar com mais cuidado a abrangência do Desenvolvimento Sustentável.

Há várias características fundamentais das economias capitalistas que devem ser consideradas em qualquer análise do desenvolvimento sustentável. De acordo Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum (1983): A primeira é que o crescimento não é uma mania ou resultado de uma moda, como muitos seguidores da economia ecológica pensam. A acumulação de capital é a essência destas economias, e isso significa crescimento. Mas, não qualquer crescimento: quanto mais rápido seja o processo de acumulação, melhores resultados para a voracidade do capital.

Com efeito, o fato de que as taxas de crescimento nas principais economias do mundo sejam cada vez menores há quatro décadas não parece chamar muito a atenção nas discussões sobre sustentabilidade. Se é tão ruim o crescimento, como explicar que a deterioração ambiental foi piorando ao longo de todo este período?

A segunda característica das economias capitalistas é a sua instabilidade. Entre outras coisas, isto se deve a que o investimento, a componente chave da demanda agregada, é intrinsecamente instável. E o papel dominante do setor financeiro, assim como a atividade profundamente cíclica do sector bancário, agrava esta tendência. A última crise de 2008 (e o fato de que a recuperação hoje esteja em perigo) mostra que este lado do capitalismo está em conflito direto com os ideais do Desenvolvimento Sustentável.

Uma terceira característica se refere ao conflito distribucional que jaz no seio das economias capitalistas. Talvez a melhor expressão disto se encontra no estancamento salarial que afetou quase todas as economias capitalistas do Planeta desde 1970. E, evidentemente, todo isso está intimamente relacionado com a crescente desigualdade, a deficiência crónica na demanda agregada e nos altíssimos níveis de endividamento dos lares. Se não se levam em conta estas características,

a ideia de Desenvolvimento Sustentável se converte num par de palavras ocas ou mesmo em sua inversão, aliás, o desenvolvimento insustentável. Destarte umas das controvérsias sobre o desenvolvimento sustentável são as condições da relação vida e trabalho em que nas condições atuais não é possível a afirmação a qualidade de vida de acordo os objetivos do desenvolvimento sustentável.

2.2 A Insustentabilidade do Valor do Trabalho

Em qualquer abordagem no contexto de uma ecologia integral que não exclua o ser humano, é indispensável incluir o valor do trabalho. Por isso, a obscenidade que se observa atualmente no mundo do trabalho, contraria o princípio do equilíbrio na relação trabalho e ser humano. Tais contradições, vão desde a desestruturação da sociedade salarial, em que milhares se encontram desempregados ou em atividade, mas mal remunerados, sem carteira assinada, e vivem uma situação de constrangimento porque não conseguem estabelecer uma relação de pertença à sociedade.

Essa mudança radical em que o mundo do trabalho está passando, não se trata de uma mudança qualquer. Tal mudança altera e mexe com todos, especialmente os pobres. A desregulamentação, a flexibilização, a terceirização e precarização tornam-se conceitos fortes para explicar a nova realidade do trabalho. O desemprego em massa e o desmantelamento da proteção social criam novas categorias de pessoas: os supranumerários, os empregáveis, os desfilados, os desvalidos, os dissociados, os desqualificados, os supérfluos. Essa percepção encontra-se legitimada pelo sistema neoliberal, responsável a grosso modo da legislação trabalhista.

Observa-se que o processo de desregulamentação de direitos, compreende as iniciativas de eliminação das leis ou outras formas de direitos instituídos nos contratos coletivos que regulam as condições e as relações de trabalho. Trata-se da eliminação, diminuição ou flexibilização dos direitos existentes. O ataque à normatização do trabalho se dá na escala mundial relacionado à nova ordem econômico interacional do receituário neoliberal.

A perda de força do Estado, na regulamentação das regras a serem acatadas pelo capital, é proporcionalmente relacionada à emergência do capital financeiro. O

capital produtivo, com o aumento exponencial da produtividade, desobriga-se de aumentar suas plantas industriais e, parte importante dos recursos acumulados, que anteriormente destinavam-se ao pagamento de salários, migram para o mercado financeiro. Portanto reside aqui, a essência do neoliberalismo, uma crescente força de ruptura entre o econômico e social. Nessa perspectiva, quem passa a orquestrar as regras de jogo não são mais os Estados-Nações, mas, antes de tudo, os fóruns supranacionais do capital, representados por paraestatais tais como: OMC, FMI, BM ou ainda os Bancos Centrais - hegemonzados como NAFTA e União Europeia (UE).

São essas forças supranacionais, comandadas agora pelo capital, que recomendam, exigem e instauram o reino absoluto da flexibilidade no mundo do trabalho, desorientando a estrutura social e a sustentabilidade do trabalho.

De modo geral, mesmo com os recursos das novas tecnologias, as condições de trabalho não melhoram. O capital tornou-se ainda mais forte e como um rolo compressor, desmantelando as conquistas obtidas pelos trabalhadores, a través de sua influência junto ao Estado. Tem-se o exemplo disso no Brasil com as atuais reformas trabalhistas e tributárias, por mais que sejam tão necessárias para melhor futuro da população, conforme o discurso moralista do governo para sensibilizar toda sociedade civil, ainda está se muito longe para uma verdadeira reforma justa, quando as reformas dizem apenas a maioria da população, os pobres.

Contudo, assiste-se um grande golpe do capital tentando acabar com o Estado de Bem-estar social que no Brasil, por exemplo, nem chegou a se constituir. Livre das amarras da luta que se travou na esfera pública, o capital retornou e deslocou o debate para a arena privada; ou seja, de agora em diante, é o mercado que procura definir as regras do jogo. Nessa perspectiva, as relações de trabalho são feitas sempre e cada vez mais num processo das relações institucionais de individualização, na qual os atores do trabalho se veem enfraquecidos; basta ver alguns sindicatos no Brasil, se não for todos ou a maioria deles.

Repensar a organização social do trabalho de modo que se torne sustentável é uma exigência da nova realidade social. Aumenta a percepção de que o desemprego, a informalidade, as situações de precarização do trabalho não são algo meramente conjuntural, e sim uma realidade estrutural; ou seja, cada vez mais a precarização é central e constitutiva da nova forma de organização do sistema produtivo centrado na revolução tecnológica. O que está em crise é o emprego, quer dizer a relação capitalista entre o empregador e o empregado. Há mais trabalhadores

sem trabalho ou trabalhando em condições muito precárias de sobrevivência. Mediante a esse contexto e para que uma outra organização social do trabalho possa vingar, conforme Sanson (2014, p.34),

[...] faz-se necessário recuperar o papel do Estado, o espaço da política, de libertá-lo das amarras do capital. O Estado, a serviço da sociedade e não do mercado, poderia transformar-se num importante impulsionador de medidas de redistribuição das riquezas via, por exemplo, o mínimo vital, estimulando-se o cultivo de uma nova cultura do tempo livre, revalorizar os tempos das relações e de sociabilidade [...]. [...] Em todos esses casos, o Estado, o poder público poderia e deveria favorecer o livre desabrochar da criatividade. As relações que estabeleceriam seriam antes relações de cooperação, de solidariedade, de ajuda mútua e não de competição e de exclusão.

É preciso construir uma nova noção de trabalho, que supere a visão meramente econômica, que divide a sociedade entre ricos e miseráveis, e muitas vezes essa última categoria, culpabilizada de sua miséria, como vagabundos e preguiçosos. É necessário e urgente a discussão sobre os ganhos e distribuição correta dos frutos da produtividade. Por que apenas alguns se beneficiam com a produção cada vez maior? Não se dever considerar o aumento da produtividade como fruto da evolução do conhecimento da humanidade que, portanto, todos tem direito se usufruir desses ganhos?

Mediante a esse cenário, a sustentabilidade do valor do trabalho apenas será possível, quando for liberado o trabalho do domínio do capital, se a empresa se tornar uma instituição da sociedade democrática e deixar de ser uma ilha de autocracia patronal e acionária. Esta forma de pensar não é nova, já aparece desde os primórdios da república social. No entendimento de Laval e Dardot (2017, p.519),

[...] Descer a República para oficina, se referia à expressão dos anos 1830, que era, para os operários republicanos e socialistas, romper o novo feudalismo que imperava nas fábricas e oficinas. O socialismo nessa época, como uma extensão da democracia para vida econômica. Mais tarde, essa ideia foi retomada pelo movimento social católico *Le sillon*, no fim do século XIX e início do XX. Nessa altura, a justificação era de que não pode haver república na sociedade enquanto houver a monarquia na empresa.

Com esta ideia que fique claro, que não estamos defendendo o socialismo ou cogitar como único caminho para superação dos paradoxos do valor do trabalho, mas sim, exemplificar como no socialismo desta época foram tão marcantes as lutas e as conquistas dos direitos dos trabalhadores, quanto também da valorização do próprio trabalhador como sujeito, algo que no capitalismo, no neoliberalismo atual é uma

aberração. Por isso, desde então, a derrocada ideológica da socialdemocracia desapareceu os discursos e atos dos socialistas.

Hoje predomina o sistema de dominação do dinheiro sobre o agir, aliás a ideologia fetichista. Neste sentido, a ideologia fetichista²⁸ enquanto “sacralização do objeto que é a mediação necessária para o cumprimento prático do sistema de dominação” (DUSSEL, 1980, p.48), consiste em que as relações humanas perdem seu verdadeiro sentido como relação “face-a-face”, de proximidade e são acoplados às relações como mercadoria.

Uma relação “face-a-face” no contexto do trabalho é aquela baseada na alteridade, em que o outro não é meu escravo, empregado no sentido de posse, somos iguais e temos mesma dignidade; e o trabalho como meio de relação para endossar-se a riqueza de encontro. Os bens materiais (*mais-valia para o capital*) não valem mais que as relações entre os humanos.

O trabalho vivo é a outra mediação essencial do capital como tal; o sujeito humano é o único que pode “criar” novo valor (mais-valia, lucro). O Capital, que vence todas as barreiras, põe cada vez mais tempo absoluto de trabalho; quando não pode superar este limite, então aumenta a produtividade pela tecnologia; mas tal aumento diminui a proporção do trabalho humano; há assim humanidade sobrando (desprezada, desempregada, excluída).

O desempregado não ganha salário, dinheiro; e o dinheiro é a única mediação no mercado pela qual podem ser adquiridas mercadorias para satisfazer as necessidades. De todo modo, o trabalho não empregável pelo capital (aumenta a desocupação). Aumenta assim a proporção de sujeitos necessitados não solventes-tanto na periferia como no centro. É a pobreza como limite absoluto do capital. Hoje cada vez mais a miséria cresce em todo planeta.

Este aspecto do trabalho vivo é uma das questões centrais na teoria crítica do capital. No seio desta dimensão há uma questão, a teoria de “valor” e,

²⁸Fetichismo vem da raiz latina *facere*, que significa fazer, fato de onde deriva o feitiço: significa o feito pela mão do homem, mas que pretende aparecer como divino, absoluto, digno de culto, fascinante. Marx fala do fetichismo da mercadoria, expressando, justamente, o fato de que o trabalhador não vê naquilo que produz, ainda que feito pela sua mão, ou seja, para expressar que a mercadoria não é vista pelo trabalhador como resultado de seu trabalho. Assim, o fetichismo da mercadoria é a crença no poder sobrenatural ou mágico de certos objetos materiais. A pretensão do capital, de criar valor a partir de si, é o fetichismo. O antifetichismo será a negação da divindade ou do absoluto de uma totalidade que nega todas as outras (Cf. VIEIRA; SEZYSHTA, 2015, p.200).

[...] es un problema ético; es la mediación categorial necesaria para unir el “mercado” capitalista – que se há manifestado de una gran “eficacia”, lo que no indica su eticidad – con la vida humana, con la dignidad de la persona. Em efecto, el “mercado” es el lugar donde los “productos” se transforman em “mercancías” y adquieren “precio” (que sería la transformación del “valor” em “dinero”, para una doctrina antropológica y ética como la de Marx [...]) (DUSSEL, 2014, p.106)²⁹.

O trabalho vivo é o próprio trabalhador *como outro* em relação ao capital, ao capitalismo, a classe trabalhadora *como outra* em relação à classe capitalista, a nação periférica (África, Ásia, América Latina) *como outra* em relação à nação capitalista, no passado a (Inglaterra, França) (DUSSEL, 1986, p.258), e hoje (EUA, China, por exemplo). Portanto, não basta a classe operaria seja inclusa no capitalismo pelo meio de contratos formais no trabalho (trabalho vivo), é necessário que este mecanismo não tire *mais-valia* ou *mais vida* das vítimas, ou seja, as vítimas, a classe operária e pobres não sejam a fonte da acumulação do capital. De acordo Dussel (2014, p.103),

[...] la economía política burguesa no distingue plusvalor de ganancia; es decir, las identifica, y por ello no define correctamente la primera ni la segunda, no puede comprender la proporción de trabajo humano impago; es decir, usado, consumido pero no pagado, en lo que consiste la injusticia esencial e inevitable del capitalismo [...]³⁰.

O trabalho é necessário para se viver, mas não o de exploração como a burguesia determina. Para Dussel (2012, p.140), “quando o trabalhador vende o seu trabalho expõe a sua própria corporalidade ao ser deglutinado pelo capital”. No sistema capitalista³¹, o ser humano como meio de acumulação do capital, torna-se como uma propriedade ou um momento do capital, e isto eticamente não é correto de

²⁹Tradução: é um problema ético; é a mediação categórica necessária para unir o “mercado” capitalista - que se manifestou com grande “eficácia”, que não indica sua ética - com a vida humana, com a dignidade da pessoa. Com efeito, o “mercado” é o lugar onde os “produtos” se transformam em “mercadoria” e adquirem “preço” (que seria a transformação de “valor” em “dinheiro”, para uma doutrina antropológica e ética como a de Marx.

³⁰ Tradução: [...] a economia política burguesa não distingue a mais-valia do lucro; isto é, identifica-os e, portanto, não define corretamente o primeiro ou o segundo, não pode entender a proporção de trabalho humano não remunerado; isto é, usado, consumido, mas não pago, que é a injustiça essencial e inevitável do capitalismo [...].

³¹ Na verdade, no sistema capitalista de acordo com Dussel, “[...] todo el nivel del trabajo vivo, del consumo de la fuerza de trabajo, del valor como vida objetivada, del producto que contiene plusvalor, queda invisibilizado para el proceso cognitivo fetichista que absolutiza las fases de la circulación, negando el momento de la producción: la humanidad (el ser humano en su dignidad de sujeto) del trabajador, y dotando con la nota de ser sujeto (lo extremadamente digno que merece que el ser trabajador se imole a su valorización) es considerado como constitutivo del capital. Se trata de una invernización total deshumanizante e inmoral, que además es profundamente destructiva desde un punto de vista ecológico o de naturaliza viviente” (Cf. DUSSEL, 2014, p.121).

acordo Dussel, porque transformar o Outro como meio de aumento do capital é um ato que humanamente não é aceite.

[...] Colocar o outro, a pessoa, como meio é o não ético (pode até ser “moral” para a moral vigente, dominadora). Desta desigualdade, injustiça, roubo, é do que a “consciência não sabe nada”, e como temos dito, não só a do capitalista, mas igualmente a do trabalhador, para o qual seu próprio trabalho vivo se encontra mistificado como simples trabalho objetivado. Isto é, o trabalho no máximo é “fonte de salário” (DUSSEL, 1988a, p.308).

Desta forma, é preciso ser refletido e criticado esta dimensão humana de exploração que vem desde a colonização, que no fundo havia em seu seio, um espírito (capitalista) que animou por mais de 500 anos a dominação. Em sua obra *16 Tesis de Economía Política*, Dussel nos mostra como um sistema de dominação por exemplo, vem sendo gestado na América Latina, África e Ásia:

[...] De manera que el origen de capitalismo y el colonialismo son simultáneos, ya que la acumulación originaria tiene su fuente preponderante en la extracción de la riqueza colonial. Em lo que después será América Latina se producirá la dominación de las culturas originarias, el “indio”, empobrecido y explotado en los sistemas de la encomenda (explotación agrícola, principalmente de um trabajo gratuito), en la mita (opresión igualmente gratuita del trabajo indígena en las minas, especialmente de plata), en las haciendas (sin salários equitativos), o simplemente esclavizado (los campesinos del occidente del Africa), sin salario alguno, los indios como sujetos productores comprados de forma enajenada como mecánicas, “cosas” deshumanizadas explotadas por el capitalismo naciente (2014, p.69).

Nesta realidade do sistema capitalista, a exploração é razão que domina e oprime. Estas situações são desastrosas e se estendem somando-se na exclusão social, nos aspectos como: desemprego, fome e miséria, situações que atualmente constituem-se uma realidade como por exemplo no Brasil. Segundo Marques e Ugino (2017, p.11):

[...] A reforma trabalhista promovida pelo governo Temer alterou 117 artigos e 200 dispositivos da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas)¹³. Seu objetivo primeiro é conceder segurança para o capital estrangeiro, para os capitais que estão interessados em comprar ou aplicar nos negócios agora colocados à venda no país mediante processos de privatização ou de levantamento da proibição legal que existia antes. É claro que isso beneficia o conjunto dos capitalistas, que estão atualmente presentes na economia brasileira ou não. Assim, o sentido geral da reforma trabalhista é conceder garantia jurídica para que o grande capital internacional, principalmente o financeiro, mas associado ao capital industrial e comercial, complete a integração da economia brasileira à economia mundial. Dessa forma, o custo

do trabalho estará sob controle, de modo que o capital aqui instalado possa competir com o de outras economias, nas quais ele é muito reduzido [...].

Estas situações são realidades limites do capital. A alteração da CLT e os direitos trabalhista no Brasil é radical, fere a dignidade e o direito social dos trabalhadores. Com essa política de precarização do trabalho por vias legais já consolidada, incidiu diretamente no índice do desenvolvimento humano mais baixo e no aumento da riqueza dos mais ricos. A parcela dos 1% mais ricos do Brasil concentra quase 30% da renda nacional, e os 10% mais ricos ficam com 42% da renda total do país. Segundo o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Brasil está em queda desde 2017, o 79ª país do mundo em desenvolvimento humano e bem-estar da população (avaliados com base nos indicadores de saúde, educação, renda e saneamento básico). Chega a 23 milhões o número de desempregados, subempregados e desalentados (aqueles que desistiram de procurar emprego). Constam como “autoempregados” 24,4 milhões de brasileiros, dentre eles um número incontável de motoboys, uberistas e equivalentes, novos tipos de trabalhadores sem trabalho e salário fixos, sem carteira, sem vínculo empregatício de qualquer sorte, sem profissão e sem vida sindical, sem proteção social, sem aposentadoria, multidões que engrossam os exércitos de reserva, um subproletariado incapaz de se representar politicamente.

O responsável por essa miséria não é o subdesenvolvimento, mas a concentração de renda, ou as desigualdades sociais inerentes à nossa experiência de capitalismo predatório que vai sendo acentuada pelo bolsonarismo, a diabólica associação do neoliberalismo bárbaro com o autoritarismo.

Não há desenvolvimento se não há aumento da renda per capita, já nos ensinava, décadas passadas, Celso Furtado, e mesmo essa renda nada significa se não vier acompanhada de sua redistribuição. O caso brasileiro de hoje é dramático: cai a renda per capita e aumenta a concentração de renda. Realiza-se o sonho do neoliberalismo, que não deu certo em nenhuma parte do mundo e que, experimentado no Chile, produziu miséria. Na Argentina levou o país à bancarrota. Não se é pobre, mas ricos e injustos, um país com uma minoria de endinheirados e multidões de pobres cujas expectativas não atendidas crescem tanto quanto a impaciência que um dia, sempre inesperadamente para os príncipes, irrompe como explosão social.

O que hoje ocorre em países periféricos do capitalismo, a realidade insinua que se faça alguma reflexão a quem ainda está disposto a pensar no futuro dos povos que, sob os governos estruturalmente corruptos adotam como regra o assalto à razão.

Deste modo, a tarefa que desafia o atual momento é, a superação do sistema fragmentário que acomete as vítimas das ordens do capital, e, portanto, dos potenciais protagonizadas da sua transformação, nos quais se incluem os trabalhadores empregados e desempregados, em suas diversas categorias profissionais, comprometidos com a classe trabalhadora e tantos mais que se agregam, por distintas motivações e interesses, ao projeto de emancipação humana.

2.3 Eticoecológico - Cultural e o Princípio do Bem Comum

Uma Problemática que supera, grosso modo, a divisão atual do mundo capitalista é a questão da ecologia e da cultura como realidades éticas cuja a finalidade visa salvaguardar o princípio do bem comum social.

Nos jornais se registram diariamente que as grandes florestas no mundo estão morrendo, que as aves já não podem migrar, que os peixes do mediterrâneo por exemplo, ou de certos países industrializados perecem, que na Cidade de São Paulo, México e outras, a poluição ambiental alcançou níveis mortais, que há escapamentos de gases letais na Índia, que o lixo atômico se acumula pondo em perigo a vida das cidades. As gigantescas realizações tecnológicas-científicas se voltam contra a vida. E ao mesmo tempo se sabe que uma pretensa cultura universal está extinguindo, dominando as culturas autóctones, as etnias, as tribos, as nações periféricas, povos inteiros como os da América Latina, África ou Ásia. Junto com a natureza desaparece a diversidade cultural da humanidade. Segundo Dussel, (1987, p.216).

[...] a destruição da terra, da natureza, é como o aniquilamento do lugar da história da humanidade, é uma falta ética gravíssima. A terra, como mera matéria explorável, destrutível sem limite, rentável, causa do crescimento da taxa de lucro – e também mera produção – é um momento a mais da ação dominadora do homem. Esta mudança de atitude da pessoa-natureza culmina com a revolução industrial e chega a projeções atuais alucinantes no atual estágio do capitalismo transnacional, sociedade agressivo-destrutiva da ecologia natural, que corrompe a natureza como um momento interno do processo de dominação sobre os outros homens: os pobres, as classes dominadas, os países periféricos do sistema mundo [...].

As transnacionais colocam nos países subdesenvolvidos as indústrias que mais contaminam, com garantias mínimas de segurança. Os dejetos das fabricas matam os peixes e a vegetação dos mares; tornam rara a atmosfera com gases asfixiantes; aniquilam os reprodutores naturais de oxigênio (como as floretas e as algas dos oceanos). Temos o exemplo similar a isso na República Democrática do Congo, como os pobres não têm condições para comprar cimento para construir suas moradias, em lugar de cimento, usam os dejetos de mineiro altamente radioativo, sempre sofrem bastante com os incêndios.

O colapso ecológico gigantesco cresce cada vez mais. Chegou o momento em que a natureza, está sendo como um ato de vingança cósmica, que exterminará a espécie homo da superfície do planeta terra. A injustiça econômica, política, de dominação sobre o homem leva dentro de si a lógica da morte da natureza. Porém, a taxa de crescimento do lucro não ouve argumentos, prefere a extinção da vida à sua morte como capital. Para Dussel (1987, p. 217-218):

A natureza, a terra, a sua biosfera e atmosfera, suas águas estão mortalmente feridas. O crescimento destrutivo, porém, não é linear, mas orgânico; quer dizer, as regiões do centro resistirão melhor à crise; a periferia, as nações pobres, morrerão antes. A crise é mundial sim, mas os responsáveis políticos, econômicos e militantes do sistema destruidor da natureza no mundo de hoje são as potências desenvolvidas do centro pois elas contaminam a terra em mais de 99%. Este centro industrial jamais se autodeterminará a reduzir seu crescimento de lucro – talvez nem de produção – porque seria o fim do sistema cuja a essência consiste num crescimento acelerado irracional [...].

Deste modo, essa realidade descrita da crise civilizacional aponta para uma crise do sentido humano, ou a crise do “*Munthu* na cultura *Banthu*”³² africano. Segundo o filosofo Fabien Eboussi Boulaga, um dos expoentes da filosofia africana, em sua obra “*La Crise du Muntu*”, chama atenção à realidade violenta e perversa de herança colonial na África. Para ele, a crise do *munthu* refere-se,

[...] a quem vive a destruição de seu 'mundo' em razão da violência feita por outros mundos e que vê as culturas serem hierarquizadas segundo o critério da força, é permitido, no mínimo, não se satisfazer nem com o relativismo que desfruta de modo semelhante do prazer proporcionado por todas as formações culturais, nem com o pluralismo que convida cada um a cultivar a

³²Banthu são um conjunto de cerca de 400 grupos étnicos diferentes existentes na África, estendem-se desde os Camarões até a Sul de África e ao oceano Índico. Pertencem à mesma família e partilham costumes comuns assim como a própria língua em si. “Banthu”, é plural de “Munthu”: significando em língua Banthu Pessoa (Homem), e banthu- pessoas ou homens.

beleza de sua cultura original, como se nada tivesse acontecido (BOULAGA, 1977, p. 78 Apud AJARI, 2018, p.18).

A grande transformação ético-cultural da sociedade atual está cavalgada na subordinação da vida ao mercado industrial. O substrato profundo da crise ética ecológico-cultural está na primazia das relações entre as pessoas humanas e as coisas sobre as relações das pessoas humanas com as pessoas humanas, das necessidades materiais sobre as reações entre as pessoas humanas – a sociedade. Instaura-se, portanto, uma profunda transformação das relações entre as pessoas humanas passa a ser subordinadas às relações das pessoas com as coisas.

As relações são mercantilizadas e tudo se transforma em mercadoria. As sociabilidades familiares, comunitárias e públicas estão sendo orquestrada, cada vez mais, pela lógica mercantil. O mercado elevou-se a timoneiro da sociedade e submete a todos ao imperativo do consumo como referencial e definidor de pertença à sociedade. A obsessão pelo consumo, o desejo permanente de possuir, leva o conjunto da civilização a um mal-estar.

O que mobiliza tantas pessoas a aderir para essa idolatria do mercado? Indubitavelmente, todos buscam ser feliz, tal como na concepção teleológica aristotélica, da felicidade como fim da busca de todo ser humano. Neste sentido, o que mobiliza as pessoas é o consumo na busca do – sempre adiável – o gozo, a satisfação, imaginação e da potência. Procura-se no consumo, o sentido para a existência.

Nessa enganação, “Idolatria do mercado”, leva as pessoas para uma obsessão consumista e os desejos que de viver experiências e sensações nunca cumpridas porque novas experiências e sensações já estão novamente disponíveis no mercado. Essas ideias corroboram com os estudos de Hinkelammert (1989). Para ele,

[...] A idolatria como um fenômeno, impregna as relações mercantis enquanto tais, na medida em que elas transcorrem numa atmosfera praticamente imune das considerações de caráter não mercantil a respeito do convívio social dos homens. A idolatria do mercado é, em primeira e principal instância, da convivência, da prática da humanidade [...] (HINKELAMMERT, 1989, p.262).

A idolatria do mercado é perversa para uma sociedade culturalmente fraterna e a sua lógica não tem nada a ver com os direitos humanos e muito menos para

geração de uma economia solidária e de justiça social. Aliás, os *modus operandi* que dinamizam a atual política da economia de mercado e de livre-mercado, para além do que mais, é uma farsa para quebrar fronteiras, pois a sua lógica desconhece barreiras ou leis. Os atuais sistemas estatais de poder são cada vez mais debilitados. As atividades econômicas geram importantes mudanças estruturais que se traduzem por crescente concentração de renda e por formas de exclusão social que se manifestam em todos os países.

Nessa conjuntura de contrastes cresce cada vez mais a exclusão social, expressivamente na pobreza, na marginalização, nas injustiças, na dominação e acentua-se cada vez mais o enfraquecimento dos direitos humanos, tais como; educação, saúde, saneamento básico. Além disso, as questões referentes ao aquecimento global, cujos efeitos negativos são sentidos diretamente pela população mais carente, são tratadas de forma secundária, apenas comentadas em grandes eventos mundiais, porém praticamente nada acontece uma vez que não atinge os grandes empresários, logo economicamente falando possuem efeitos nulos.

A sociedade tornou-se lugar de guerras competitivas. Nelas vencem os indivíduos mais qualificados, mais ágeis, mais rápidos e os que mais se enquadram no sistema capitalista. Espera-se que as ciências descubram as causas biogenéticas do subdesenvolvimento da população excluída. Esta suposta descoberta poderá ser usada para justificar a instauração o novo holocausto humano em favor da concentração de vantagens econômicas de poucos.

Este sistema de vida desencadeia, a nível mundial, novos e gritantes problemas como o da negação dos benefícios sociais a dois terços da população mundial; o surgimento de grandes migrações em busca de sobrevivência e refúgios políticos. Provoca a poluição do planeta pelo esbanjamento de bens e depredação da natureza.

Aumenta o desemprego e a sonegação de impostos; provoca mortes, não só em consequência da fome, como também do descontrole das epidemias; forma um cartel global de corruptos. O passado e o futuro não se contam, não há lugar para a memória. O tempo se esgota no presente e nele devemos tirar o maior proveito de tudo e de todos.

Diante desta aterradora situação surge a pergunta: o que fazer para humanizar esta situação? Mesmo sem um projeto político-econômico a *"priori"*, afirma Sung (1998, p.102), é possível lutar pela humanização da sociedade. Que será critério de

discernimento entre os diversos projetos globais ou parciais possíveis. Um sistema pode ser fortalecido ou esvaziado se, conhecendo-se os mecanismos, os reproduzimos ou transformamos através de um contínuo processo educativo com finalidade à práxis solidária e de justiça social.

A adesão e a promoção dos valores que priorizam a vida humana em sua inteireza não acontecem de maneira espontânea. São fruto de uma conscientização e de constantes e contínuas opções. Nela nos tornamos companheiros e companheiras, responsáveis mutuamente comprometidos. É preciso assumir compromissos humanitários, compreender que a história é, por sua natureza, tecida de forma conflitiva pelos próprios seres humanos (SUNG, 1998, p.132). Nenhuma sociedade nasce pronta, nem atinge um patamar estável onde cesse o compromisso de construí-la.

Ao longo da história, muitas práticas foram abolidas porque foram reconhecidas como desumanas dentro dos limites de uma organização civilizada. Podemos ressaltar, entre outras, a proibição da escravidão de seres humanos, do trabalho das crianças, das jornadas de trabalho excessivamente longas ou em condições insalubres, dos processos produtivos que destroem irremediavelmente o meio ambiente. Estas proibições patenteiam valores a salvaguardar, que nenhuma sociedade civilizada deve considerar a competição desigual como seu objetivo e perspectiva de vida. Por isso, priorizá-la, significa comprometer-se buscando caminhos alternativos aos sistemas sócio-políticos totalitários, numa convivência que não produza vítimas.

O grande benefício, não programado que o sistema capitalista trouxe para os povos e grupos que excluiu foi o de estimulá-los a se unirem para viver. Estes grupos formam hoje um novo grupo social emergente. Formam os atuais cobradores da promessa do capitalismo neoliberal. Entram nesta caravana, diversos movimento pro clima, ambientalistas, os pequenos agricultores, os que lutam pela terra e pela moradia, as crianças de rua, os idosos e enfermos sem assistência médica e medicamentosa, os trabalhadores informais, subempregados e sem direitos trabalhistas, jovens e mulheres sem formação qualificada, desempregados e empregados com baixos salários, analfabetos, negros e indígenas discriminados e empobrecidos por causa da cor e da cultura.

Entre os novos sujeitos das mudanças contemporâneas emergem significativas atitudes de inconformismos com a situação de discriminação, de miséria

e de morte. Revitaliza-se, ainda que muito lentamente da passividade e a ação esperançosa na busca de sobrevivência e de melhoria das condições de vida da população empobrecida. Para isso protestam, reivindicam, pressionam e oferecem alternativas viáveis para a solução de seus problemas.

Analisado as novas formas de inserção das economias latino-americanas e africanas no sistema capitalista mundial verificam-se, portanto, que as modificações da dependência, longe de afastarem os países desta condição, apenas modificam-na e em alguns casos a aprofundam-na. Sob as reformas e condições neoliberais, sendo elas impostas ou buscadas ativamente pelos países, estes ficaram mais susceptíveis as crises do capitalismo mundial, acentuaram a extração de mais-valia para os países centrais e, conseqüentemente, a superexploração da força de trabalho nos países dependentes.

No setor produtivo, na esfera onde central da reprodução do sistema capitalista, observa-se uma reprimarização da economia, uma espécie de retorno à condição de dependência existente no início do século XX. A partir do final de década de 1980, mudanças nas condições internas e externas dos países latino-americanos permitiram que estes alcançassem, na esfera política, um patamar de democracia representativa, ainda que conte com algumas distorções e crises políticas. Entretanto, os ganhos não atingiram outros problemas dos países periféricos. Ainda hoje, a maioria desses países possuem uma elevada desigualdade, pobreza e instabilidade econômica.

O prometido desenvolvimento em torno de políticas neoliberais não ocorreu e os problemas anteriores à sua implementação permanecem. A ideologia neoliberal permeou boa parte das instituições e organizações dos países do terceiro mundo, dificilmente surgem propostas que escapam às suas concepções, o que torna complexo o estabelecimento de uma oposição a este pensamento.

Faz-se necessário, portanto, neste momento, a recuperação de teorias crítica a estas ideias, buscando novas respostas aos problemas das mudanças climáticas. O giro descolonial da política de libertação, por exemplo, na América latina cumpre este papel. O giro descolonial significa que os problemas filosóficos do continente não mais o de olhar para atrás, o que aconteceu na história do ponto de vista da colonização, mas sim, traçar filosofias políticas capazes de responder os problemas materiais da realidade atual: ecológicos, econômicos, culturais, religiosos, etc., as suas interpelações de legitimidade democrática, a sua factibilidade estratégica, para

além do conservadorismo e aquém do anarquismo extremo, em atitude realista e crítica ao mesmo tempo e às exigências de respeito a sua dignidade. Também é necessário, entretanto, recuperar a prática política existente em outros momentos para uma atuação no sentido de colocar novas questões e impor dificuldades a ação prática da teoria hegemônica, visando compor novas formas de luta e trazer ganhos a toda a sociedade, especialmente nos países dependentes e subdesenvolvidos. Para Dussel, a alternativa para o atual contexto é o “princípio formal normativo da economia” que se pode descrever da seguinte maneira:

[...] Es legítima toda decisión (tecnológica, productiva, organizativa, publicitaria, etc.) de la nueva empresa productiva, aun en el marco de las decisiones políticas sobre el campo económico, cuando los afectados (trabajadores, empleados, etc.) puedan participar de manera simétrica en las decisiones prácticas en todos los niveles (de la producción, distribución, intercambio, etc.) institucionales, siendo garantizada esa participación por medio de una propiedad comunitaria o social de los medios de producción, gestionada discursivamente (aunque el peso de las razones tenga más fuerza en el caso de los especialistas en los diferentes saberes, técnicas o prácticas que se ejercen en dicha comunidad productiva), teniendo en cuenta las necesidades de todo tipo no sólo de la comunidad de toda la sociedad, y en último término de la humanidad, dentro de los límites enmarcados por el principio de factibilidad y de la afirmación de la vida humana como bien común (DUSSEL, 2014, p.254-255).

Este é um princípio democrático. Dessa forma é possível uma humanidade para se viver e construir a própria história juntos. A afirmação da vida na humanidade é a condição primeira e absoluta e o bem comum como a outro possível sistema econômico alternativo. Para que isso aconteça efetivamente é preciso superar os sistemas opressores orquestrado pelos órgãos internacionais, cuja a sua capacidade de influência mundial é maior. Conforme Dardot e Laval (2017, p.558),

[...] É cada vez mais visível que a governança neoliberal dos grandes oligopólios e dos Estados, coordenada por organizações internacionais como FMI ou OMC, é constituída precisamente para não mudar nada ou, mais exatamente, para agravar os problemas até que seja impossível resolvê-los. Há uma expectativa coletiva cada vez mais urgente a favor de medidas globais à altura dos riscos e perigos, como mostra o sucesso das fórmulas e problemáticas da justiça global ou da justiça ambiental. Mas essa consciência está longe de ser suficiente para nos fazer vislumbrar uma saída [...].

É um desafio maior para nosso século mudar estruturas opressoras. Não se trata de um pessimismo de Dardot e Laval (2017), é uma séria observação.

Conhecemos muitas ONGs, meios jurídicos progressistas, grupos ambientalistas e muitos movimentos alternamundialistas, que buscam em geral alternativas, porém se esbarram na dificuldade de articular abordagens com as políticas dos Estados, que defendem um ambientalismo menos profundo e um distanciamento com as questões sociais do bem comum. Até mesmo nas ontologias culturais e religiosas tem conjugado esforços para formular os direitos inaliáveis da humanidade, da natureza ou da terra.

A título de ilustração, o conflito de Tipnis³³, desencadeado pelo projeto de construção de uma estrada de 350 km que atravessaria um parque natural boliviano, evidenciou a existência de lógicas concorrentes dentro dos movimentos sociais: às comunidades indígenas que invocavam os direitos da “Mãe Terra³⁴” opunham-se os sindicatos de camponeses interessados nos benefícios econômicos que o fim do isolamento da região proporcionaria.

³³Significa Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Secure, o nome é derivado do extenso polígono de florestas e savanas (mais de um milhão de hectares) localizado entre a planície Beni e as montanhas subandinas de Cochabamba. É um TCO e uma Área Protegida ao mesmo tempo, uma dualidade derivada da condição de TCO (Terra Comunitária de Origem) alcançada após a marcha indígena de 1990, que mantém a categoria de Parque Nacional dada pelo Estado em 1965. Sua gestão está anexada ao SERNAP e à sub-central TIPNIS indígena, dentro da estrutura de gerenciamento de responsabilidade compartilhada. A importância do TIPNIS, tanto em seus valores culturais quanto ecológicos, adquire maior ênfase nos postulados e princípios da nova Constituição Política do Estado Plurinacional. Disponível em: <http://www.tipnisesvida.net/datos.htm>. Acesso em 04. 04.

³⁴Empregamos a expressão “Mãe Terra” no sentido de “Pachamama”. Pachamama é a Deusa da fertilidade ou a maior Divindade feminina cultuada em diversas culturas – principalmente a Inca -, onde ela teve suas origens na mitologia do mesmo local. Seu nome deriva-se de Quéchua, uma antiga língua utilizada pelos povos andinos, anteriores aos Incas. Pachamama, tem o significado de “Mãe Terra” ou o verdadeiro significado como “Mãe de todos”, lembrando que Mama é “Mãe”, e o Pacha como “terra”, “mundo”, “cosmos”, assim chamada também de “Mãe Cósmica”. Apesar da invasão, do massacre, da homogeneização em nome do progresso e das formas modernas de colonização, outros povos e saberes resistem – e existem. A religiosidade dos povos indígenas andinos contemporâneos é constituída por uma complexa interação teológica entre os diversos elementos originais e os cristianizados desde os fenômenos e ideologias historicamente produzidas, tais como imposição, interpenetração, extirpação, sincretismo, resistência e reinvenção. E mesmo com tais influências e imposições, perdura-se uma cosmovisão particular bastante representativa de seus sentimentos e mentalidades a respeito do mundo, sobretudo no que se refere ao seu território e suas vivências comunitárias marcadas pela reciprocidade e socialização das tradições. Carregam consigo seus idiomas, sua cosmovisão, seus alimentos, seu modo de produzi-los, prepará-los e desfrutá-los; sua maneira de entender e organizar a vida, em comunidade. A cosmovisão andina é multidimensional e, como tal, representa um desafio para o pensamento ocidental. Cada civilização se desenvolveu com base na sua percepção do mundo e do cosmos. Os princípios, valores e crenças constituem uma cosmovisão ou paradigma. Ela é composta de divindades (wakas), incluindo a Pachamama, a natureza e os humanos. O ser humano tem a responsabilidade de garantir o equilíbrio entre os três componentes da comunidade, usando os princípios de complementaridade e reciprocidade. Há um conceito andino que abarca a necessidade de resistir contra a colonização e o desenvolvimentismo para bem existir, em relação com o cosmos, com a terra, com a comunidade e com o planeta: é o Buen Vivir (Suma Qamaña em aymara, Sumak Kawsay em quéchua), que pode ser traduzido como Bem Viver. Disponível em: <http://www.abracocultural.com.br/pachamama/>. Acesso em 04/abril\2020.

O Tipnis não é o único, temos várias realidades que vislumbram a violação do bem comum. Registramos aqui, os países em que temos experiências tal como na luta dos Tipnis. Quanto ao Brasil, a Amazônia é um bem para a humanidade e, simultaneamente, o espaço de vida de diversos grupos indígenas que a habitam, conhecem e protegem. O poder e o dinheiro não envenenam apenas rios ou terras, mas também consciências de representantes que, em vez de defender o bem comum, garantem seus bens particulares.

Da mesma forma, o extrativismo sem precedentes acontece no continente africano: os desmatamentos de florestas milenares em Moçambique estão em larga escala, saqueando-se madeira em pleno dia rumo a china; extermínio em massa dos elefantes para fins lucrativas de marfins. Na República Democrática do Congo, não pára os desmatamentos e saques de madeira, as práticas imprudentes de detonação de rochas para exploração de cobalto, constitui-se um silêncio das autoridades locais e internacionais, e está por detrás disso as empresas mineradoras dos EUA. Apesar de tais riquezas, esse país se encontra num índice do desenvolvimento humano muito baixa como uma pobreza absoluta, sendo que a sua riqueza está sendo surripiada pelos EUA. E com o desgaste das infraestruturas e os conflitos armados, as transformações negativas ambientais tornarão as condições de vida muito piores.

Deste modo é importante a proteção e cuidado da natureza, da biodiversidade, das populações humanas e do ecossistema, e estes problemas não são apenas preocupações de grupos particulares (ativistas, indígenas ou políticos); é uma exigência de justiça e responsabilidade para com toda a humanidade. Em diferentes espaços e de milhares de maneiras alerta-se e trabalha-se contra a mudança climática, fruto da ação humana. O Papa Francisco, na encíclica *Laudato Si'* (2015), ressalta com razão que a crise ambiental está estreitamente vinculada à crise socioeconômica: uma crise dos valores e princípios que prevalecem hoje no mundo e que levam à exploração da natureza e da própria humanidade sob consignas de desenvolvimento e progresso em um capitalismo selvagem.

A origem da crise ecológica que tem causada catástrofes naturais tem razões antropogênicas, ou seja, causadas por seres humanos. A partir do cenário de todas as consequências sociais palpáveis surpreendentes transformações climáticas e ambientais com que temos de lidar no presente, quase todas as discussões científicas sobre os estudos interdisciplinares registram o fenômeno de aquecimento global, como derrocada de sociedades em diversas dimensões como a de conflitos por

recursos naturais, nas migrações maciças, ameaças à segurança, desigualdades sociais, o ódio, a radicalização e economias de guerras ou da violência. Essas evidências, para Welzer (2016, p.46-47),

[...] incontestavelmente, a história da ciência nunca nos apresentou uma situação semelhante à presente, em que, com evidências científicas, os cenários prognosticados para amplas regiões do mundo, indicativos de amplas modificações nas condições de vida, venham sendo encarados com uma indiferença tão estoica. Isto assinala uma falha na capacidade de discernimento do mesmo modo que em sua consciência de responsabilidade.

Os efeitos resultantes da raiz humana da crise climática e socioecológica, provocarão prejuízos de toda ordem, e na maioria dos países afetados, haverá menor possibilidade de controlar as consequências; aqueles que forem menos afetados pelas modificações climáticas até mesmo poderão desfrutar delas, dispondo de modo semelhante de uma maior capacidade de enfrentar os problemas causados pelas variações climáticas.

O resultado será que os povos mais afetados por elas serão justamente aqueles que menos provocaram as emissões de gases causadores do efeito estufa, ao passo que os maiores responsáveis pela obstrução de atmosfera previsivelmente serão os que menos terão de sofrer as consequências das modificações ambientais. Doravante, todas as formas de injustiças, violência e as desigualdades de vida serão causadas pelas variações climáticas. Nesse contexto, a crescente taxa de injustiça e desigualdade social tende a crescer. As previsões prognosticas do IPCC já estão acontecendo. Segundo Welzer (2016, p,59),

[...] A África, já flagelada pela pobreza, na maior parte governada por governos de procedimento caótico assolada por numerosos conflitos armados violentos e incontroláveis está sendo justamente o continente que está sofrendo os maiores efeitos destas variações climáticas; o IPCC já prognosticava em 2007 que, no ano de 2020, entre 75 e 250 milhões de pessoas não encontrarão água potável suficiente. Mesmo, em muitas regiões africanas, apenas uma pequena parte da população tem acesso seguro à água potável: na Etiópia somente 22% dos habitantes, 29% na Somália e 42% no Chade. A agricultura, do mesmo modo, se o regime de chuvas permanecer no nível atual ou diminuir, irá sofrer os efeitos do relativo desaparecimento da água no subsolo; em certas regiões, neste preciso ano 2020, a produção agrícola deverá cair pela metade. A situação da pesca não é melhor. O desaparecimento de várias espécies de peixes nos rios e lagos continua progressivamente. As regiões costeiras estão ameaçadas por constantes inundações.

Apara além dessas previsões, acontece um encadeamento grave de problemas, uma delas, a incidências de doenças como a malária e a febre amarela e cóleras.

Em diversas regiões asiáticas já se desenvolvem igualmente consideráveis problemas de abastecimento de água; aqui também já sofrem mudanças ambientais, as inundações e avalanches em consequência do derretimento das geleiras do Himalaia. Mais de 1 bilhão de pessoas estão afetados pela falta de água potável. Segundo IPCC previa que isso aconteceria em 2050, mas hoje já uma realidade a escassez da água potável.

A produção dos alimentos tende ao aumentar em diversas regiões do leste e sudeste asiático, ao mesmo tempo em que diminui em outras, na Ásia central e meridional. Porém, as doenças intestinais tendem ao aumentar devido ao efeito da ampliação das inundações; o aumento da temperatura das águas está provocando o surgimento de epidemias de cólera nas regiões costeiras. As possibilidades de combate a estes efeitos serão diferentes em cada país, mas em muitos casos, as providências tomadas serão insuficientes, se os países e os sistemas intergovernamentais não pensarem medidas de conjunto partindo do princípio mundial do bem comum. Isso vai acontecer quando as relações e cooperações entre os países deixarem de frisar somente o negócio, mas sim, pensar no bem estar social dos seus povos.

A Austrália e a Nova Zelândia, igualmente os problemas de abastecimento de água. As tempestades e inundações estão se multiplicando, para além das recentes queimadas de florestas na Austrália. Porém, estas regiões contam ainda com uma estrutura com uma boa capacidade de controle e uma preocupação com bem estar social dos seus povos. Possuem uma política social, que consideramos melhor, na distribuição de renda com uma razoável justiça. Por isso, as consequenciais sociais não serão tão dramáticas quanto na África ou na Ásia.

A América do Sul está vivendo problemas de diminuição das reservas de água do subsolo e pela formação de desertos. As derrubadas e queimadas que ocorrem nas florestas tropicais, independentemente das condições climáticas, com a consequente erosão do solo, exercem aqui a função de agravamento dos efeitos das variações climáticas, o que, em seu conjunto, também significa a diminuição das espécies animais e vegetais, as disputas pela Amazônia também é um fator relevante para medir a tamanha agravação da desumanidade para os povos nativos.

Nas regiões polares, as consequências sociais das variações climáticas são igualmente pequenas, porque praticamente ninguém mora nelas; por outro lado, os efeitos causados pelo aquecimento global sobre estas regiões serão extremamente graves para o planeta.

O derretimento dos *icebergs*³⁵, o degelo do *permafrost*³⁶ e o aumento da erosão nas zonas costeiras não somente causarão efeitos sobre os habitantes e sobre o mundo animal, como também só erguerão o nível das superfícies oceânicas, para além de afetarem a evaporação. Quanto aos efeitos positivos do aquecimento global, encontram-se aqui melhores possibilidades de aproveitamento da terra e melhor acesso a matérias-primas existentes sob as camadas de gelo, do mesmo modo que a abertura de novas passagens para o comércio marítimo. Porém, pode-

³⁵Icebergs são características conspícuas na paisagem polar; eles receberam notoriedade considerável e foram rastreados pela Patrulha Internacional do Gelo nas regiões árticas desde o afundamento do *Titanic* em 1912. No entanto, estudos dessas ilhas flutuantes únicas foram amplamente ignorados até recentemente, com o derretimento sem precedentes de geleiras e mantos de gelo nas regiões Antártica e Ártica em resposta ao início do aquecimento global. Os icebergs variam em tamanho, desde fragmentos menores de gelo - geradores (<5 m na maior dimensão) e bits de energia (<15 m na maior dimensão) - até icebergs tabulares muito grandes que podem exceder 300 km de comprimento, com a maioria dos icebergs sendo de 60 a 2.200 m de comprimento e de 150 a 550 m de espessura. O tamanho e a forma dos icebergs estão relacionados à massa de gelo original na Antártica e no Ártico. Os icebergs se fragmentam e se tornam menores com a idade devido à evaporação, derretimento, erosão induzida por ondas e faturamento. Dependendo da topografia e da distribuição sazonal de gelo, os icebergs podem ser divididos em três categorias gerais: (a) icebergs aterrados, que são geograficamente estacionários porque estão em contato com o fundo do mar; (b) icebergs restritos, geralmente flutuantes, mas cercados por gelo sazonal; e (c) icebergs à deriva livre, sem restrições. Esta revisão concentra-se nas propriedades e processos físicos, químicos e biológicos associados aos icebergs de flutuação livre nas regiões polares do Sul e do Norte. (Cf. SMITH JR. Et al. *Icebergs como ecossistemas lagrangianos únicos nos mares polares*. Vol. 5: 269-287 (volume de publicação em janeiro de 2013). Publicado pela primeira vez online como uma revisão antecipada em 28 de agosto de 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-marine-121211-172317>. Acesso em 10.04.2020 pelas 19h02).

³⁶ Permafrost, também conhecido como pergelossolo, é composto por gelo, terra e rochas congelados. Era para ficar assim para sempre, mas o aquecimento global tem feito com que o material comece a derreter, o que pode causar diversos problemas, como a instabilidade do solo e emissão de gases na atmosfera. Um estudo recente publicado pela Nature Communications indica que os impactos econômicos associados a essas mudanças climáticas podem chegar a US\$ 70 trilhões até 2.300. O carbono emitido pelo descongelamento do permafrost é um dos principais vilões nesse sentido. Para entender melhor a questão, precisamos chegar também em outro termo: o albedo; ou seja, a capacidade de reflexão da radiação solar de uma determinada superfície. Cerca de um terço de todo o albedo da Terra provém do gelo marinho do Ártico e da neve. Porém, com o aquecimento, a tendência é que essas superfícies geladas diminuam e, com isso, aumente a incidência de radiação solar em nosso planeta, gerando mais calor. Caso nenhuma medida seja tomada para frear esses efeitos, estima-se que o degelo do permafrost possa liberar mais de 280 gigatoneladas de dióxido de carbono (CO₂) e 3 gigatoneladas de metano. O valor estimado em impactos ambientais é dez vezes maior do que a projeção em termos de benefícios do degelo do Ártico, com abertura para navegação e exploração mineral, por exemplo. (Cf. Yumashev, D., Hope, C., Schaefer, K. et al. *Implicações da política climática do declínio não linear do permafrost da terra do Ártico e de outros elementos da criosfera*. Nat Commun 10, 1900 (2019). Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41467-019-09863-x>. Acesso em 10.04.2020, pelas 19h21).

se esperar um incremento nos conflitos ligados às pretensões territoriais e aos direitos de exploração do solo e dos recursos minerais que já existem hoje.

Os habitantes dos arquipélagos do Caribe e do Pacífico vivem severas fustigações pelas variações climáticas, não somente porque seus recursos principais de pesca e de turismo estão encolhendo, mas acima de tudo pelo fenômeno evidente de que o erguimento da superfície oceânica tornará inabitáveis muitas ilhas. O emprego de medidas de defesa contra as inundações provoca constantes deslocamento das populações, com os consideráveis potenciais de conflitos migratórios, em que a partir de 2004 o Brasil para além de ser sido o palco da ressignificação de vida dos migrantes, assistiu-se um bom fenômeno migratório jamais visto na história desde as duas últimas duas guerras mundiais. E hoje o Brasil conta com mais 161 nacionalidades migrantes e refugiados.

Em comparação, as consequências das variações climáticas, da mesma forma a Europa não fica atrás. O derretimento das geleiras alpinas, deslizamentos e inundações, não tem bom efeitos sobre a agricultura, pecuária e indústrias ligadas ao Turismo.

Contudo, em seu conjunto, percebe-se que através do globo uma divisão desigual das consequências sociais e econômicas do aquecimento global. O tempo de agir é agora. Entramos na década do clima, ou seja, estes são os últimos 10 anos que temos para lutar contra o caos climático provocado pelo sistema capitalista. Visto que os líderes mundiais revelaram não ter a capacidade para lidar com esta tarefa, milhões de pessoas, um pouco por todo o mundo, tomaram como sua responsabilidade primária o combate às alterações climáticas.

As injustiças que as acompanham, tanto geográficas atuais como em relação às gerações futuras darão causa progressiva ao agravamento dos potenciais de conflitos, se não houver uma reflexão séria sobre ecologia e seu significado na perspectiva do bem comum da humanidade.

Posto ao fim deste capítulo, o debate atual como alternativa à crise ambiental com extensão à crise humana que atravessa toda a miséria humana, exige uma reflexão permanente sobre uma política específica às alterações climáticas e à proteção ambiental e o respectivo engajamento a longo prazo. Isso implica que se assumam a responsabilidade com custos que não correspondam à lógica do capital, mas sim, é preciso imperiosamente, que a política e economia, em diálogo, se coloquem decididamente ao serviço da vida, especialmente a vida humana

ecologicamente integral e integrada. No próximo capítulo, iremos entender como se delineiam as propostas alternativas ao modelo ecossistêmico neoliberal atual, e como o movimento global climático na perspectiva ecossocialista representa uma resistência social e democrática face à atual economia do mercado que desconhece limites, degradando a natureza da vida.

TERCEIRO CAPÍTULO

O ECOSOCIALISMO DO NOVO MOVIMENTO GLOBAL CLIMÁTICO: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E PRÁXIS EDUCATIVA

[..] O ser humano parece não se dar conta de outros significados do seu ambiente natural, para além daqueles que servem somente para os fins de uso ou consumo imediatos é preciso o empenho que se põe em salvaguardar as condições morais de uma autentica ecologia humana. A destruição do meio ambiente humano é um fato muito grave (...), a vida humana é um dom que deve ser protegido de várias formas de degradação. Toda a pretensão de cuidar e melhorar o mundo requer mudanças profundas nos estilos de vida, nos modelos de produção e de consumo, nas estruturas consolidadas de poder, que hoje regem as sociedades. O progresso humano autêntico possui um caráter moral e pressupõe o pleno respeito pela pessoa humana, mas deve prestar atenção também ao mundo natural e de ter em conta a natureza e de cada ser e as ligações mútuas entre todos, num sistema ordenado. Assim, a capacidade de o ser humano transformar a realidade deve desenvolver-se com base na doação originária [...].

(PAPA FRANCISCO, 2015, p.10-11)

Por entendermos que o colapso de crise socioambiental, representa a crise humanitária, por seus impactos na desigualdade social e a pobreza extrema, e concomitantemente, esses impactos são sinais eloquentes que enveredam a atual crise global climático, e como resposta a essa realidade que coloca em estorvos a humanidade na perspectiva da “produção, reprodução e desenvolvimento” vida (DUSSEL, 2012), nesse capítulo trazemos as bases ecossocialistas como proposta original em que se articulam as ideias fundamentais para crítica ecológica em prol da superação e a recuperação da relação sadia entre o homem e a natureza.

Deste modo, neste capítulo não procuraremos historicizar a relação entre o ecossocialismo e socialismo, nosso intuito é esboçar chaves de leitura crítica do ecossocialismo. Aliás, o socialismo é a esfera pelo qual sustenta os argumentos fundamentais da crítica ecossocialista visando uma política econômica que defende as necessidades ecológicas e ao equilíbrio ecológico. O ecossocialismo, em seu escopo nos permite entender como se dá o processo de construção social do mundo face ao modelo atual de produção neoliberal capitalista. Portanto, nessa esteira,

entendemos o novo movimento global climático por justiça social e sua militância em defesa do meio ambiente como uma práxis ecossocialista, que encontra suas bases no ecossocialismo como movimento social em defesa do meio ambiente como patrimônio social de todos.

3.1 Ecossocialismo: Origem e Pensamento

O ecossocialismo como uma corrente, surge em 1970 e com epicentro na Europa, como um dos setores da ecologia política nas correntes socialistas, associado a uma postura ecológica radical à proposta de um socialismo autogestor; e, também, como “uma corrente marxista internacional comprometida em, além de eliminar a visão produtivista nas suas propostas, assumir valores da ecologia política”, segundo Rodrigues (2015, p.70).

Nos últimos trinta anos vem sendo proposto mudanças radicais face a crise ambiental que também é uma crise de civilização. E para sua consolidação como movimento, segundo Löwy (2014a, p.44- 45) foi,

[...] “graças às obras de pensadores como Manuel Sacristan, Raymond Willian Rudolf Bahro e André Gorz nos seus primeiros escritos, assim como às contribuições de James O’connor, Barry Commoner, John Bellamy Foster, Joel Kovel (EUA), Juan Martinez Allier, Francisco Fernandez Buey, Jorge Riechman (Espanha), Jean-Paul Déléage, Jean-Marie Harribey (França), Elmar Alvater, Frieder Otto Wolf (Alemanha)”[...], **e de muitos outros, que se expressam numa rede de revistas tais como Capitalismo, Natureza e socialismo e ecologia política, etc. No brasil esse movimento encontra seus apoiadores de forma interdisciplinar formando uma rede de ecossocialista brasileiro (Grifos nosso).**

A práxis ecossocialista na atualidade possui diversos colaboradores, dentre os espaços políticos e acadêmicos a nível mundial, inclusive no Brasil. Também tem espaço nos debates em diversas revistas: *Capitalism, Nature and Socialism* (fundado por James O’Connor); *Climate and Capitalism* (editado por Ian Angus); *Ecologie Politique*; *ecologie & Politique* (fundado por Jean – Paul Deléage); *Ecover: Revue Critique d’ecologie politique*; *Mientras Tanto* (fundada por giulia Adinolfi e Manuel Sacristá) e *Monnthly Review* (John B. Foster é seu editor).

Sua materialidade de reflexão está alicerçada segundo Löwy (2014a) “nos objetivos de evidenciar a consciência dos perigos que ameaçam o planeta em consequência do atual modo de produção e consumo que insinua o crescimento

exponencial das agressões ao meio ambiente”, criando-se cada vez a ruptura do equilíbrio ecológico que se configura no cenário catastrófica que põe em questão a própria sobrevivência da vida humana.

O ecossocialismo, enquanto uma proposta utópica de mudança socioambiental fundada na associação das lutas ambientalistas com os demais movimentos representativos da classe social oprimida com finalidade de conscientização para uma visão do mundo ecologicamente integral, na contramão do neoliberalismo com finalidade apenas para o crescimento econômico destoando a verdadeira relação homem e natureza. Repousa dois argumentos essenciais:

[...] 1). O modo de produção e de consumo atual dos países capitalistas avançados, fundado numa lógica de acumulação ilimitada (do capital, dos lucros, das mercadorias), do esgotamento dos recursos, do consumo ostentatório, e da destruição acelerada do meio ambiente, não pode, de modo algum, ser expandido para o conjunto do planeta, sob pena de uma crise maior ecológica maior. Segundo cálculos recentes, se generalizássemos para o conjunto da população mundial, o consumo médio de energia dos EUA, as reservas conhecidas de petróleo seriam esgotadas em dezanove dias. Tal sistema, portanto, se fundamenta, necessariamente, na manutenção e no aumento da desigualdade gritante entre o Norte e o Sul. 2). A continuação do progresso capitalista e a expansão da civilização fundada na economia de mercado – mesmo sob essa forma brutalmente desigualitária – ameaça diretamente, a médio prazo (qualquer previsão seria arriscada), a própria sobrevivência da espécie humana. A preservação do meio ambiente natural é, portanto, um imperativo humanista. (LÖWY, 2014a, p.46)

Na contramão desta visão econômica desenvolvimentista neoliberal, surgem associações e os movimentos assumindo a visão de que a atual crise ecológica tem a mesma origem que as demais crises sociais, em que Löwy (2005, p.44) considera “de máquina mortífera da busca ao retorno rápido do capital”. Portanto, a grande contribuição do movimento ecossocialista é

[...] fazer-nos tomar consciência dos perigos que ameaçam o planeta em consequência do atual modo de produção e consumo. O crescimento exponencial das agressões ao meio ambiente, a ameaça crescente de uma ruptura do equilíbrio ecológico configura um cenário-catástrofe que põe em questão a própria sobrevivência da vida humana. Confrontamo-nos com uma crise de civilização que exige mudanças radicais (LÖWY, 2014a, p.42-43).

Deste modo, o ecossocialismo enquanto uma corrente na contramão do atual sistema neoliberal como anteriormente destacamos, a sua práxis aspira subordinar o valor de troca ao valor de uso, organizando a produção em função as necessidades sociais e das exigências da proteção do meio ambiente, resgatando efetivamente com

esse processo a relação sadia do homem com a natureza, aliás, a ecologia integral fundada no controle democrático, na igualdade social, e, segundo Löwy (2014a, p.45-46) “[...] na apropriação coletiva dos meios de produção num planejamento democrático que permite à sociedade definir os objetivos da produção e os investimentos, e uma nova estrutura tecnológica das forças produtivas”.

A que destacar-se que, a corrente ecossocialista durante seu surgimento, travou batalhas severas com as propostas das correntes dominantes da ecologia política europeia, que ignorava a conexão necessária entre o produtivismo e o capitalismo, o que levou à ilusão do capitalismo limpo, ou de reformas capazes de lhe controlar os excessos. Esta visão foi também criticada por Michael Löwy, uma das atuais referências da ecossocialista. Segundo ele,

[...] uma ecologia que não se dá conta da relação entre o produtivismo e a lógica do lucro está fadada do fracasso – ou pior, à recuperação pelo sistema. Os exemplos abundam, a ausência de uma postura anticapitalista coerente que levou a maior parte dos partidos verdes europeus – na França, Alemanha, Itália, Bélgica – a tornar-se simples partidários ecorreformistas da gestão social-liberal do capitalismo pelos governos de centro-esquerda [...] (LOWY, 2014a, p.43).

A nossa hermenêutica às ideias de Löwy (2014a), é de que se assume o compromisso de fato, se se pretendem mudanças radicais frente ao atual capitalismo. Não bastam declarações de apoio às vítimas. De forma recorrente, muitas das declarações de apoio às vítimas climáticas estão ancoradas nas inverdades por interesses eleitorais ou monetárias.

A rede ecossocialista internacional e a recém formada a rede brasileira de ecossocialistas têm engendrados esforços para denunciar politicamente e em produções acadêmicas, as narrativas que defendem a pilhagem da natureza sem pensar no impacto social dos países e povos afetados. Segundo MANIFESTO ECOSSOCIALISTA INTERNACIONAL (2008):

[...] O movimento ecossocialista, é, portanto, contrária, à todas formas de recusa do humanismo, o que leva a sua oposição contundente à ideologia neoliberal, autoritária e burocrática com respeito as exigências de preservação do meio ambiente e ao infinito modo de consumo destruidor da natureza. O consumo destruidor da natureza de que nos referimos, encontra-se legitimada pela racionalidade ilimitada do mercado capitalista, com seu cálculo imediatista de perdas e lucros, que é intrinsecamente contraditória com a racionalidade ecológica, que leve em conta a longa temporalidade dos ciclos naturais. Não obstante, o projeto ecossocialista não se opõe apenas, aos maus capitalistas ecocidas aos bons capitalistas verdes, mas sim ao

próprio sistema, fundado na impiedosa competição, nas exigências da rentabilidade, na corrida atrás do lucro rápido que é o destruidor dos equilíbrios naturais [...].

As pretensões enganosas por intuídos monetários que destacamos anteriormente na questão de apoio aos mais vulnerável, a título de ilustração, destacamos movimentos e associações em prol da economia verde. Na verdade, esses movimentos pregam aquilo que chamamos de “fetiche de mercadoria”, que na verdade trata-se de uma política enganosa para desviar o foco de fiscalização e desviar atenções dos seus críticos. Segundo Löwy (2014a) “o pretense capitalista verde não passa de uma manobra publicitária, de uma etiqueta que visa vender uma mercadoria. E ao rechaçar o fetichismo da mercadoria e a autonomização reificada da economia pelo neoliberalismo”, isso é visto no meio dos ecossocialistas como necessário para a implementação de uma economia política fundada em critérios não monetários e extraeconômicos, e sim na reimbricação do econômico no ecológico, no social e no político. De acordo Löwy,

[...] é preciso substituir a microrracionalidade do lucro por uma macrorracionalidade social e ecológica, o que exige uma verdadeira mudança de civilização. Isso é impossível sem uma profunda reorientação tecnológica, que vise a substituição das atuais fontes de energias por outras, não poluentes e renováveis, tais como a energia eólica ou solar; ademais, o controle dos meios de produção, e sobretudo, as decisões de investimento e da mutação tecnológica, devem ser arrancadas dos bancos e das empresas capitalistas para se tornar um bem comum da sociedade [...] (LÖWY, 2014a, p.47-48).

A estratégia para a superação desse sistema em que microrracionalidade do lucro cuja a centralidade é a produção e o consumo, demanda uma radicalidade no processo de mudança. Essa mudança não é tão simplista, é preciso uma reorganização de conjunto. A escola/educação pode exercer um papel fundamental nessa organização, claro, através de um processo de conscientização do tipo freireana, apoio social do modo de produção e de consumo, fundado nas necessidades reais da população e da preservação do meio ambiente.

No socialismo, as necessidades reais da população não são necessariamente pagáveis, porque são fundados na escolha democrática das prioridades e dos investimentos pela própria população, e não pelas leis do mercado. De acordo Löwy (2005) procede de seguinte maneira:

[...] 1. Os produtos deverão ser subvencionados ou até mesmo distribuídos gratuitamente; 2. As opções energéticas deverão ser seguidas, ainda que não sejam, num primeiro momento, as mais rentáveis; 3. Reorganizar o sistema de transportes, em função de critérios sociais e ecológicos; 4. Medidas a tomar para reparar, o mais rápido possível, os gigantescos estragos do meio ambiente deixados como herança pelo capitalismo. E assim sucessivamente. Essa transição levaria não apenas a um novo modo de produção e a uma sociedade igualitária e democrática, mas também a um modo de vida alternativo, a uma civilização nova, ecossocialista, para além do reino do dinheiro, dos hábitos de consumo artificialmente induzidos pela publicidade, e da produção ao infinito de mercadorias nocivas ao meio ambiente (LÖWY, 2014a, p.49).

Contudo, a democracia nas necessidades reais do povo, configura-se novas estratégias de poder da cidadania, para forjar, em oposição à atual modernidade de oposição, um mundo novo, onde a racionalidade ambiental recebe, conjuga e dispersa as luzes e as vozes pela democracia, pela sustentabilidade e pela justiça social.

A sustentabilidade e a justiça social³⁷ estão intrinsecamente relacionados com a questão do compromisso das pessoas e das instituições, especialmente dos Estados que possuem o poder de propor e efetivar os objetivos mais importantes de uma sociedade. A sustentabilidade como uma proposta para uma nova visão do mundo, é considerada por Zamban (2013, p.208):

[...] como um modelo de desenvolvimento que compreende o ser humano como sujeito de direitos e principal agente, protagonista e beneficiário da organização social, fundamentalmente comprometido com a democracia, a utilização e reposição equilibrada dos recursos naturais e ambientais de forma a garantir as condições de bem estar e a realização das pessoas no presente e às futuras gerações, assim como fortalecer a afirmação e a integração das culturas no conjunto da sociedade.

Nesse escopo, as ideias vislumbram a complexidade de interesses e objetivos que estão em permanente tensão, e manifesta o contexto das políticas de

³⁷Sobre o conceito de justiça social, trouxemos no texto, aproximando-se também da visão de Paulo Freire. [...] Em Paulo Freire, o conceito de “justiça social” deve ser percebido na sua relação dialética com o conceito de “injustiça”. Isso se traduz na práxis como uma luta por um mundo mais justo, aliás, a permanente mudança do mundo e a superação das injustiças, cujas as vítimas são os oprimidos. Para Freire, mudar o mundo é tanto um direito quanto um dever dos injustiçados e dos líderes (educadores, políticos, etc.) que se engajam com eles na luta solidária pela humanização. A justiça social é também ligada à democracia. Esta democracia não pode ser confundida com a democracia capitalista que abandonou o seu compromisso com a justiça social a favor da ética do mercado, de acordo com a qual o lucro é mais importante do que a dignidade humana. Nesse sentido, ao contrário, a superação das injustiças sociais é para Freire a tarefa fundamental da democracia, o ponto de partida dessa democracia é o comprometimento e a genuína participação dos cidadãos na superação de todo tipo de injustiça [...]. (Cf. NOEL, 2008, p.281).

desenvolvimento sustentável, marcado por deficiências, contradições e ausência de compromissos éticos duradouros. Aliás, essas ideias já foram objetos de reflexão no documento “contribuições para a conferência Rio+20: documento conjunto ‘Acordo para o desenvolvimento sustentável’”, que registra os critérios que precisam orientar o compromisso com a sustentabilidade e o princípio da justiça social, que nessa pesquisa consideramos de justiça ambiental/climática:

[...] a partir de entendimento de que questões ambientais, sociais e econômicas estão envolvidas de maneira intrínseca e articuladas na promoção da sustentabilidade, e tendo as dimensões política, ética, cultural e jurídica como base para o desenvolvimento sustentável; e (...); [...] a equidade entre as pessoas, com destaque entre raças, etnias, gêneros e gerações e entre regiões, países de um mesmo país, e as liberdades fundamentais para todos, como elementos transversais a todas as políticas e ações de promoção e desenvolvimento sustentável [...].

Desse modo, essas decisões são hoje retomadas pela pegada ecossocialista e todos movimentos pro-clima/ justiça climática. A utopia motivadora é a de que o ordenamento do desenvolvimento precisa ter como critério, a realização individual, comunitária, social e cultural do ser humano. Aliás, as pessoas devem ser o objetivo e a centralidade mais importante de qualquer empreendimento. Quando ocorrer isso, a redução humana a um dos meios para fins que lhe sejam estranhos ou interesses egoísticos, corporativos não encontram legitimidade em qualquer instância. Portanto, qualificar a centralidade e o valor da pessoa nessa concepção de desenvolvimento tem um alto valor ético, porque reafirma a consagração característica do sujeito de dignidade, elege sua presença no processo, afirmando a sua condição de agente principal, e compõe essa dinâmica a realização pessoal integrada com o contexto onde está inserido e as demais necessidades e expectativas que possui, da mesma forma que supera a dependência das políticas de bem estar social como condição para uma existência equilibrada.

3.2 Ecossocialismo e Planejamento Democrático

A proposta do planejamento democrático na corrente ecossocialista de acordo Löwy (2014a), propõe uma política econômica visando às necessidades sociais e ao equilíbrio ecológico. Tal equilíbrio se daria no combate por reformas ecossociais

portadores de uma dinâmica de mudança, de transição entre as demandas mínimas e o programa máximo, com a condição de que se recusem os argumentos e as pressões dos interesses dominantes, em nome das regras do mercado, da conectividade ou da modernização.

Algumas demandas imediatas já são, ou podem rapidamente se tornar, o ponto de convergência entre movimentos sociais e movimentos ecológicos, sindicatos e defensores do meio ambiente. De acordo Löwy:

[...] – a promoção de transportes públicos – trens, metrô, ônibus, p=bondes – baratos ou gratuitos como alternativas para o abafamento e a poluição das cidades e dos campos pelo carro individual e pelo sistema de transportes rodoviários; - a luta contra o sistema da dívida e os ajustes ultraliberais impostos pelo FMI e pelo Banco Mundial aos países do Sul, com consequências sociais e ecológicas dramáticas: desemprego em massa, destruição das proteções sociais e das culturas de viveres, destruição dos recursos naturais para a exportação; - defesa da saúde pública, contra a poluição do ar, da água (lençóis freáticos) ou dos alimentos pela avaria das grandes empresas capitalistas; - a redução do tempo de trabalho como resposta ao desemprego e como visão da sociedade que privilegie o tempo livre em relação à acumulação de bens [...] (LÖWY, 2014a, p.54-55).

Contudo, por mais que os problemas ecológicos e suas consequências nas mudanças climáticas atingem toda a humanidade, até mesmo, os seus mentores; os problemas ambientais são sentidos muito mais pelos pobres e bem menos pelas ricas e potentes nações. Estes detêm, por exemplo, bases de saúde como hospitais de ponta. Com a pandemia de COVID-19 ficou evidente quem deveria morrer, são os pobres. A título de ilustração para além do Brasil em que assistimos o desastre sanitário e ignorado pelas algumas autoridades de governação e da ausência do plano concreto do Governo Federal face ao enfrentamento da pandemia; registramos também que em maioria dos países africanos não possuíam nenhum recurso para combater a pandemia, devido ao alto custo dos respiradores mecânicos e outros insumos hospitalares produzidos pelas potências econômicas mundiais. Em Moçambique, um país de aproximadamente 29 Milhões de habitantes, por exemplo, só possuía 15 respiradores doados por um empresário Chinês para toda população. Vejamos, pela sorte do destino, faltou pouco para que no continente africano acontecessem massacre dos pobres pela COVID-19.

O ecossocialismo, em seu projeto de construção democrática, associa-se a diversos movimentos sociais emancipadores. Por isso, na visão de Löwy (2014) citando Riechmann,

[...] Este projeto (**ecossocialista**) não pode renunciar a nenhuma das cores do arco-íris: nem ao vermelho do movimento operário anticapitalista e igualitário, nem ao violeta das lutas para a libertação da mulher, nem ao branco dos movimentos não violentos para a paz, nem ao antiautoritarismo negro dos libertadores e anarquistas, e ainda menos ao verde da luta por uma humanidade justa e livre num planeta habitável (**grifos nosso**) (LOWY, 2014a, p.56).

O planejamento democrático, é, portanto, a condição necessária para se responder às exigências da justiça social, como também para assegurar o apoio da classe pobre, sem o qual o processo de transformação estrutural das forças produtivas não pode ser efetuado. Pois, não é tão simplista, para além da práxis democrática em si, o planejamento democrático tem de se autoafirmar como também uma nova teoria orientador, como sinal de esperança, que permite uma interpretação coerente com uma profunda transformação que o povo, vítima do sistema neoliberal, está vivenciado. De acordo Dussel,

[...] uma nova teoria (...) não pode partir dos postulados burgueses, tampouco dos do socialismo real (com sua impossível planificação perfeita, com o círculo quadrado do centralismo democrático, com irresponsabilidade ecológica, com a burocratização de seus quadros, com o dogmatismo vanguardista de sua teoria estratégica, etc.). O que vem por aí é *uma nova civilização transmoderna*, e por isso transcapitalista, para além *do liberalismo e do socialismo real*, onde o poder era um tipo de exercício da *dominação*, e na qual a política se reduziu a uma administração burocrática [...] (DUSSEL, 2007, p.10).

Não obstante, pensar o planejamento democrática, exige uma responsabilidade política de exercer um poder obediencial, intrinsecamente participativa, sem vanguardismos, tendo aprendido do povo o respeito por suas narrativas míticas dentro da qual desenvolveu seu próprio pensamento crítico, suas instituições que devem se integrar a um novo projeto.

No século XXI, para se superar a crise ecológica, exige-se uma criatividade. Mesmo o socialismo, se ainda possui algum significado, deverá, portanto, se desenvolver, tal como indica Evo Morales, também como “uma revolução cultural” (DUSSEL, 2007, p.10). É a hora dos povos, dos originários e dos excluídos, exercerem a sua vocação de buscarem seus interesses corrompidos, e levar-se a cabo uma revolução no panorama de um processo de transformação social radical.

Essa transformação radical, entendemos ser necessário tal como se inscreve em Walter Benjamin como “Tempo messiânico”, ou seja, o “Tempo-Agora” (*jetzt-Zeit*³⁸).

Nesse sentido, o conjunto da sociedade será livre do mercado capitalista e ao planejamento burocrático, quando houver a confiança na auto-organização e sem autoritarismo no exercício do poder obediencial como vocação política original no sentido de serviço como doação para o outro, aliás, para os interesses da comunidade. Corroborando, com Löwy (2014a), Dussel (2007), segue-se o modelo de planejamento participativo do ponto de vista ecossocialista, proposto por Albert (2003, p.121-122):

[...] os trabalhadores e os consumidores determinam juntos a produção, avaliando de forma aprofundada todas as consequências. As instâncias de assistência decisória anunciam em seguida os índices de preços para todos os produtos, os fatores de produção, dentre os quais estão a mão de obra e o capital fixo. Esses índices são calculados em função do ano precedente e das mudanças ocorridas. Os consumidores (indivíduos, conselhos, federações de conselhos) respondem com propostas, utilizando esses preços como avaliação realista de conjunto de recursos, do material, da mão de obra, dos efeitos indesejáveis (tais como a poluição) e dos benefícios sociais inerentes a cada bem ou serviço. Simultaneamente, os trabalhadores individualmente, assim como seus conselhos e federações, fazem suas próprias propostas, anunciando o que eles preveem produzir e os fatores de produção necessários, se baseando, ele também, nos preços como estimativa de valor social da produção e dos custos que ela implica. Com base nas propostas tornadas públicas pelos trabalhadores e pelos consumidores, os conselhos decisores podem calcular os excessos de oferta ou de demanda para cada produto e revisar o índice de preços segundo um método que é objeto de um acordo social. É a vez de os conselhos revisarem, então, suas propostas [...] na medida em que nenhum agente tem mais influência do que outro no processo de planejamento, em que cada um avalia os custos e os benefícios sociais com um peso que corresponde a seu grau de implicação na produção e no consumo, esse processo gera simultaneamente equidade, eficácia e autogestão.

Contudo, com respeito à tomada de consciência socialista e ecológica como um fator de luta coletiva, e para além do que já fora tratado sobre o ecossocialismo,

³⁸ Nesta citação, de acordo Dussel (2016, p.34-36), alude a Carta aos Romanos, expressado na narrativa simbólica judaica “o dia da manifestação de Deus”, em que começa a tarefa agônica com a pretensão de instaurar a justiça, passando por casos extremos até a destruição completa da ordem injusta (este é o caso das revoluções sociais e políticas). O tempo messiânico é a concreção da práxis política de libertação, da redenção dos oprimidos, explorados e excluídos, resgatando-os para uma nova aliança. O exemplo disso rememora o tempo de perigo em que Hidalgo y Costilla, membro integrado do clero crioulo e um povo todo se transformaram nos libertadores do México. Quando Hidalgo tocou o sino de sua Igreja não era para anunciar uma celebração litúrgica costumeira (*o kronos colonial*), mas para convocar um exército para lutar contra os opressores espanhóis. Nesse “Tempo-Agora” (*kairos*), abandona-se a vida cotidiana e se transcende a outro horizonte: é o tempo messiânico em Benjamin, ao redor do qual se devem construir as categorias mais originais de uma política crítica de libertação.

isso justifica nosso argumento de que o novo movimento global climático por justiça social, em todo seu conjunto, as suas ações coletivas reivindicatórias são uma práxis ecossocialista, no sentido de que a grave crise socioambiental, seja pelos ataques aos direitos sociais conquistados, seja pelas alterações climáticas, hídricas e fertilidade do solo, essas mudanças colocam em risco a possibilidade de terra proporcionar condições sustentáveis à vida, principalmente a humana. Esse movimento, em suas reivindicações coloca em xeque os argumentos contraditórios do mundo político e econômico, quando estes, proferem declarações de amor incondicional à sustentabilidade para minimizar as alterações climáticas.

Por isso, com intuito de ampliar mais essa reflexão, iremos na próxima seção abordar sobre o surgimento e as intencionalidades do novo movimento global climático.

3.3 Movimento Global Climático como um movimento Social

3.3.1 Considerações Preliminares: O que são movimentos sociais

Esboçar a práxis do novo movimento global climático como um movimento social, faz-se necessário entender este movimento no paradigma do surgimento dos movimentos sociais. Deste modo, em linhas que se seguem teceremos breves considerações sobre o significado e o conceito do movimento social. Aliás, o que são movimentos sociais?

Movimentos sociais trata-se de uma forma de ação coletiva estabelecida por um conjunto de ações e atores sociais, em que a identidade entre estes se estabelece a partir de um sentimento de injustiça em relação a algo e de afirmação de direitos e manifestações culturais específicas. Isso implica a luta cidadã cotidiana (sociabilidade calcada no respeito ao outro) e a luta política por uma nova forma de sociedade, na qual as relações de expropriação, preconceito e dominação sejam suprimidas.

Nesse escopo sobre os conceitos de movimentos sociais, destacamos as contribuições dos estudos da Maria da Glória Gohn, uma das cientistas social no Brasil, professora titular da Unicamp, que desde 1960 se dedica aos estudos voltadas

aos movimentos sociais no Brasil e diversas participações e intervenções internacionais. Concernente aos movimentos sociais, de acordo Gohn (2015),

[...] nós os vemos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população de organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc.), até às pressões indiretas [...]. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet [...] (GOHN, 2019, p.13).

As colocações sobre os conceitos dos movimentos sociais em Gohn (2019), corroboram na questão já levantadas pelos filósofos de libertação, como Enrique Dussel, sobre a restauração da “exterioridade da comunidade” ou, aliás os movimentos sociais, como comunidades excluídas, em que a sua realidade de vida é de “dominação, marginalização, exclusão” (DUSSEL, 1986). Deste modo, os movimentos sociais enquanto comunidades, nascem e se consolidam na oposição e na negação de qualquer sistema que oprime, se coloca “como totalidade”, tal como se discute em “A ética Comunitária” e, em todas as obras de Enrique Dussel.

A partir de Gohn (2019) e Dussel (1986), por mais que não fizemos a historicização do surgimento dos movimentos sociais, podemos perceber a partir destes, a importância da existência dos movimentos sociais na história. Os movimentos sociais pela sua práxis instituem a restauração do sentido fontal de vida, desta forma, à medida que se perder esse sentido, surgirão e existirão os movimentos, como fontes geradores de transformação social, através de expressões, energias de resistência ao que oprime, e as fontes revitalizadas para a construção permanente do novo.

No contexto da história dos movimentos sociais, não se pode ignorar que também existiram movimentos sociais conservadores, defendendo seus interesses particulares. Aliás, é formidável destacar que nem todos os movimentos a título de movimento social faz apologia da justiça social. Segundo Gohn,

[...] existem tipos de movimentos sociais conservadores, muitos deles fundamentados em xenofobias nacionalistas, religiosas, raciais etc. [...]. Estes tipos não querem as mudanças sociais emancipatórias, mas impor as mudanças segundo seus interesses particularistas, pela força, utilizando a violência e a intolerante como estratégia principal em suas ações; em

movimentos nacionalistas, com sua ideologia não democráticas, geradoras de ódios raciais e atos de terrorismo e guerras [...] (GOHN, 2019, p. 14).

Esses movimentos intolerantes, são tipos de movimentos gerados a partir de práticas sectárias, destrutivas e de total negação ao bem estar social coletivo. A maioria desses movimentos atuam segundo regras e as ideologias das organizações de onda neofascista, e são movimento não abertos à participação de qualquer cidadão, porque existem códigos e crenças, sobretudo, muitos destes, ligados a extrema-direita. A título de ilustração disso, diversos movimentos no Brasil alinhados ao bolsonarismo, do Presidente Jair Bolsonaro, não aceitam o diálogo. O cinismo, intolerância, violência e a falta de diálogo são algumas das características desses movimentos conservadores em prol dos interesses particularistas em detrimento da maioria da população.



Créditos das Imagens: <https://images.app.goo.gl/tMRvu7NdyJg7X8nw6>. Acesso em 30. maio/21

Ao contrário desses tipos de movimentos que destacamos anteriormente, encontramos outros tipos de movimentos sociais que também somos apologistas. Movimentos de ordem progressistas, que atuam de acordo uma agenda emancipatória, realizam diagnósticos sobre a realidade social e constroem propostas de forma democrática. Estes, não propagam ódios, mas sim, atuam em redes, articulam ações coletivas e agem como resistência em prol da justiça social e a sua luta é pela inclusão social. Estas formas de movimentos sociais, de acordo Gohn,

[...] constituem e desenvolvem o empowerment de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. As redes são estruturas da sociedade contemporânea globalizada e informatizada. Elas se referem a um tipo de relação social, atuam segundo objetivos estratégicos e produzem articulações com resultados relevantes em seio dos próprios movimentos e para a sociedade civil em geral (GOHN, 2019, p.14-5).

As associações comunitárias, os fóruns voltados a governança participativa, se inscrevem nesses tipos de movimentos sociais progressistas, entre outros, tal como o novo movimento global por justiça climática. No Brasil encontramos também a título de exemplificação, diversos movimentos sociais que são como marcos da trajetória das diversas conquistas tais como à saúde pública, moradia, a educação, etc. A existência desses movimentos é lastreado numa compreensão ampla de cidadania, que não se restringe apenas às questões eleitorais, mas sim, na construção e na conquistas do direito à vida, fundado numa concepção democrática radical que objetiva fortalecer a sociedade civil no sentido de construir ou apontar caminhos para uma nova realidade social – sem desigualdades, exclusões de qualquer natureza. Aliás, movimentos que buscam insinuar um novo projeto emancipatório e civilizatório por detrás da concepção que tem como horizonte a construção de uma sociedade democrática e sem injustiças sociais.



Creditos das Imagens: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/05/29/manifestantes-fazem-ato-contra-bolsonaro-e-a-favor-da-vacina-na-avenida-paulista-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em 30.mai.21.

Relacionado à breve concepção dos movimentos sociais, tal como se escreveu, podemos destacar que o novo movimento global por justiça climática e social pode sim, se entender nesse paradigma do surgimento dos movimentos sociais progressistas, com objetivo de restaurar a justiça social global. Deste modo, teceremos em linhas seguintes sobre o significado e as intencionalidades específicas desse novo movimento global climático por justiça social.

3.4 Movimento Global Climático Por Justiça Climática e Social no Paradigma dos Novos Movimentos Sociais: Surgimento e suas Intencionalidades

As mudanças climáticas têm sido debatidas há décadas, e no tocante à “justiça climática” se trata de um conceito relativamente novo. O que significa esse termo e como esse movimento se diferencia de outros movimentos sociais? O conceito de “justiça climática” surge como um desdobramento do paradigma da “justiça ambiental” e da percepção de que os impactos das mudanças climáticas atingem de forma e intensidade diferentes grupos sociais distintos. Alguns casos de injustiça climática se relacionam aos efeitos de processos de desertificação, de eventos climáticos extremos (chuvas intensas, ondas de calor etc.), do aumento do nível do mar, entre outros (MILANEZ; FONSECA, 2011, p.93). De acordo Hildebrandt (2016, s/p),

[...] No início da década de 1980, nos Estados Unidos, um novo movimento surgiu após vários protestos e processos judiciais contra o lixo tóxico e a poluição em bairros pobres e zonas rurais. O movimento por justiça ambiental, como era chamado, buscava justiça para as pessoas que foram desproporcionalmente afetadas pela degradação ambiental e era liderado por diversos grupos marginalizados que acreditavam que suas comunidades eram as mais prejudicadas. Esse movimento era diferente do movimento ambientalista mais amplo, que se centrava na degradação ambiental e, com frequência, ignorava os seus impactos nas comunidades e nos bairros mais pobres. O movimento por justiça ambiental procurou livrar o mundo do racismo ambiental – um problema que não era sequer levado em consideração pela maior parte dos ambientalistas [...].

Atualmente, o novo movimento global climático por justiça social consolidado, é um movimento interdisciplinar sediada em vários centros no mundo, inclusive no Brasil. Segundo Acselrad; Mello; Bezerra (2009), por volta de 1980, nos EUA, aconteceu uma série de lutas que articulavam a questão ambiental com a da

desigualdade social foram capazes de influenciar mundialmente uma reflexão e mobilizações sociais mais abrangente. Inicialmente os militantes de base, os acadêmicos que inicialmente levantaram a bandeira da justiça ambiental, diagnosticaram problemas e estabeleceram princípios e estratégias de luta que foram capazes de se fazer reconhecer e identificar por uma série de outras experiências mundo afora. A muito além da problemática específica das relações entre a alocação de resíduos tóxicos e das lutas pelos direitos civis dos negros dos EUA, impulsionou-se uma reflexão geral sobre as relações entre risco ambiental, pobreza, desigualdade social, justiça social e etnicidade. De acordo, Acselrad; Mello; Bezerra (2009, p.23-25):

[...] Este movimento é associado às primeiras críticas à configuração locacional de fontes de contaminação e à sua proximidade com comunidades específicas. Este debate foi amadurecido na década de 1970, pela aproximação entre sindicatos, organizações ambientalistas e grupos de minorias étnicas que pretendiam discutir questões ambientais no contexto urbano. Entretanto, foi em 1982 que a luta contra a implantação de um aterro industrial para receber bifenil policlorado (um hidrocarboneto halogenado com alto potencial de concentração na cadeia alimentar e com efeitos tóxicos sobre a reprodução de seres humanos) no condado de Warren, na Carolina do Norte, chamou a atenção da opinião pública para a questão da localização de empreendimentos poluidores. Cinco anos mais tarde, uma pesquisa organizada por movimentos sociais concluiu que a variável racial era a componente que, nos Estados Unidos, melhor explicava a localização de aterros para resíduos perigosos. Esse estudo levou a uma ampliação do debate sobre as relações entre poluição, raça e pobreza e, em 1991, quando ocorreu a I Cúpula Nacional de Lideranças Ambientalistas de Povos de Cor, foram aprovados os princípios da justiça ambiental [...].

Deste modo, a partir dos propósitos do novo movimento global climático por justiça social, nos leva a dizer que suas denúncias em defesa da vida ecologicamente integral e integrada, constitui-se uma práxis educativa ecossocialista por se preocupar de forma articulado mundialmente em defesa do meio ambiental, questionando o processo civilizatório da humanidade e os paradigmas teóricos que impulsionam a legitimam o crescimento econômico, negando a natureza. Para este movimento, o direito de vida enquanto uma questão global, defende a vida para todos, e suas bandeiras tal como se viu ao longo do ano 2019 protagonizaram denúncias à gênese dos problemas ecológicos, desastres ambientais que tem engendrado má qualidade de vida hoje de forma acelerada engrossando-se cada vez mais as desigualdades sociais, por parte dos culpados, a grosso modo, dos defensores do sacrificalismo

neoliberal em prol do capital para minoria burguesa, a classe que detém o poder financeiro. Nesse contexto, de acordo, Camargo (2020, p.14-15):

[...] À medida que as mudanças climáticas se tornaram um problema mais urgente, o movimento ambientalista mais amplo tomou para si a responsabilidade de tentar mitigar os impactos do aquecimento global e de educar as pessoas sobre como o meio ambiente seria afetado. Ao mesmo tempo que as consequências para os seres humanos sempre foram uma preocupação para os ambientalistas, esse não era necessariamente o seu foco – principalmente quando falamos de grupos marginalizados. Consequentemente, esforços e campanhas para ajudar ecossistemas podem acabar prejudicando comunidades pobres e indígenas e podem não conseguir chegar à raiz da degradação climática, o que é ainda mais importante (...). [...] Deste modo, o movimento por justiça climática urge como resposta do movimento internacional por justiça ambiental às mudanças climáticas. Ele vê as mudanças climáticas como uma questão complexa de justiça social, e não apenas como um problema ambiental. Enquanto os ambientalistas podem considerar que as mudanças climáticas sejam o simples resultado de um sistema industrial com pouca regulamentação, a justiça climática acredita que elas sejam o produto da desigualdade e de um sistema econômico obcecado pelo crescimento em prol do crescimento. O racismo e o classismo estão intrinsecamente conectados às mudanças climáticas, e esses problemas não podem ser ignorados [...].

Pode até haver algum esquivo com respeito a distinção entre o movimento por justiça climática e ecologistas, por mais que o escopo de reflexão seja o mesmo. Porém, o movimento por justiça climática a preocupação e as razões do movimento são causas mais profundas da vida que transcende não apenas a saúde das plantas, mas a vida de forma integral e integrada da pessoa humana. Aliás, um dos fatores importantes para os movimentos por justiça ambiental e climática é que ambos são movimentos de base, que enfatizam a necessidade de envolver as comunidades na organização de suas próprias ações e nas decisões sobre seus próprios.

A justiça climática frequentemente envolva pressionar grandes corporações e governos, essa pressão vem das pessoas, e não de cima. Acredita-se na capacidade das comunidades de influenciarem os poderosos, mais do que nos próprios poderosos. Em outras palavras, a justiça climática é movida pelo poder das pessoas.

Todas essas conquistas com respeito a preservação do meio ambiente e contra os possíveis danos à todas as espécies viventes, não são uma simples defesa porque os ativistas pretendem ser bem vistas, mas sim, uma defesa das causas mais profundas da vida, em que nas condições atuais, a sociedade mundial, as vítimas de tantas desigualdades sociais são cada vez mais numerosas, descartas, privadas dos direitos fundamentais, o princípio da justiça social. Deste modo, torna-se inevitável

que a política e a economia encontre um diálogo que se coloque decididamente ao serviço da vida. Entre os dois construtores da justiça social, aliás, do bem comum, entre a política e a economia, entre a produção e a distribuição social e equitativa dos bens, o Estado deve assegurar a primazia da política. Na realidade trata-se de um campo de conflito na zona cinzenta de corrupção e dependência. A política e a economia tendem a culpar-se reciprocamente a respeito da pobreza e da degradação ambiental. Portanto, o que se espera é que reconheçam os seus próprios erros e encontrem formas de interação orientadas para o bem comum. Enquanto uns se afanam apenas com o ganho econômico e os outros estão obcecados apenas por conservar ou aumentar o poder, o que nos resta são as guerras ou acordos espúrios, nos quais o que menos interessa às duas partes é preservar o meio ambiente e cuidar dos mais pobres e da biodiversidade. Essa ideia sobre eventos climáticos, que na presente pesquisa denomino como “utopia factível”³⁹, motivou diversos movimentos ambientalistas, ecologistas, tal como o movimento global climático ao organizar eventos climáticos por uma ética ecossocialista, como momentos de reflexão sobre alteridade e biodiversidade, no contexto atual em que tem se intensificado ações que tendem a desconfigurar e destruição do meio ambiente.

3.5 Justiça Climática, Práxis e Agendas de Resistência: Uma Resposta Socioeducativa

Na constatação de que as comunidades tradicionais de pequenos agricultores e pescadores, ribeirinhos, os índios, e de modo geral as populações pobres do planeta, em razão de sua vulnerabilidade social, são mais suscetíveis de se tornarem

³⁹A factibilidade diz respeito à possibilidade (em diversos níveis: lógica, empírica, técnica, econômica e ética) do objeto na prática. Nem tudo é possível. Então, pelo critério da factibilidade, analisam-se as circunstâncias e efeitos da ação, consideram-se as condições de possibilidade objetiva (materiais e formais, empíricas, técnicas, econômicas, políticas e outras) para que o ato seja efetivamente possível. Utopia é um conceito moderno que articula a enunciação de um mundo melhor e a reflexão crítica sobre a realidade (HONÓRIO; KROI, 2008, p.63). Constitui, como formas da consciência (Mannheim, 1972) ou como modelos de perfeição (Hinkelammert, 2000), instrumento de análise da realidade sócio-política. Mesmo ante a secularização e a racionalização, o conceito permanece aparentado da religião, por articular esferas do desejo, de esperança ou do simbolismo, em que sonhar uma vida diferente aponta para a negação da realidade estabelecida. Cf. COELHO, A. S.; RODRIGUES, A. M. E.; WANDERLEY, L. E. W. Utopia como potencial crítico da Modernidade Capitalista. **EDUCAÇÃO E FILOSOFIA**, v. 32, n. 65, 30 ago. 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/40592>. Acesso em 27/Junho/2020 pelas 09h40min.

vítimas de processos de alterações do clima provocados pelo aquecimento global, mesmo sendo quem menos contribui para o problema. A constatação de que tal situação é injusta e acarreta conflitos socioambientais graves fez com que as demandas por justiça climática ganhassem fôlego junto ao movimento por justiça ambiental em nível internacional, sendo hoje uma das grandes bandeiras do movimento.

Contudo, o que alimenta o engajamento desse movimento, não é apenas as mudanças climáticas em si, mas sim, suas consequências para as condições favoráveis a vida para os pobres, tal fato constitui uma injustiça social, existe uma mão invisível nessa história, “a do reino do capital produtivo que se metamorfoseou em capital rentista” (RODRIGUES; WANDERLEY, 2019, p.11), associado em processos produtivos e nas soluções socioambientais, em que a elite dominante busca impor a percepção de que essa crise é temporária, a concentração de riqueza é fruto do merecimento de uma minoria privilegiada e a tecnologia resolverá todos os problemas gerados pelas crises socioambientais. De acordo Oliveira (2020, p.12):

[...] O tempo de agir é agora. Entrámos na década do clima, ou seja, estes são os últimos 10 anos que temos para lutar contra o caos climático provocado pelo sistema capitalista. Visto que os líderes mundiais revelaram não ter a capacidade para lidar com esta tarefa, milhões de pessoas, um pouco por todo o mundo, tomaram como sua responsabilidade primária o combate às alterações climáticas [...].

Notavelmente, têm diversos grupos pelo mundo de forma articulado, no sentido de que para retardar a atual situação de iminente colapso social e económico, associado com um despertar humano para a realidade de que não há fuga de um clima ameaçador, é uma porta semiaberta para um ímpeto educacional e uma reorganização social em favor da redistribuição do poder, pela procura do bem-estar coletivo e pela cooperação com base numa nova metanarrativa de justiça social.

De acordo a Revista da Esquerda (2020), são elencados alguns desses grupos que mencionamos anteriormente:

FRIDAYS FOR FUTURE – PRESENÇA INTERNACIONAL, em agosto de 2018, Greta Thunberg, uma adolescente sueca de 15 anos; tomou uma decisão: face à inação do governo sueco em relação às alterações climáticas, iria fazer greve todas as sextas-feiras, em frente ao Parlamento sueco – e assim nasceu o *Fridays For Future*. Rapidamente, por todo o mundo, milhões de jovens se juntaram a este

movimento e criaram núcleos nos seus países. As ativistas do FFF (*Fridays For Future*) exigem que se ponha a ciência em primeiro lugar e que se encontre uma solução para o caos climático. Com estes objetivos, o movimento atrai milhões de pessoas para as ruas que juntam as suas vozes para dizer “*justiça climática já!*”

ENDE GELÄNDE – ALEMANHA Na Alemanha, o Ende Gelände, uma aliança de vários movimentos ecologistas de base, organiza várias ações de desobediência civil em massa com o objetivo de acabar com as explorações mineiras, em particular, na Renânia, Lusácia e na floresta de Hambach. Desde 2015, estas ativistas conseguiram, com sucesso, organizar várias ações, com milhares de pessoas, para travar centrais de carvão durante horas, por vezes dias. A próxima ação está marcada para 8 de agosto, inserida na campanha *By 2020 We Rise Up* (Campanha até 2020 nos levantamos).

MOVIMENTO DO CENTRO CONTRA A EXPLORAÇÃO DO GÁS – PORTUGAL. Em Portugal, ainda existem dois contratos ativos para prospecção de gás, em Batalha e Pombal, que pertencem à empresa Australis Oil&Gas, assinados pelo governo PSD/CDS-PP em 2015. Apesar de o governo PS ter uma narrativa “verde”, de descarbonização da economia, estes contratos ainda não foram cancelados. Em abril de 2018, surge o Movimento do Centro Contra a Exploração de Gás, que para além de exigir o cancelamento dos contratos, pede também a revogação do decreto lei 109/94, que facilita a entrada de petrolíferas no mercado nacional.

ANTI-PIPELINE MOVEMENT (MOVIMENTO CONTRA GASODUTOS) – AMÉRICA DO NORTE. Desde a colonização dos territórios que são hoje a América do Norte, há mais de 500 anos, que as comunidades indígenas lutam para proteger os seus territórios, enfrentando o *establishment* capitalista que as condena a uma vida marginal, privando-as dos seus direitos e, como vemos ao longo da história, as extermina. Contudo, estas comunidades não baixam os braços e provaram vezes sem conta que estão na linha da frente do combate das nossas vidas. As comunidades indígenas nos EUA e no Canadá organizaram a resistência contra os gasodutos Keystone XL, Dakota Access, entre tantos outros.

ANTI-FRACKING MOVEMENT (MOVIMENTO CONTRA FRACKING) – ARGENTINA, VACA MUERTA. No deserto da *Vaca Muerta*, na fronteira da Argentina com o Chile, está localizada a segunda maior reserva de gás e a quarta maior reserva de petróleo do mundo. É um território protegido pela comunidade indígena Mapuche,

que tem vindo a ser perseguida ao longo de vários séculos por serem Os Defensores da Terra. Os Mapuche organizam-se contra a extração de combustíveis fósseis nas suas terras, tanto no terreno – bloqueando forças policiais e trabalhadores, mas também nos tribunais.

MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS – BRASIL. Em agosto de 2019, as líderes de 113 comunidades indígenas brasileiras marcharam em Brasília, contra o governo de Jair Bolsonaro e em defesa da demarcação de territórios indígenas. Milhares de mulheres insurgiram-se contra os assassinatos de indígenas, contra a exploração mineira em terras protegidas e contra a transferência dos poderes da FUNAI para o Ministério da Agricultura. Os povos indígenas têm ratificado várias vezes o seu compromisso com a luta ecologista e deixam bem claro que vão defender as suas terras contra os interesses económicos.

EXTINCTION REBELLION (XR). INTERNACIONAL O XR é um movimento descentralizado que tem como principal ferramenta ações de desobediência civil não violenta, com o objetivo de travar a extinção da espécie humana e minimizar os danos de um futuro colapso social. Em Outubro de 2018, o *Extinction Rebellion*, em Londres, emitiu uma Declaração de Rebelião contra o governo britânico. Nas semanas que se seguiram, milhares de rebeldes afluíram ao coração de Londres e bloquearam as cinco maiores artérias da cidade. O movimento ganhou projeção e foram criados vários núcleos internacionais, incluindo em Portugal. O XR Portugal, em setembro de 2019, organizou um bloqueio na Avenida Almirante Reis, em Lisboa, que congestionou a capital durante horas e abriu todos os noticiários nacionais.

Todos esses movimentos elencados, suas posições tiveram uma repercussão mundial, apesar, a título de ilustração, no Brasil, ambientalistas, pesquisadores e os movimentos por justiça social, encontram represálias, perseguições e mortes. A Amazônia brasileira, o berço da humanidade está cada vez ameaçada, e encontra legitimação do governo ao flexibilizar as leis para apossamento de terras indígenas de forma indevida para fins extrativistas e mercantilista. A China também não fica atrás, da mesma forma está se aproveitando da pobreza e da fragilidade económica da África para pilhar as florestas milenares, saqueando madeira em troca de cooperações bilaterais, muitas das vezes essas cooperações bilaterais não visam para alavancar as condições reais de vida dos africanos, mas sim para o enriquecimento ilícito da classe dominante.

Pois bem, de acordo Camargo (2020, p.15),

[...] a crise ambiental e climática não é uma consequência inesperada ou casual do modo de produção capitalista, mas sim uma característica intrínseca deste modo de produção e da mundivisão capitalista, positivista e globalizada. A produção de mais-valia baseada na expansão das forças produtivas exige a criação permanente de novos consumos, a expansão dos consumos existentes, a extensão de novas “necessidades” para círculos crescentes, a criação de novas necessidades e a criação de novos valores de “uso”. Isto implica a exploração integral da natureza e a criação de novos valores de uso e de troca, à escala universal, de produtos feitos em todos os climas, todos os ecossistemas e todos os países. A precedência do valor de troca sobre o valor de uso e sobre valores de uso essenciais (tais como o alimento, a água, o abrigo ou um ambiente salubre) permitiu ao capitalismo “distanciar” a humanidade da natureza e dos seus limites, trocando o concreto pelo abstrato, mas a realidade apanhou-nos [...].

A mercantilização e a fetichização da mercadoria degradaram as relações humanas e a relação das pessoas com a natureza, uma vez que o capitalismo apenas valoriza e satisfaz necessidades reais que sejam necessárias para manter a força de trabalho viva.

Fora isto, o capitalismo cria um corpo de necessidades determinado estritamente pela lucratividade e pela expansão, sendo unilateral e compulsório na criação de “necessidades”. Os mercados, isto é, os capitalistas, não se destinam a satisfazer necessidades, mas sim em procurá-las e criá-las. A natureza extrativista do capitalismo está em conflito direto com qualquer espécie de relação harmoniosa entre os seres humanos e a natureza. A lógica linear do capitalismo e a redução de todos os aspetos da vida à acumulação de valor de troca é incompatível com os ciclos naturais e com os sistemas complexos da natureza.

As desigualdades sociais provocados por vários fatores, tal como da injustiça social, ficou tão evidente segundo Camargo (2020, p.19-20) de que,

[...] atualmente só há dois partidos: o partido do capitalismo e o partido da sobrevivência. Mascaram-se de várias maneiras, com muitos nomes e sob a forma de vários partidos políticos, como grupos de media ou redes sociais, como exércitos, milícias ou movimentos sociais, mas quando a crescente crise orgânica do capitalismo (acompanhando ou suplantando a atual crise do neoliberalismo) se agrava, a disputa pelo futuro será determinada pelo desfecho da luta entre estes dois campos. O partido do capitalismo irá, como sempre, rearranjar as suas táticas na direção do fascismo, do oportunismo ou da revolução passiva, rearranjando os seus quadros e programas para reafirmar a sua dominação. Mas tanto o fascismo como a revolução passiva, as reformas, os arranjos cosméticos ou a contabilidade criativa são apenas ferramentas do colapso ambiental e social. O partido da sobrevivência não pode assumir a forma do partido tradicional, e se tarefas novas e claras estão a desenhar-se para a crise orgânica do capitalismo global, também novas formas de partido têm de ser desenvolvidas, porque a tarefa principal só pode

ser derrubar o sistema. Uma revolução ecossocialista é necessária para derrubar o capitalismo, não por romantismo ou por uma visão mecânica da História, mas por ser uma necessidade assegurar a sobrevivência e a manutenção de pelo menos algumas das condições materiais que garantam a continuação das civilizações humanas [...].

Um corpo crítico social e político a que desenvolver-se no calor das lutas climáticas, com dezenas de milhares de organizadoras políticas por todo o mundo. Puxar o travão de emergência do capitalismo fóssil é uma característica fundacional deste movimento. Possui além disso o apelo à ruptura histórica e social e às reparações intergeracionais e regionais.

A explosão do movimento pela justiça climática gerou uma imensa dinâmica de massas, mas este movimento ainda não possui uma estratégia revolucionária. O tempo tenderá a empurrá-lo para a revolução, com a degradação social e climática a manifestarem-se crescentemente face ao capitalismo do adiamento, da inação e do negacionismo reacionário e autoritário. Outros grupos também empurrarão o movimento na direção da impotência, das pequenas adaptações e do capitalismo “verde”, mas a indicação direta da necessidade de um corte de 50% das emissões globais de gases com efeito de estufa até 2030 empurra para um choque sistémico e para um caminho revolucionário, cortando com o capitalismo fóssil. Os movimentos de trabalhadores e anticapitalistas não se podem afastar, mas têm sim de aproximar-se deste movimento, porque ele é atualmente a espinha dorsal do partido da sobrevivência.

O clima e a natureza são insensíveis a lisonja, a ofertas, adoração ou negociação. Uma metanarrativa para o momento que estamos a viver, para lidar com as alterações climáticas, dando novo significado à humanidade, é uma possibilidade e uma necessidade. O aparecimento de uma metanarrativa de justiça climática, um novo grande futuro para a humanidade, focando-se nas relações cooperativas dos humanos num clima em mutação, com uma natureza degradada e com outros humanos, em contraste direto com a metanarrativa atual de positivismo globalizado capitalista, é uma necessidade.

QUARTO CAPÍTULO

INJUSTIÇA CLIMÁTICA, IMPLICAÇÕES SOCIOÉTICO-POLÍTICO A PARTIR DA ÉTICA DE LIBERTAÇÃO

[...] Cuidar do mundo que nos rodeia e sustenta significa cuidar de nós mesmos. Mas precisamos nos constituir como um “nós” que habita a Casa Comum. Tal cuidado não interessa aos poderes econômicos que necessitam de um ganho rápido. Frequentemente as vozes que se levantam em defesa do meio ambiente são silenciadas ou ridicularizadas, disfarçando de racionalidade o que não passa de interesses particulares. Nessa cultura que estamos desenvolvendo, vazia, fixada no imediato e sem projeto comum, “é possível que, perante o esgotamento de alguns recursos, se vá criando um cenário favorável para novas guerras, disfarçadas sob nobres reivindicações” (LS, n.57).

(PAPA FRANCISCO, 2020, p.18-19)

Estudos voltadas às mudanças climáticas tornaram-se uns dos mais importantes e urgentes do século XXI. As mudanças climáticas atualmente experimentadas, aparentemente sem precedentes, desafiam tanto a capacidade adaptativa quanto a de resposta do planeta na medida em que são amplamente desconhecidas ou ignoradas, a despeito das inúmeras iniciativas científicas que buscam um melhor entendimento desse processo em uma escala integrada globalmente.

Deste modo, as mudanças climáticas parecem confirmar “[...] que viver em uma sociedade global significa enfrentar riscos diversos formatados por pressões múltiplas e, portanto, significa também confrontar um grande conjunto de incertezas com relação ao futuro do mundo daqui uns 30 ou 40 anos [...], só sendo possível mencionar as probabilidades ou cenários prováveis. Mediante às incertezas, a sociedade da alta modernidade é modulada pelo desafio de manejar os riscos crescentes (GIDDENS 2020, p.34).

No tocante às mudanças climáticas, tem-se cada vez mais, registrados fragilidades dos governos a responsabilidade de operar como ator-chave tanto na elaboração do conjunto de medidas e nas instituições reguladoras, quanto na criação

de modelos apropriados de governança, nos diferentes níveis e escalas, para confrontar e lidar com esses riscos.

Mediante este cenário, como diria Severino Ngoenha (2017), “como resistir a *abadon*?”⁴⁰. Na tentativa de oferecer reflexões para se repensar “o melhor dos mundos possível” para a vida e como alternativas para superação de diversas intempéries provocadas pelas calamidades naturais, crises climáticas, guerras, Severino, se utiliza desse mito “*abadon*” para mostrar quão estamos passando de uma grave crise humanitária e que será necessário a resistência a partir da restauração de uma “ética comunitária” tal como se inscreve especificamente em Enrique Dussel em sua obra denominada “Ética Comunitária” de (1986) que essencialmente se trata de uma ética de libertação, e esta ética encontra-se desenvolvida e articulada à filosofia da libertação expressa em todas as suas obras.

É nesta ética de libertação que encontramos um conjunto de alternativas, em que a injustiça climática impele uma luta pela justiça social, esta luta deve ser vista como um empenho normal em prol do justo bem. Seguem, portanto, em próxima seção o aprofundamento sobre a condição de ser sujeito vivo e o sentido de se pensar eticamente os impactos das mudanças climáticas, e de como as reflexões

⁴⁰ *Resistir a Abadon*, trata-se da obra de Filósofo Moçambicano Severino Ngoenha (2017). [...] O apocalipse propõe a figura de *Abadom*, o anjo do abismo, exterminador que capitaneia a armada de cavalos terrificantes e aparelhados para a guerra. Sobre as cabeças deles, coroas semelhantes ao ouro; têm rostos de homens, cabelos de mulheres, dentes de leões, equipados com couraças de ferro; os muitos cavalos, quando correm para o combate, fazem ranger as ferragens. Do cavalo, ele subiu aos aviões, aos submarinos; da espada, passou aos carros armados, aos mísseis, aos *drones*. Doravante utiliza técnicas inauditas: bombas humanas nas praças públicas para as quais as defesas tradicionais são impotentes. *Abadom*, monstro do apocalipse, aparece sempre com cara humana. Ele seduz pela beleza: cabelos de mulher, fardas militares, hinos nacionais, fanfarras e paradas grandiosas, a elegância das marchas do exército vermelho, a ordem e a disciplina dos marines, o garbo dos soldados de Napoleão, os aviões militares cruzando os céus com cores de libelinhas e borboletas, os trajes requintados, da tecnologia de ponta. *Abadom* seduz com o seu poder, a sua grandeza e a sua glória; as epopeias dos seus grandes generais: o alemão Bismark, o francês Napoleão Bonaparte, o americano Schwartzkopf. Seduz com a sua riqueza (coroa de ouro/dólares/euros). Mas a sua verdadeira linguagem é o terror, os massacres, os homicídios, a guerra. Leibniz não desdenha este idioma, até propôs a Luís XIV a invasão e ocupação do Egípto Otomano o que “*mudará o curso da história, fará a felicidade da humanidade, estenderá o império do salvador desde o Egípto até às nações mais recuadas do globo, não somente até ao Japão (...) Mas (...) até às paragens mais desconhecidas da Austrália. Assim, a idade de ouro renascerá para o cristianismo e veremos a igreja primitiva ressuscitar florescente. Enfim, o sol da justiça dissipará, pela clareza, nuvens e incertezas e veremos uma moral perfeita, e a imagem da vida celeste, passar da imaginação dos filósofos para a realidade da vida humana*” [...]. Cf. FILOSOFIA POP. O melhor dos mundos possível. Disponível em: <https://filosofiapop.com.br/texto/o-melhor-dos-mundos-possivel/>. Acesso em 30. maio.2021.

fundamentadas pelo sentido de vida em comunidade pode desacelerar a crescente perversidade antropogênica evidenciada pelos escândalos ambientais.

4.1 Ética de Libertação: Conceito e Contextualização Necessária

A ética de libertação⁴¹ é compreendida neste estudo de forma articulada junto à filosofia de libertação na perspectiva de Enrique Dussel⁴², um dos expoentes da filosofia da libertação, ou a filosofia latino-americana. Esta ética é essencialmente aquela que orienta os povos, as pessoas em situação de vítima da opressão para a libertação, pois tem como o ponto de partida na vida das vítimas, vítima enquanto aquela que sua vida se encontra ferida, não existente, injustiçado e exposta a qualquer sorte de extrema vulnerabilidade, tal como as vítimas climáticas: migrantes e refugiados, povos ribeirinhos, aqueles que são obrigados a abandonar suas terras devido as inundações; ciclones constantes; poluição das águas; terras inférteis devido a agrotóxicos pelo agronegócio; trabalho de mineração, etc.

O termo “vítima” é utilizado aqui enquanto uma categoria filosófica analítica estrita” (DUSSEL,2012, p.18). Trata-se da “infelicidade” de vida, quando as pessoas vivem a miséria, injustiças, exploração e opressão, migração forçada devido às pressões políticas de cerceamento das liberdades e às condições socioambientais tais como a seca, erosões dos solos, impossibilitando a prática de agricultura para a subsistência, contaminação das águas, etc, (DUSSEL, 2012, p.109). Essas são

⁴¹ Sobre a Ética da Libertação utilizaremos como referência principal a *Ética da Libertação na Idade de globalização e da exclusão*, considerada por Dussel como a sua segunda Ética, a produção da década 90. Utilizaremos a última reedição de 2012 da obra escrita em 1993 e 1997, e publicada em 1998, reeditada e atualizada nas edições de: 2000, 2002 e 2012. E não usaremos a sua bibliografia de forma cronológica, nos basearemos da sua bibliografia (Enrique Dussel) sob ponto de vista temático, por isso, certa vez teremos que dar um passo para atrás para acompanhar a evolução do conceito.

⁴² Enrique Dussel é filósofo, historiador e teólogo. É reconhecido internacionalmente por seu trabalho no campo da ética, filosofia política e filosofia latino-americana, especialmente como um dos fundadores da filosofia da libertação. Seu vasto conhecimento em filosofia, política, história e religião, consubstanciado em mais de 65 livros e mais de 600 artigos científicos, muitos deles traduzidos em mais de seis idiomas, torna-o um dos mais prestigiados pensadores filosóficos do séc. XX e XXI. Contribuiu desde a década 60, na construção de uma filosofia comprometida, crítico da modernidade, apelando para um momento “novo” chamado transmodernidade. Cf. MUCACHE. Cornélio, 2020, p.94-07, Resenha do livro: Enrique Dussel (2015). *Filosofia da Libertação: Crítica à Ideologia da Exclusão*. 5ª reimpressão, São Paulo: Paulus, 157 pp. CUADERNOS CHILENOS DE HISTORIA DE LA EDUCACIÓNn.º14. Santiago de Chile,2020, ISSN 0719-3483, Disponível em: <http://www.historiadelaeeducacion.cl/index.php/home/article/view/158/151>. Acesso em 13.jun.2021. Pode ser conferida a Vida e Obra de Enrique Dussel em: <https://www.enriquedussel.com/obras.html>.

realidades que de fato, instigam e demandam uma reflexão ética voltada à libertação, portanto, a práxis de libertação.

Refere-se da práxis de libertação, enquanto ação possível que transforma a realidade (social enquanto de dor, sofrimento e de interpelação) através de “frentes de libertação”, tendo como teleologia sempre em prol de alguma “vítima” ou de comunidade de vítimas. Pois, a efetivação de libertação das vítimas é o critério sobre qual se centra o princípio no sentido mais complexo da ética de libertação na dimensão mais concreta, real e crítico (DUSSEL, 2012, p.559). Nesta esteira de reflexão, em Sung (2017), podemos associar a ação da práxis de libertação ao que ele chama de “indignação ética” que seria:

[...] uma das experiências humanas fundamentais, pois se trata de da experiência de liberdade frente às normas injustas e petrificadas aceites com “normalidade”. É a experiência que permite também desmascarar o mal transvestido de normalidade e descobrir, mesmo que parcial e superficialmente, o bem e a justiça. Leva-nos também a vislumbrar um futuro que não seja uma mera repetição do presente, e nos impulsiona a construirmos um futuro diferente e melhor do que o presente (SUNG, 2017, p.17).

A ética de indignação como práxis ética de libertação se traduz na experiência existencial de se rebelar diante de uma situação desumana ou injusta. Essa ética é contrária à época de escravidão, como por exemplo como dizia Aristóteles, que as pessoas escravas em sua época acreditavam que eram inferiores por natureza ou pela vontade divina, e elas não se sentiam eticamente questionadas diante das injustiças cometidas. Isso porque o termo *injustiça* já era fruto de juízo ético de alguém que percebe que a realidade não é o deveria ser.

A práxis de libertação enquanto princípio de libertação se formula explicitamente o momento deontológico ou o dever-ético-crítico da transformação como possibilidade da reprodução da vida da vítima e como o desenvolvimento factível da vida humana em geral. Este princípio subsume todos os princípios. Trata-se do dever de intervir criativamente no progresso qualitativo da história.

O princípio obriga a cumprir por critério já definido; quer dizer, é obrigatório para todo ser humano – embora frequentemente só assumam esta responsabilidade os participantes da comunidade crítica das vítimas – transformar por desconstrução negativa e nova construção positiva as normas, ações, microestruturas, instituições

ou sistemas de eticidade, que produzem a negatividade da vítima (DUSSEL, 2012, p.564).

Deste modo, a ética de libertação tem como princípio a afirmação da vida, em que Dussel denomina de *princípio material universal da ética*. Este princípio pressupõe a corporalidade como ‘sensibilidade’ que contém a ordem pulsional, cultural-valorativa (hermenêutico-simbólica), de toda norma, ato, microfísica estrutural, instituição ou sistema de eticidade, a partir do critério da vida humana em geral: Aquele que atua eticamente deve (como obrigação) produzir, reproduzir e desenvolver autorresponsabilidade a vida concreta de cada sujeito *humano numa comunidade de vida*, a partir de uma “vida boa” cultural e histórica (seu modo de conceber a felicidade, como uma certa referência aos valores e a uma maneira fundamental de compreender o ser como dever-ser, por isso também como *pretensão de retidão*) que se compartilha pulsional e solidariamente, tendo como referência última toda humanidade, isto é, é um enunciado normativo com *pretensão de verdade prática* e, em além disso, com pretensão de universalidade (DUSSEL, 2012, p.143).

Esta ética de libertação é uma “ética da vida” (DUSSEL, 2012, p.91, 93; p.237, 313 e 501). Dussel ao propor esta ética material da vida, inverte sistemas convencionais formais ou consensuais (de Kant, Habermas, Apel, Rawls), rompe com uma larga tradição ética desencarnada da realidade. Éticas que facilmente se associam a sistemas políticos totalizadores, às cooperações trans-nacionais, aos poderosos meios da cultura de comunicação, ao sistema capitalista global. Na *Ética da Libertação*, Dussel chama de razão ética originária, diferente da razão discursiva, estratégica, instrumental e hermenêutica. O tipo de racionalidade que estabelece o encontro é o que chama de um exercício da razão ética originária por excelência. A razão discursiva se funda e deduz-se desta razão ética originária: argumenta-se porque o outro é pessoa e por isso se deve aportar razões para chegar a um acordo. A razão discursiva é o momento fundado na razão ética originária. Toda práxis de libertação é orientada *neste ser-para-o outro* (DUSSEL, 2012, p.563-567), que será apresentada nesta arquitetura da ética da libertação:

O primeiro momento é a fonte positiva da negação. Refere-se que durante anos que insistiu na interpelação do outro ante um ouvir o outro, uma consciência ética como origem do movimento de libertação. Agora, propõe um novo desenvolvimento.

O “descobrir-se encoberto, ignorado, afetado pelo sistema, leva o dominado tomar consciência de si mesmo. Sem consciência desta negatividade, seria inútil a luta, a organização e sobretudo a construção de um projeto de libertação”.

Este projeto é o fruto da razão ético-discursiva, porque deve ir dizendo sobre a marcha com os demais democraticamente, questão de consensualidade, também por efeito da razão estratégica se propõe e define fins políticos e econômicos. Em sua construção intervém a razão instrumental, porque se necessitam meios técnicos. Desde esta negatividade, dito sujeito como fonte trans-ontológica, pode lançar a interpelação. A conexão entre os afetados e os participante do sistema, por responsabilidade, irá permitir o desenrolar do processo de libertação, que não é simplesmente afirmação da exterioridade, mas consciência de sua negatividade.

O segundo momento é a negação da negação como práxis desconstrutiva da libertação, é a desconstrução prática do sistema que se supera. Dada a impossibilidade de o sistema antigo responder as exigências de justiça para com os afetados-dominados-excluídos, é necessário a construção de um novo sistema. Este processo se refere a cada possível sistema concreto que pode ser o machismo (gênero), o capitalismo (econômico), o liberalismo (político), o racismo (discriminação), etc. equivale a pensar, se há muitos sistemas ou subsistemas de opressão, também deve haver muitas frentes de libertação, muitos sujeitos de práxis possíveis; O terceiro momento é a passagem ao novo sistema como a práxis construtiva de libertação. É o momento da criação de instituições. A participação dos não participantes não se efetua por simples inclusão na mesma comunidade, sim por criação de uma nova, onde os antigos afetados-dominados e excluídos são parte plena.

Por isso, Dussel recupera a centralidade da vítima em seu próprio processo de libertação, não excluindo a responsabilidade dos participantes assimétricos do sistema vigente. Refere-se ao “processo de conscientização da pedagogia” de Paulo

Freire⁴³ e ao “princípio de factibilidade ética” de Franz Hinkelammert⁴⁴; ou mesmo da consciência ética, que surge desse conjunto de uma simples assimilação de valores e normas morais vigentes nas sociedades, em que a consciência ética surge com desconfiança de que os valores morais da sociedade ou os meus – encobrem algum interesse particular não confessável ou inconsciente que rompe com as próprias causas geradoras da moral. Desconfiança de que interesses imediatos e menores são colocados acima dos objetivos maiores, interesses particulares acima do bem da coletividade, ou que é negada aos seres humanos a sua liberdade e a sua dignidade em nome de valores petrificados ou de pseudoteorias (SUNG, 2017, p.22).

Em síntese, no face-a-face, a relação com o Outro abriria um tipo de racionalidade (razão ética-originária) distinta da razão discursiva, instrumental e estratégica, tendo em vista que este Outro, os pobres, constituem comunidades empíricas fora do sistema, onde experimentam relações éticas que são negadas pelo sistema. Observa que existem vários subsistemas que afetam os excluídos, havendo muitos sujeitos de práxis e processos des-constructivos em cada momento. No entanto, toma como ponto de partida a negatividade da vítima para a desconstrução da ordem vigente.

A passagem para um novo sistema se realizará como práxis de libertação, sendo necessário construir, a partir da razão ética-discursiva, estratégica e instrumental, respeitando de cada qual sua função, o novo sistema. Conforme Dussel, a “pragmática” subsumirá a aplicação de uma mera “linguagem” dentro de uma

⁴³Em Paulo Freire, a ideia da conscientização pedagógica, está ligada também ao conceito “Práxis”, que não é uma práxis qualquer. O conceito de “práxis” em Paulo Freire, expressa o entendimento da teoria e prática refletidas na ação que leva à conscientização. Neste sentido, a práxis é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo conscientemente. Sem ela, é impossível a superação da contradição entre opressor- oprimido. Na práxis freireana, a dimensão histórica das práticas depende da ação dos homens ao construir a própria história, da ação e reflexão sobre o mundo. É por meio das práticas sociais que são constituídas as trocas de saberes e do diálogo, a conquista da condição de liberdade e autonomia dos homens. Ao se tornar sujeito de seu próprio pensamento, o homem chega ao processo de conscientização e este processo a teoria e a prática são refletidas constantemente. Cf. *Pedagogia do Oprimido*.

⁴⁴De acordo Dussel, “o princípio de factibilidade” em Franz Hinkelammert: Consiste numa práxis de libertação com factibilidade ético-crítica ou transformadora, que se oporá tanto ao conservador (que acha possível só o vigente, e que nega como impossível o possível), como ao utopista (anarquista, por exemplo, que acha possível, o impossível). A libertação é práxis que acha possível o factível eticamente para além da factibilidade do sistema de dominação vigente. A possibilidade de uma transformação (de uma norma, ato, instituição, sistema, desde a ação cotidiana crítica até a extraordinária ação de uma revolução) deve ser “factível”, mas esta factibilidade pressupõe uma utopia (nem anarquista, por ser impossível, nem conservadora, por ser antiutópica ou transformadora) que abre um âmbito de possibilidades, embora esta utopia como tal seja possível (como ideia reguladora). (Cf. DUSSEL, 2012, p.294).

comunidade de comunicação. No entanto, sem a econômica, tanto a hermenêutica quanto a pragmática ficarão sem conteúdo carnal. Senão apenas comunidades de comunicação ou interpretação, aquelas que não correspondem às exigências de uma filosofia da libertação que em último nível quer ser uma reflexão prática de produção e reprodução da vida: *Não temos apenas leitores perante textos; temos muito mais famintos perante o não-tem-pão (quando foram eles mesmos que produziram esse mesmo pão)* (2015, p.42). Será a partir de seis momentos éticos (*ético-material e ético crítico, um momento moral-formal crítico anti-hegemônico, momento ético operacional de factibilidade e da factibilidade ético-crítico ou da práxis de libertação*)⁴⁵, que Dussel irá compreender a polarização das forças históricas e a constituição do sujeito nas sociedades.

4.2 A Materialidade da Ética de Libertação e as Questões Socioambientais para a Condição de Ser Sujeito Vivo

Os impactos antropogênicos das mudanças climáticas exigem uma reflexão sobre a condição e a afirmação de ser sujeito vivo. O estágio atual de degradação ambiental, suas evidências transcrevem-nos não sendo mais possível afirmar a condição de ser vivo, se não for impedida a lógica depredativa da natureza como única maneira de “produzir, reproduzir e desenvolver a vida” (DUSSEL, 2012).

Nesse escopo, qualquer empenho com intuito de mudança, se torna indispensável de acordo Dussel (2012, p.528),

“[...] o destaque do sujeito humano como ponto de partida e referência [...]; e nele, a afirmação da vida não como um fim, mas como um projeto: o projeto de se conservar como sujeito, que pode ter fins. E a ação correspondente é uma ação para evitar as ameaças a esta vida; é um projeto.

⁴⁵Esses momentos éticos são muito importantes para a compreensão de uma forma geral da ética dusseliana e com quais autores, ele está discutindo. A título de exemplo, a partir desses momentos também critica as morais formais de Kant, Rawls, Habermas e Apel. Para Dussel as morais formais ignoram a vítima concreta, simplesmente só se detém em conceitos universais sobre a vítima. Aliás, para Dussel a vítima é o “sujeito corporal vivo”, é um sujeito vivo humano (2012, p.527; 2015, p.112-115).

“Ética de Libertação” de Enrique Dussel (2012), nos oferece uma chave de leitura para compreensão do sujeito material da ética como o sujeito corporal vivo. Ou seja, a condição de vida de sujeito humano concreto vivo, se dá no arcabouço de condução de sua vida sem a sua corporalidade (*no sentido hebraico de basar - carne ou corpo de ser humano*) ferida. Empregamos aqui o termo “ferida” para se referir, das injustiças, vitimações, opressões, etc. Nessas condições, e qualquer forma de dominação, tal como das mudanças climáticas, torna-se impossível, a autorrealização e o gozo da vida.

As mudanças climáticas se configuram numa colonização, pelo fato de sua origem estar associado às atividades econômicas responsáveis por grande parte das emissões de gases de efeito estufa, tais como o processo de urbanização e industrialização trouxe a grosso modo desafios significativos para o planejamento urbano, como o esgotamento da infraestrutura, sobretudo dos sistemas de saneamento, transporte e habitação, além da deterioração ambiental. Muitas dessas atividades econômicas são de grandes multinacionais com objetivo de lucro sem nenhum benefício da população em geral. Ainda como consequência desse processo, há ocupação de áreas consideradas inadequadas, expondo principalmente as camadas menos favorecidas da população a situações de risco como escorregamentos e deslizamentos das terras, para além de alagamentos com muita frequência.

No Brasil esses desafios somam-se aos problemas relacionados às mudanças climáticas, tais como por exemplo, os efeitos diretos do aumento do nível do mar recaem diretamente sobre as cidades costeiras, consideradas de maiores riscos no mundo e as mais afetadas pelas mudanças climáticas por duas razões principais: por sua especificidade geográfica, ou seja, sua interface entre o continente, atmosfera e o oceano, e por se tratar de lugares com grande concentração de pessoas e estruturas, o que muda esses eventos para o status de desastres, uma vez que as pessoas e estruturas podem ser afetadas de modo gravíssimo. De acordo Ferreira; Schmidt, et al,

[...] essas áreas no Brasil, possuem uma grande diversidade ambiental, como recifes, corais, praias, manguezais, falésias, estuários, machas residuais da mata atlântica etc. além das áreas de conservação e proteção ambiental, as atividades portuárias, petrolífera, química, aquicultura, pecuária, pesca, agricultura, turismo e moradia são as principais atividades econômicas ou tipos de ocupação nessas cidades, que concentram mais de 20% da

população em 300 municípios banhados pelo mar ou às margens de estuários. Além da elevação do nível médio do mar, essas áreas são mais afetadas pelo aumento de alterações climáticas extremos, com períodos de seca mais prolongados, tempestades com mais ventos e com chuvas de maior intensidade [...] (2017, p.184).

Essa realidade evidencia a impossibilidade de ser sujeito vivo para as populações que vivem nessas regiões com maior risco climático. O ponto fulcral da materialidade da ética de libertação de acordo Dussel (2012) é a “vida”. Mais uma vez, nessa realidade onde ocorre mais afetados climático agudiza-se as condições de desigualdades sociais e injustiça climática, e nos aponta a necessidade de defender a vida que está sendo ameaçada e negada de todas as formas. Conforme Dussel,

[... Vida humana que não é um conceito, uma ideia, nem um horizonte abstrato, mas o *modo de realidade* de cada ser humano concreto, condição absoluta da ética e exigência de toda libertação. Não deve estranhar, então, que esta *ética* seja uma ética de afirmação total da vida humana ante o assassinato e o suicídio coletivo para os quais a humanidade se encaminha se não mudar o rumo de seu agir irracional [...] (DUSSEL, 2012, p.11).

Em sua obra *Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão*, Enrique Dussel, sintetiza a defesa da vida humana, privilegiando o critério ético material universal da ética por excelência. Nisto, ele entende por sobrevivência humana por “produção, reprodução e desenvolvimento” da vida humana de cada sujeito ético. Na tese 11 da mesma obra, encontra-se explicitada como se desdobram estes três momentos distintos (*produção, reprodução e desenvolvimento*) e concretos na efetivação da vida humana (DUSSEL, 2012, p.636): O primeiro momento, o *da produção da vida humana* nos níveis vegetativos ou físico, material e por meio e contendo as funções superiores da mente (consciência, autoconsciência, funções linguísticas, valorativas com liberdade e responsabilidade ética, etc.), como processo inicial que é continuado no tempo pelas instituições. Dussel denomina este momento de âmbito próprio da razão prático-material. A ética material da vida tem como ponto de partida as vítimas, que sofrem na sua corporalidade a dor e a infelicidade. O segundo momento, o *da reprodução* da “vida humana” nas instituições e nos valores culturais: “a vida humana” nos sistemas de eticidade históricos motivados pelas pulsões reprodutivas e em especial, o âmbito da razão “reprodutiva”. O terceiro, o *do desenvolvimento* dessa vida “humana” no quadro das instituições ou culturas

reprodutivos-históricos da humanidade. A mera evolução ou crescimento deixou lugar para o desenvolvimento histórico. Além disso, na ética crítica, a pura reprodução de um sistema de eticidade que impede seu “desenvolvimento” exigirá um processo transformador ou crítico libertador.

A vida como fundamento material da qual se funda a ética é universal e não é solipsista, mas comunitário. Trata-se de uma comunidade com todo e respectivo caráter social. Para Dussel,

[..] O caráter social é, pois, o caráter geral de todo o movimento [...]. A atividade e o gozo também são sociais, tanto em seu modo de existência (*Existenzweise*) como em seu conteúdo (*Inhalt*): atividade e gozo social (...). Só assim existe para o ser humano como vínculo com o outro, como existência sua para o outro (*fur den andren*) e do outro para ele (*des andren fur ihn*), como elemento vital (*lebenselement*) da realidade humana (*menschlichen Wirklichkeit*); só assim existe como fundamento (*Grundlage*) de sua própria existência humana [...]. Não só o material de minha atividade (como a língua, graças à qual opera o pensador) me é dado como produto social, mas minha própria existência é atividade social, porque o que eu faço, faço-o para a sociedade e com consciência de ser um ente social. Minha consciência geral é apenas a forma teórica daquela cuja forma viva é a comunidade real, o ser social, ao passo que hoje em dia a consciência geral é uma abstração da vida real e como tal é enfrentada (2012, p.133-134).

A partir do marco material da ética se entende onde e para quais situações interpelam uma aplicação ética. A título de ilustração a aplicação ética, aliás o juízo de fato crítico no contexto de uma ética de libertação advém do Outro que o sistema, o rosto do oprimido ou excluído, a vítima não intencional como efeito da lógica performativa do todo formal racionalizado, mostrando sua irracionalidade a partir da vida negada da vítima. Nisto, emerge um sujeito, revela-se como grito para o qual é preciso ter ouvidos para ouvir.

A vítima, dominada pelo sistema ou excluída, a subjetividade humana concreta, empírica, viva, se revela, aparece como “interpelação” em última instância: é o sujeito que já não pode viver e grita de dor. É a interpelação daquele que exclama “Tenho fome! Deem-me de comer, por favor!” É a vulnerabilidade da corporalidade sofredora – que o “ego-alma” não pode captar em sua subjetividade imaterial ou imortal – feita ferida aberta última não cicatrizável.

Neste contexto, um evento recente no Brasil evidencia fatos que na esteira da ética de libertação se faz necessário o respeito a vida desde a sua materialidade não enquanto ideia ou conceito. Nisso, tal como nas contribuições de Dussel (2012), Coelho (2021) nos traz evidências recentes no Brasil sobre forma como a injustiça

social de modo estrutural vem se somando à injustiça climática, gerando inúmeras vítimas, aliás, ceifando vidas humanas. Para Coelho,

[...] no Brasil temos o caso concreto do crime ambiental da mineradora Samarco em Mariana (2015), no rompimento da barragem de rejeitos de mineração, que matou 19 pessoas, destruiu o distrito de Bento Rodrigues, afetou a vida de centenas de pessoas ao mesmo tempo em que impactou o ecossistema do Rio Doce e até mesmo a vida marinha que a lama alcançou. Cerca de dez espécies de peixes que vivem no ecossistema ficaram ameaçadas de extinção e até mesmo o único local regular de desova da tartaruga-de-couro foi afetado pela lama carregada de metais pesados e produtos químicos. Cidades precisaram modificar seu sistema de captação e fornecimento de água para a população. A empresa global fica com o lucro, a população local fica com a lama na vida submersa na injustiça social e climática. [...] evento semelhante acontece no rompimento de outra barragem, da Companhia Vale, em Brumadinho (2019), causando um desastre industrial, humanitário e ambiental com mais de 250 mortos e muitos desaparecidos. Além da evidente destruição direta, afetam-se os ecossistemas de água potável, de mata ciliar, a pesca e a agricultura, a vida de ribeirinhos e pequenos agricultores, aldeias indígenas do povo Krenak, Dos Pataxós e, até mesmo, outros arranjos locais como o turismo [...] (COELHO, 2021, p.30).

A não resposta a estas interpelações éticas que Coelho (2021) destacou, tal como já citamos em Dussel (2012), Hinkelammert (2014) e Francisco (2015), trata-se da morte para a vítima (os injustiçados): são condições para que a vítima deixe de ser sujeito em seu sentido radical – sem metáfora possível: morrer. É o critério e material último e o primeiro da crítica enquanto tal – da consciência ética da razão e da pulsão críticas. Aquele que morre ou vitimado, injustiçado, marginalizado, silenciado, excluído “foi” alguém: Um sujeito, última referência real, o critério de verdade definitivo da ética. O Outro é, enquanto vítima possível e causada por uma ação funcional do sistema (DUSSEL, 2012, p.529). Além do que mais, a concretude desta ética (de libertação) ao se referenciar a vida como base fontal, de acordo com Dussel deve se pautar necessariamente,

[...] no reconhecimento entre os sujeitos que se reconhecem mutuamente como sujeitos naturais e necessitados e não apenas o reconhecimento da vida. Um reconhecimento da vida (em geral) pressupõe a constituição da realidade objetiva pelo reconhecimento entre sujeitos. Este reconhecimento implica que a vida natural, do mesmo modo que a vida humana como ser natural, mas também a realidade objetiva da natureza, constitui-se pelo reconhecimento entre sujeitos. Tampouco, porém, é o reconhecimento da espécie humana como objeto da sobrevivência. A espécie humana como objeto é uma abstração que simplesmente arrasa o reconhecimento entre sujeitos. Trata-se do reconhecimento do outro numa relação de seres naturais e necessitados. Este reconhecimento não pode excluir ninguém. Neste sentido, é universal, sem constituir nenhum universalismo abstrato [...]. O reconhecimento mútuo entre os sujeitos desemboca numa opção por

alguns sujeitos, isto é, na opção por aqueles cuja vida está mais diretamente ameaçada. O critério de verdade é a vida e a morte [...] em cujo centro se encontra a vítima. Trata-se de um ser para a vida, não para a morte. O critério de verdade é a vítima (2012, p. 529-530).

O reconhecimento mútuo constitui-se o princípio de libertação na ética de libertação, de acordo Dussel as palavras “produção, reprodução e desenvolvimento” significam não só o vegetativo ou o animal, mas sim da vida humana do sujeito ético, também das funções mentais e o desenvolvimento da vida e da cultura humana num momento deontológico ou o dever ético-crítico da transformação como possibilidade da reprodução da vida da vítima e como desenvolvimento factível da vida humana em geral. Portanto, trata-se também do dever de intervir criativamente no progresso qualitativo da história, no sentido de que o princípio de libertação por sua natureza obriga o cumprimento por dever o critério já definido, aliás, é obrigatório para todo ser humano, embora frequentemente só se assume esta responsabilidade os participantes da comunidade crítica das vítimas, transformar por desconstrução negativa e nova construção positiva as normas, ações, microestruturas, instituições ou sistemas de eticidade, que produzem a negatividade da vítima (2012, p.564).

4.3 Injustiça Climática e o Aparecimento das Vítimas Climáticas

[...] Nas condições atuais da sociedade mundial, onde há tantas desigualdades e são cada vez mais numerosas as pessoas descartadas, privadas dos direitos humanos fundamentais, o princípio do bem comum torna-se imediatamente, como consequência lógica e inevitável, um apelo à solidariedade e uma opção preferencial pelos os mais pobres. Esta opção implica tirar as consequências do destino comum dos bens da terra [...]; [...] esta opção é uma exigência ética fundamental para a efetiva realização do bem comum. [...].

(PAPA FRANCISCO, 2015, p.95)

As mudanças climáticas agudizam ainda mais as condições presentes de desigualdades sociais, tanto no plano mundial como no interior das nações afetadas, tanto entre os centros e periferias urbanas, como entre as regiões desenvolvidas e as menos desenvolvidas.

A crise ambiental e seus rostos têm múltiplas faces. Nessa senda, novos movimentos de migrações internas ou fluxos de refugiados são as suas consequências inevitáveis. As possibilidades de explicação de violência *per se* crescem e realmente, em face das condições de exploração atuais, não podem senão evidenciar que as migrações em caráter mundial somente poderão ser encaradas como tendendo a aumentar as causas originais da violência potencial, na medida em que recursos tais como, por exemplo, a água e terras de plantio se vão tornando cada vez mais escassos, ou falando em economês, a procura se torna maior do que a oferta.

Claramente se estabelece uma concorrência progressiva entre aqueles que os procuram e, quando tais necessidades se referem a questões diretas de sobrevivência, a concorrência conduz sempre à violência. Deste modo, as consequências sociais e políticas das mudanças climáticas estão provocando um acúmulo de riscos e infrações dentro das sociedades mais vulneráveis, cuja situação por meio disso se tornará cada vez mais grave e ainda mais fragilizada, tal como alerta Enrique Dussel (2012), sobre a ausência das condições suficientes de “produção, reprodução e desenvolvimento” da vida, os pobres, vítimas se tornam cada vez mais vulneráveis e “descartados” em dizeres do Papa Francisco (2013⁴⁶). Para Francisco (2020),

[...] cultura do descarte é um atentado contra a humanidade. Neste mundo em conflito, afirmou, é preciso que a ONU “se transforme numa oficina de paz cada vez mais eficaz, em que os membros do Conselho de Segurança, sobretudo os Permanentes, atuem com maior unidade e determinação”. “A solidariedade não pode ser uma palavra ou uma promessa vazia”, disse, acrescentando ser necessário encontrar novas formas de trabalho capazes de satisfazer o potencial humano, no respeito da sua dignidade. Em outras palavras, é necessário um “marco ético” mais forte. “De fato, é doloroso ver quantos direitos fundamentais continuam sendo violados com impunidade. A lista dessas violações é muito extensa e nos mostra a terrível imagem de uma humanidade violada, ferida, sem dignidade, liberdade e possibilidade de desenvolvimento. Este atentado contra a humanidade produz conflitos por toda a parte, “crises humanitárias se transformaram no *status quo*, onde os direitos à vida, à liberdade e à segurança pessoal não estão garantidos. Muitos desses conflitos provocam migração forçada, em que os deslocados sofrem violações nos países de origem, trânsito e destino. “Isso é intolerável, todavia, hoje é uma realidade que muitos ignoram intencionalmente!” [...]⁴⁷.

⁴⁶ Palavras e Discurso Jornada Mundial da Juventude – 2013.

⁴⁷ Trata-se do discurso do Papa Francisco em sua participação e intervenção na 75ª Assembleia Geral da ONU em 2020. Disponível em: <https://www.ecoamazonia.org.br/2020/09/papa-cultura-descarte-atentado-humanidade-onu-oficina-paz/>. Acesso em 19. jun.2020.

As denúncias de Francisco (2020) sobre os *modus operandi* de geração das vítimas, é fato importante que assinala a desaceleração nas mudanças para a erradicação dos problemas destacados. Estudiosos, se esforçam cada vez mais em evidenciar o rumo para onde a humanidade está caminhando. O grande impedimento na verdade para a transformação, está no que também já foi denunciado pelo Teólogo e economista Franz Hinkelammert em sua obra *Mercado versus Direitos Humanos* (2014). Para Hinkelammert (2014, p.11),

[...] Na lógica do mercado, tudo é reduzido ao cálculo de utilidades para a realização do interesse econômico. A vida é reduzida ao cálculo, e se perde de vista a vida em comunidade, nas relações de solidariedade e amizade, porque isso, que é indispensável para um “bem viver”, é inútil no cálculo do interesse econômico capitalista.

Assim como destacamos na seção anterior, uma ética-política como intuito de libertação em Enrique Dussel, é compreendido também em Hinkelammert (2014), como aquela que impulsiona aos sujeitos a resistirem com respeito à sua condição de ser sujeito vivo de vitimado\vitimação,

[...] lutar pelos direitos humanos, especialmente o direito a uma vida digna, contra o sistema de mercado sacralizado, como mais do que uma exigência política ou ética, mas sim, a única forma de reafirmação como sujeitos humanos, e não se deixar ser reduzidos a meros agentes cumprindo papéis impostos pelo sistema de mercado, **o mesmo que é responsável pela crise ambiental e produção da miséria, desigualdades sociais e inúmeras vitimações climáticas (Grifos Nosso)**, (HINKELAMMERT, 2014, p,11).

As mudanças climáticas, para além de estarem na origem da injustiça climática\social, em geral a injustiça se dá na violência que é gerada socialmente, em seus impactos do ponto de vista de qualidade de vida; aliás, na existência dos meios dos quais se produz, reproduz e desenvolve-se a vida, e afirmando-se a condição de ser sujeito vivo, e não sujeição, aliás, toda violência legitimada tal como se pode registrar em todas as narrativas que vem sendo exarados sobretudo em grupos voltados a grosso modo ao agronegócio. Tais grupos através de seus interesses capitalistas, e com seu programa de violência e pela sua força hegemônica, participam e contribuem no relaxamento das leis, tais como sobre a proteção ambiental.

A violência causada por esses grupos se trata de fato de um programa, porque se sabem os impactos por exemplo de uma atividade econômica que agride o meio

ambiente e o que isso representa para a população, as vítimas que dependem a sua sobrevivência desses lugares de exploração. Nos estudos de Coelho (2021, p.27), podemos perceber esse cenário, quando trata sobre a natureza da “legitimidade ou ilegitimidade” da violência. Para Coelho (2021),

[...] Todo sistema social se esforça para organizar a violência, que permite caracterizá-la como legítima ou ilegítima. Na sociedade moderna (**ou atual**), a violência é considerada legítima quando é exercida por mecanismos previsto na legislação. Em geral, a violência derivada de instituições como Estado, o mercado e decorrentes do cumprimento da lei, são consideradas justas ou, ao menos, aceita como necessária [...]. [...] na prática, tornam-se indiferentes aos sofrimentos das vítimas (**aos sujeitados à condição de não ser vivo**), quantificados em números e estatísticas [...]; (**gerando se cada vez mais**), [...] a exclusão ou morte de muita gente (**grifos nosso**) (COELHO, 2021, p.27).

Neste escopo, as visões de Coelho (2021) tal como destacamos na citação, denunciam a realidade de não vida para a vida das vítimas, das pessoas sujeitadas a uma condição de não vida, quando não se há realmente o comprometimento da lei com a justiça social. Da mesma maneira, os múltiplos mecanismos de geração das vítimas que marcam a nossa época, são evidências de que, os que se beneficiam do atual sistema mundial (tais como por exemplo, os banqueiros, especuladores econômicos, agronegócio, etc.) em suas empreitadas não estão dispostos à mudanças significativas e tendem a ignorar todo o contexto tais como de desigualdades sociais, pobreza, crise ambiental e os efeitos sobre a dignidade humana e sobre o meio ambiente.

Qualquer que seja instituição, seja de natureza lucrativa, em geral, mediante às intempéries que colocam em estorvos a vida das vítimas em sua plenitude, se faz necessário, que qualquer atividade humana permita que todos vivam bem, e se aumente a qualidade de suas vidas.

Contudo, a vida humana, sendo o critério material por excelência de acordo Dussel (2007, p.105), “é o conteúdo último de toda ação ou instituição [...]”. O comprometimento para com a vida na concepção dusseliano se torna um imperativo categórico do modo kantiano⁴⁸. De acordo Dussel

⁴⁸ O imperativo categórico é a ideia central formulada por Kant para que se possa analisar o que motiva a ação humana e compreender a moral e a ética. O modo como um indivíduo age com base em princípios que gostaria de ver aplicados é a máxima e poderá se tornar o que ele chama lei universal. Agir com base no dever –princípio supremo da moralidade– vai além do conceito de “fazer o que

[...] A vítima é vítima porque não-pode-viver. **(Toda a ação humana deveria estar)** em favor da reprodução e aumento da vida de todos os cidadãos. Mas as vítimas do sistema imperfeito, indevidamente injusto em algum momento intoleravelmente insustentável em suas crises terminais (quando a injustiça multiplica os sofrimentos dos explorados e excluídos), são as que sofrem em maior grau, como feridas abertas, a enfermidade do corpo social. Elas mostram o lugar da patologia do sistema, da injustiça que terá de saber reparar [...] (grifos nosso) (2007, p.105).

As vítimas de injustiça climática, não podem viver pela injustiça do sistema, que se dá na legitimação e tutelada pelo Estado, no relaxamento das obrigações das empresas voltas à produção industrial e extrativista com grande potencial de poluição; o agronegócio, por exemplo. Por que a violência, que aparece engendrado por tais empresas se configura num elemento consubstancial com um modelo depredador da democracia. A injustiça aflora também do Estado, inclusive dos governos progressistas, que criminalizam protestos das vítimas contra as atividades extrativistas como o único objetivo de garantir sua continuidade. Nessa realidade, a contaminação ambiental, diversos graus de repressões, são injustiças e cortam vidas, produzem falta de qualidade suficiente de saúde na população, e, em geral degrada as condições da corporalidade vivente dos cidadãos. A este cenário, a reportagem publicada pela EcoDebate⁴⁹ em 03/12/2015 já denunciava que,

[...] As alterações climáticas estão intrinsecamente ligadas às desigualdades econômicas. É uma crise induzida pelas emissões de gases efeito de estufa que afetam mais duramente os pobres”, diz o relatório intitulado “Desigualdades Extremas e Emissões de CO2” [...]. O documento informa que uma pessoa que faça parte do 1% da população mais rica do mundo

gostaria que lhe fizessem” uma vez que sua atitude deve ser livre de interesse e possui um fim em si mesma. Está acima do relativismo moral em que o correto depende da situação e do contexto em que o sujeito se encontra e está além da subjetividade, pois pode ser aplicado a todos. Em sua essência é o “fazer o que gostaria que todos fizessem com todos”, partindo do princípio de que suas ações serão corretas se puderem se tornar uma lei universal seguida pela coletividade. O imperativo categórico kantiano fundamenta-se em enunciados que se complementam e orientam o modo como analisar a conduta moralmente correta: 1. “Age como se a máxima de tua ação devesse tornar-se, através da tua vontade, uma lei universal”. 2. “Age de tal forma que uses a humanidade tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e ao mesmo tempo, como fim e nunca como meio”. 3. “Age de tal maneira que a tua vontade possa encarar a si mesma, ao mesmo tempo como um legislador universal através de máximas”. Partindo destes enunciados, entende-se o imperativo categórico como dever moral que atinge a todos e não deve ser desobedecido. Tal preceito possui o fim em si mesmo e não pode ter justificação ou finalidade, sendo uma decisão moral racional que não deve ser vinculada a qualquer tipo de inclinação. Cf. SANTOS, Kelly Regina Ferreira; SOUZA, Ivan Clementino. O IMPERATIVO CATEGÓRICO KANTIANO. 2017: Congresso Interdisciplinar - Responsabilidade, Ciência e Ética - ISSN: 2595-7732. Disponível em: <http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/cifaeg/issue/view/19>. Acesso em 08.julh.21.

⁴⁹ Cf. <http://www.ihu.unisinos.br/169-noticias/noticias-2015/549814-10-dos-habitantes-mais-ricos-do-mundo-geram-mais-de-50-d>. Acesso em 08.jul.21.

“gera, em média, 175 vezes mais” dióxido de carbono do que a que está entre os 10% mais pobres do mundo.

Deste modo, é neste intuito que o novo movimento global climático por justiça social, suas lutas se tornam um princípio crítico para transformação de qualquer forma de negatividade de vida às vítimas climáticas, descobrindo as causas de tal negatividade, até de obrigar eticamente a responsabilidade das instituições, dos Estados a devolver a vida de todos os cidadãos, em primeiro lugar os mais pobres postos fora da possibilidade de seguir a sua vida satisfazendo suas necessidades, das vias básicas até as superiores.

QUINTO CAPÍTULO

EDUCAÇÃO ECOSOCIALISTA PARA UM DIALOGO ENTRE A HUMANIDADE E O AMBIENTE

[...] Educar para sensibilidade ecológica é um grande desafio educativo. A educação ambiental tem vindo a ampliar seus objetivos. Se, no começo, estava muito centrada na informação científica e na conscientização e na preservação dos riscos ambientais, agora tende a incluir uma crítica dos “mitos” da modernidade baseados na razão instrumental (individualismo, progresso ilimitado, concorrência, consumismo, mercado sem regras) e tende também a recuperar os destintos níveis de equilíbrio ecológico: o interior consigo mesmo, o solidário com os outros, o natural com todos os seres vivos [...]; [...] a educação ambiental deveria predispor-nos para dar esse salto para o Mistério, do qual uma ética ecológica recebe o seu sentido mais profundo. Além disso, há educadores capazes de reordenar os itinerários pedagógicos de uma ética ecológica, de modo que ajudem efetivamente a crescer na solidariedade e no cuidado assente na compaixão.

(PAPA FRANCISCO, 2015, p.122)

Nesse capítulo, concomitantemente, como nossa proposta alternativa ao problema levanta pela tese e no esforço de demonstrar que a educação ecosocialista é indispensável para o atual modelo de desenvolvimento, iremos abordar de que modo educação ecosocialista se faz necessária para um diálogo entre a humanidade e o ambiente, com objetivo da inversão da atual lógica depredatória dos bens comum social, a natureza, que se daria numa educação para além do capital.

A educação ecosocial como uma razão sustentável num contexto ecologicamente insustentável é fundamental no fomento do saber ambiental para a emergência da construção social do mundo atual açoitado pela tecnologização da vida e da economização da natureza.

A educação ecosocialista instiga o olhar para a emergência e a construção de saberes que ressignificam as concepções do progresso, do desenvolvimento e do crescimento sem limites, para configurar uma nova racionalidade social, com ressonâncias nas práticas educativas. A educação ecosocialista também sacode o jugo de sujeição e desconhecimento que lhe foi imposto pelos paradigmas

dominantes tais como as imposições do capitalismo do neoliberalismo, “a nova razão do mundo” (DARDOT; LAVAL, 2016). De acordo Borda,

[...] Com o capitalismo desenfreado que importam ao “desenvolver-se”, nossos países se encontram hoje à beira do deserto ecológico e de um inferno explosivo da miséria das maiorias. Como se não bastasse, o servilismo mimético resultante ameaça nossas raízes históricas e culturais [...] (2016, p.13).

A educação ecossocialista é uma das propostas alternativas para superar o atual o modelo de desenvolvimento que se dá necessariamente na desmercantilização da natureza, estreitando o diálogo entre a humanidade e o meio ambiente, à medida que vai acontecendo a inversão da atual lógica depredatória da natureza.

A proposta educativa ecossocialista nasce em momento histórico de alta complexidade. Faz parte de uma tentativa de responder aos sinais eloquentes de falência de todo um modo de vida, o qual já não sustenta as promessas da felicidade, afluência, progresso e desenvolvimento. A modernidade ocidental, da qual somos filhos, apostou todas as suas fichas em uma razão econômica objetificadora e no otimismo capitalista. Do mesmo modo fez-nos crer que o bem viver residia no imperativo da acumulação material baseada nos circuitos de trabalho, produção e consumo, dos quais parcelas cada vez maiores da população do planeta estão sendo dramaticamente excluídas ou, dito de outro forma, incluídas em posições de absoluta inferioridade e desigualdade.

Por tudo isso, não podemos nos satisfazer com crises e concepções simplistas para educação que no contexto atual tem como gênese e motivo num contexto de crise. Deste modo, a fim de evitar um caminho apressado e superficial que nos levaria a reforçar uma “consciência ingênua” de educação ecossocialista, sobre cujos perigos Freire (98, p.40)⁵⁰ já alertava, que, portanto, é preciso, pôr em debates as premissas, opções e utopias com as quais muitos educadores, profissionais socioambientais, vem construindo, no sentido de oferecer críticas e apontar saídas para uma sociedade

⁵⁰ “Consciência ingênua” em Paulo Freire, revela uma certa simplicidade, tecendo a um simplismo, na interpretação dos problemas, isso é, encara um desafio de maneira simplista ou com simplicidade. Não se aprofunda na causalidade do próprio fato. Suas conclusões são apressadas, superficiais. Cf. (FREIRE, 1981, p.40).

com padrões de uso e distribuição dos recursos naturais, em direção a formas mais sustentáveis, justas e solidárias de relação com a natureza.

Para melhor orquestrar nosso debate, intentaremos aproximações reflexivas sobre educação ecossocialista e sua relação com a educação social, apropriação necessária dos conceitos; Sociedade e Educação.

5.1 Educação Ecossocialista e sua Relação com a Educação Social: Apropriação dos Conceitos

O que seria a educação ecossocialista? O conceito de educação ecossocialista é compreendido e se funda na articulação da corrente ecossocialismo com objetivo de transformação radical da relação do ser humano e a natureza, em que esse processo se dá também na agenda educacional, os novos olhares no currículo escolar e eventos escolares cujo a práxis pedagógica visa o saber ambiental e na ética do consumo.

A educação ecossocialista, tem também um enfoque à educação social, que historicamente a educação social vem sendo forjada imbricadamente na educação popular, aquela inspirada em Paulo freire. A educação social na concepção de Paulo Freire, sintetizada em “A Pedagogia do Oprimido” e em “A Pedagogia da Autonomia”,

[...] tem o propósito de pensar a formação para o exercício da cidadania por meio de uma educação entendida como um processo educativo, no qual haja vínculo estabelecido entre educação escolar e educação social. Onde se considera o potencial formativo na construção cidadã [...]. Tendo em vista que ela engloba, com a finalidade de cumprir os seus propósitos, as diversas áreas do conhecimento humano, diversos atores – indivíduo, família, escola, comunidade – e todos os espaços onde haja convivência humana, ela carrega em si o pressuposto de que atua mais amplamente na sociedade de forma integral e, por isso, com enfoque na construção do cidadão e de sua cidadania numa perspectiva sociopolítica [...]. (SOUZA; CATANI, 2016, p.50; 57).

Nossa empreitada aqui é de fato, mostrar de que maneira se dá a educação ecossocialista para amenizar os conflitos socioambientais, porém, não podíamos deixar de fazer menção dos propósitos da educação social/popular, até porque constatamos essa relação. Nesse entendimento podemos afirmar a relação entre a educação ecossocialista no pensamento ecossocialismo e a educação social/ popular

consolidada nas lutas sociais em prol do bem social que se dá no protagonismo com objetivo da construção da sociedade quando todos os cidadãos tem a capacidade para conviver, cooperando na consecução dos objetivos comuns, na questão do respeito a outrem e seus direitos.

Tal protagonismo tem se forjado hoje nos movimentos sociais, para uma sociedade que caibam todos que se dá no acesso aos meios para sobrevivência como direito, o exemplo disso, é a educação, a saúde, proteção social, etc. Ao longo da história, devido aos interesses capitalistas, e atualmente incentivado pelo neoliberalismo econômico, percebe-se que os meios básicos que tornam possível a sobrevivência humana encontra-se monetizada e só podem ser acessados de quem pode comprar, e isso potencializa cada vez mais as desigualdades sociais, pobreza e miséria. Por exemplo, a educação no contexto atual, a sua lógica mercadológica, exclui o direito do acesso à educação, desde o ensino básico ao ensino superior e profissional.

Essa lógica reverbera na questão do acesso ao mercado de trabalho. Do ponto de vista do acesso ao mercado de trabalho tem se trazido a narrativa de que muitas dessas pessoas que se encontram desempregadas é que não possuem perfil, não têm habilidades e competências profissionais. Nessa narrativa é obvio, questionamentos tais como, estes poderão ter essas habilidades técnicas profissionais, se eles não estão sendo dados vez para acessar os cursos profissionalizantes?

Todas as manobras das reformas educacionais que em alguns países estão sendo feitas, tal como em Brasil e Moçambique (países em que temos experiências), por exemplo, verifica-se a ausência do acesso como direito a educação. No caso de Moçambique⁵¹, aliás é comum em maioria dos países africanos, e está-se longe até

⁵¹ Nesse contexto sobre Moçambique, a matéria publicada em Jornal Savana em 02 de julho de 2021, reforça o esvaziamento do compromisso da formação superior e profissional naquele País. O conselho dos reitores na pessoa de Jamisse Taimo e Lourenço do Rosário vêm “democracia acadêmica minada”. Para eles: “Tal como noutros sectores do país, a democracia académica está sequestrada em Moçambique, com a aprovação de normas e determinações que impõem obediência das instituições de ensino superior privado ao Governo, refere um relatório de uma comissão mandatada pelo Conselho de Reitores para analisar o panorama da autonomia universitária no país. A academia, é mais uma instituição que enfrenta o galopante autoritarismo do actual regime da Frelimo”. [...] “Com a exigência de tão elevadas taxas, o Estado cria órgãos e impõe às IES que os financie. Deste modo, os recursos das IES, que deviam ser dedicados a investimento na qualidade do ensino, são desviados para o financiamento ao funcionamento dos órgãos de tutela”, diz o documento na posse do SAVANA. Comparando a posição e funções dos conselhos de reitores de outros países, nomeadamente de expressão portuguesa, Lourenço do Rosário e Jamisse Taimo notam que no caso moçambicano a lei tratou de aprovar normas contrárias ao princípio da autonomia das IES. Os dois antigos reitores recordam que quando o Conselho de Reitores foi criado em 27 de Fevereiro de 1997, a lei 1/93 de 24 de Junho, na alínea f) do artigo 2, definia a autonomia como um dos princípios de funcionamento das

de existir um movimento social para protagonizar a desaceleração de todos os processos que cerceiam as liberdades e colocam em estorvos o direito.

Em outros países tal como Brasil, vem se consolidando movimentos tais como movimentos sociais voltadas à educação popular, tal como se pode entender no movimento global climático e por justiça social, suas lutas e eventos podem se funda no ordenamento ecossocialista. Com respeito aos movimentos sociais populares voltadas à educação social, de acordo Gadotti,

[...] A educação popular de hoje tem a cara dos movimentos sociais. Eles se fortalecem como portadores da esperança, com suas múltiplas subjetividades políticas, lutando por moradia, pelo direito à terra, direitos humanos, ecologia, saúde, emprego, diversidade étnica, racial, de gênero, sexual etc. dando novo rosto à educação popular. A educação popular tem a seu favor, hoje, o surgimento das novas forças de poder local democrático [...] (2012, p.19).

A educação ecossocialista assim como a educação social nascem da resistência para ressignificar a vida dos excluídos socialmente pelo sistema, em neste estudo apelidamos do neoliberalismo como “Nova Razão do Mundo” (DARDOT; LAVAL,2016). De acordo BRAVIN; PAIVA; PINEL (2020, p.10), “resistência é um ato de embate e criação, modos de ser contra o estabelecido como verdade única, contra o que está aí, a selvageria do capitalismo, pautado pelo exagero do consumismo e da competição”, por exemplo, a criação de subjetividades de acomodação, submissão, aceitação das ordens despóticas do outro sem questionamento, gerando medo e pavor de se posicionar contra.

Resistir é um ato de sentido e implica saber lidar com os conflitos, sentir angústia frente à força do que está solidificado, mas o prazer de descobrir que esse sólido é apenas aparência, e que um sujeito e ou um grupo pode provocá-lo, ameaçá-lo. A resistência ao modelo atual de desenvolvimento baseado em barbárie capitalista é a principal marca da Educação ecossocialista. Ela nasce da/na resistência, em que essa resistência não se dá simplesmente, penas pela crítica e denúncias, mas sim, aponta-se rupturas, questionam-se os paradigmas de organização social e os modelos societários da modernidade, expondo-se a necessidade de construir outra

IES. Na proposta, os dois académicos avançam que “o Conselho de Reitores faça o melhor uso da informação apresentada, de modo a que as instituições de ensino superior possam reassumir a sua verdadeira natureza” [...]. Cf. SAVANA. Disponível em: <http://jornal.savana.co.mz/>. Acesso em 09.jul.21.

racionalidade social, orientada por novos valores e saberes, por modos de “produção sustentados em bases ecológicas, significações culturais e por novas formas de organização democrática” (LEFF,2019, p.237).

A educação ecossocialista a partir de seu paradigma transformador, leva a mudanças na ordem econômica, política e cultural, o que é impensável sem uma transformação das consciências e comportamentos das pessoas. Neste sentido a educação nesse modelo de pensar a educação, converte-se num processo estratégico com o propósito de formar os valores, habilidades e capacidades para orientar essa transição para a sustentabilidade tal como o ecossocialismo em todo seu escopo como uma corrente de pensamento se determina (vide o segundo capítulo dessa tese.). De acordo Löwy (2020, s/p):

[...] O ecossocialismo é uma tentativa de fornecer uma alternativa civilizacional radical, enraizada nos argumentos básicos do movimento ecologista e na crítica marxista da economia política. Ele contrapõe ao progresso destrutivo capitalista (Marx) uma política econômica fundada em critérios não-monetários e extraeconômicos: as necessidades sociais e o equilíbrio ecológico. Esta síntese dialética é, ao mesmo tempo, uma crítica à “ecologia de mercado”, que não se confronta com o sistema capitalista, e ao “produtivismo socialista”, que ignora a questão dos limites naturais [...]⁵².

Este cenário destacado por Michael Löwy (2020), reforça o papel emancipador e transformador do ecossocialismo, e dentro deste, um desafio educacional. O desafio educacional seria, portanto, a práxis pedagógica instituída desde o projeto educacional ao currículo, que irrompe a atual história de dominação climática e social, e se funda no saber e o sentido da vida que orientem um desenvolvimento sustentável para a humanidade. Conforme Leff (2019) seria uma educação pautada

[...] nos limites do crescimento e a construção de um novo paradigma sustentável; no questionamento da concentração do poder do Estado e do mercado, e a reivindicação de democracia, equidade, justiça, participação e autonomia, da participação da cidadania; numa nova ética que orienta os valores e comportamentos sociais para os objetivos de sustentabilidade ecológica e equidade social [...] (LEFF, 2019, p.236-237).

Aliás, as propostas de uma educação ecossocialista, trazem fundamentos e reconhecidos até por especialistas e gestores de educação, porém, encontra-se

⁵² Cf. LÖWY, Michael. Ecossocialismo: um novo projeto para a esquerda radical. Publicado na revista da Resistencia, em março de 2020. Disponível em: <https://resistenciapsol50.com.br/2020/04/19/ecossocialismo-um-novo-projeto-para-a-esquerda-radical/>. Acesso em 09.jul.2.

limitações do ponto de vista de sua efetivação, por fato de os currículos serem tradicionais sem uma nova compreensão do mundo no sistema educacional formal. Na realidade, não tem sido fácil definir uma metodologia para elaborar as estruturas curriculares dos diferentes projetos educacionais, desde os níveis de educação básica até os estudos superiores.

Os princípios da educação ecossocialista não se traduzem diretamente num currículo integrado. O que seria interessante, se se compreendesse o processo educativo para além dos currículos formais, se inculcasse os valores ecossociais ou socioambientais através de diferentes vias e, não apenas por meio dos processos educacionais formais.

Desse modo, os efeitos educativos se dariam pedagogicamente desde os princípios ecológicos gerais, tratando-se dos comportamentos que visam uma relação harmônica do ser humano com a natureza; uma ética política – tratando-se da abertura para a o diálogo com a pluralidade política e a tolerância para com o outro (alteridade), até os novos direitos coletivos e os interesses sociais associados à reapropriação da natureza e à redefinição de estilos de vida diversos, que rompem com a homogeneidade e centralização do poder na ordem econômica e cultural dominante.

Contudo, uma educação ecossocialista fará sentido, se os valores socioambientais consigam expressar uma nova cultura política penetrando no sistema educacional formal e incorporados aos conteúdos curriculares. Temos percebido por exemplo no currículo do ensino básico brasileiro, sobretudo aquele exarado a partir da nova BNCC (2017), que as matérias voltadas ao meio ambiente, ético-racial e outras consideradas não essenciais para o mercado de trabalho, são trazidas como matérias eletivas, aliás, opcionais, e são realizadas em formato de oficinas educativas. Geralmente esses tipos de aulas são breves e sem nenhuma discussão com alunos, e não estimula a aprendizagem. Essa forma de educação de acordo Laval (2019), “ [...] transforma a escola numa organização eficiente, a serviço da economia [...]”, a que a instituição que tem o obrigação também de gerar lucros para o Estado.

Esta atitude inviabiliza e arquiteta um esvaziamento da profissão do trabalho docente, eclodindo numa pobreza da práxis pedagógica deste profissional da docência, reduzindo seu campo de atuação. Para além do enfraquecimento da

profissão de docência, o trabalho do professor reduzida como meio, instrumentalizada para fins técnico, e não em prol dos sujeitos no exercício de sua cidadania.

Nesta visão neoliberal, o profissional docente competente seria “aquele que faz o melhor marketing; o melhor produto – o melhor conhecimento – é aquele que satisfaz o cliente e ajuda a resolver com rapidez e eficiência os problemas que afligem o mercado; o bom cliente é aquele que paga com presteza o produto que adquiriu e o utiliza com propriedade, sem procurar saber de sua natureza e de sua validade” (MÜHL, 2001, p. 36). A relação entre o professor e estudante se torna uma relação entre mercado e clientes, definindo-se a importância do primeiro (o professor) não em função de sua qualificação e formação, mas em função da qualidade da mercadoria de que é vendedor.

A aprendizagem é um processo de produção de significações e uma apropriação de saberes. Nesse sentido, o processo educacional pode auxiliar a formação de novos atores sociais, capazes de conduzir a transição para um futuro e o agora democrático e sustentável.

O processo de ensino e aprendizagem têm seu diferencial na forma de se lidar com o conhecimento. Neste sentido, o conhecimento deve ser entendido não mais através de seus produtos, mas de seus processos. O conhecimento deve se dar mediante a construção. O conhecimento é construído pela experiência ativa do aluno não mais ser assimilado passivamente, como observa Paulo Freire na educação bancária:

[...] Na concepção “bancária” que estamos criticando, para a qual a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos, não se verifica nem pode verificar-se esta superação [superação da contradição oprimido-opressor]. Pelo contrário, refletindo a sociedade opressora, sendo dimensão da “cultura do silêncio”, a “educação” “bancária” mantém e estimula a contradição. Daí, então, que nela: a) o educador é o que educa; os educandos, os que são educados; b) o educador é o que sabe; os educandos, os que não sabem; c) o educador é o que pensa; os educandos, os pensados; d) o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente; e) o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados; f) o educador é o que opta e prescreve sua opção; os educandos os que seguem a prescrição; g) o educador é o que atua; os educandos, os que têm a ilusão de que atuam, na atuação do educador; h) o educador escolhe o conteúdo programático; os educandos, jamais ouvidos nesta escolha, se acomodam a ele; i) o educador identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional, que opõe antagonicamente à liberdade dos educandos; estes devem adaptar-se às determinações daquele; j) o educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educandos, meros objetos [...] (FREIRE, 2013, p.82-83).

Numa perspectiva crítica, a educação “bancária”, como se pode observar, extingue o poder criador dos estudantes como sujeitos, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade, satisfazendo, assim, aos interesses dos opressores: preservar a manutenção da situação de que são beneficiários. Para a prática “bancária”, o fundamental é, no máximo, amenizar esta situação, mantendo, porém, as consciências imersas nela.

Para a educação problematizadora e dialógica é uma prática defendida por Freire (2013), enquanto um fazer humanista e libertador, o importante está, em que os homens submetidos à dominação, lutem por sua emancipação\libertação, por meio da reflexão da realidade social e sua transformação. Neste sentido, “a educação não consiste em encher um cântaro, mas em acender um fogo” (ASSMANN, 2011, p. 119). Quer dizer, a educação, tem por missão, também a de despertar a prática dos valores humanos. Tais valores, são de alteridade, do respeito ao outrem. Desta forma a educação e neste, o trabalho docente, aliás a práxis docente consistiria numa prática humanizadora.

A proposta da educação ecossocialista, de entre vários desafios que já mencionamos, implica a necessidade de formar capacidades para orientar um desenvolvimento fundado em bases ecológicas, de equidade social, diversidade cultural e democracia participativa. Isto estabelece o direito à educação, a capacitação e a formação socioambiental como fundamentos da sustentabilidade, que permita a cada pessoa e cada sociedade produzir e apropriar-se de saberes, técnicas e conhecimentos para participar na gestão de seus processos de produção, decidir sobre suas condições de existência e definir sua qualidade de vida.

5.2 Sociedade, Escola e Educação para além do Capital: Interrupção da Frieza Burguesa

[...] a teoria materialista de que os homens são o produto das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produto de circunstâncias diferentes e de educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado. Leva, pois, forçosamente, à divisão da sociedade em duas partes, uma das quais se sobrepõe à sociedade [...]. A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora [...].

(Marx; Engels, 1977, Apud Mészáros, 2008, p.24)

A educação como um processo de humanização ocorre na sociedade humana com uma finalidade explícita de tornar os indivíduos em participantes do processo civilizatório e responsáveis por levá-lo adiante. Enquanto prática social, é realizada por todas as instituições da sociedade. Enquanto processo sistemático e intencional, ocorre em algumas, dentre as quais se destaca a escola.

A educação escolar, por sua vez, está assentada fundamentalmente no trabalho dos professores e dos alunos. De acordo com Pimenta e Anastasiou (2002, p.80) “[...] a finalidade desse trabalho - de caráter coletivo e interdisciplinar - e que tem como o objetivo o conhecimento – é contribuir com o processo de humanização de ambos, numa perspectiva de inserção social crítica e transformadora [...]”. O que observa (PIMENTA e ANASTASIOU, 2002) sobre o papel da educação não é o que parece sendo hoje. Ora bem, até com o avanço das descobertas da tecnologia, se fala hoje de metodologias ativas ou sala de classe invertida, no sentido de protagonizar o aluno como sujeito do conhecimento, por que a escola se tornou um dos espaços que corrobora na exclusão? Há controvérsias! Bom, hoje o problema não é mais o acesso à escola, mas o de estar incluso no currículo e no projeto educacional conforme ao propósito social daquela sociedade.

O fato é que o modelo educacional também de nossa época encontra-se afinada na agenda burguesa, que perpetua e traduz a fiesza burguesa, cerceia a liberdade, e tem programa a seguir, a de excluir e marginalizar, a maioria da população. De acordo com Mészáros (2008, p.11), “[...] o deslocamento do processo de exclusão educacional não se dá mais principalmente na questão do acesso à escola, mas sim dentro dela, por meio das instituições da educação formal [...]”. O que está em jogo não apenas a modificação política dos processos educacionais que praticam e agravam o apartheid social, mas a reprodução da estrutura de valores que contribui para perpetuar uma concepção de mundo baseada na sociedade atual neoliberal.

Mészáros (2008), defende que a “educação deve ser sempre continuada, permanente, ou não é educação. As práticas educacionais tem de permitir aos educadores, alunos a trabalharem as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade na qual o capital não explore mais tempo de lazer, pois a classe burguesa impõem uma educação alienante, com objetivo de manter os indivíduos

dominados. Nesse especto, a educação libertadora tal como encontrada a sua proposta em Paulo Freire em “A Pedagogia do Oprimido”, teria como papel, transformar os indivíduos em agentes políticos, que pensam e agem, e que usam a palavra para transformar o mundo no sentido amplo, a sociedade, o coletivo, em sentido restrito.

Conforme Mészáros (2008, p.12), “[...] uma educação para além do capital deve, portanto, andar de mãos dadas com a luta por uma transformação radical do atual modelo econômico e político hegemônico [...]”. Este pensamento de Mészáros (2008), é o que encontramos nas veias das lutas ecossocialistas e nos movimentos sociais, de inspiração ecossocialista, tal como o novo movimento global pelo clima e justiça social (*Vide segundo Capítulo desta tese*).

A educação ecossocialista, assim designado como título desta tese, a utopia que move este estudo é de fato, um convite ao rompimento da lógica do capital, em a que a sua lógica está longe ser uma cultura que busca justiça ambiental e social. Numa concepção mais ampla sobre a relação sociedade e escola para uma “educação para além do capital” Mészáros (2008) é um caminho certo para interperer a “afrieza burguesa”, inspirado por e Gruschka (2014). Para Gruschka (2014), “ a frieza se traduz como mai-estar da cultura burguesa”, hoje esse mal-estar burguez se traduz em neoliberalismo, cuja em sua estrutura fazem parte também as suas vítimas, no sentido de exclusão ao banquete da vida (banquete da vida no sentido de Enrique Dussel (2012) sobre condições materiais de “produção, reprodução e desenvolvimento da vida”). A “ frieza burguesa” neoliberal se traduz também no “cinismo” mediante ao que geme de fome, de dor , de sede, de frio, etc (DUSSEL, 2016, p.11). Por outras palavras, o “cinico” é o que nega ao outro desde o início. É uma posição prática de que decice, implícita ou explícita negar o Outro, negar toda prioridade à razão discursiva, nega todo o encontro, a alteridade.

Não obstante, o estágio a que chegamos da degração ambiental, descobriu o véu do projeto agendado do desenvolvimento na exclusão e na morte de suas vítimas. As suas vítimas têm endereços e identidades. No entanto, graças aos movimentos sociais para desacelar esse projeto ecocida. Para além do novo movimento global pelo clima e de justiça social espalhado mundialmente, destacamos o papel do MANIFESTO DOS ECOSSOCIALISTAS NO BRASIL (2013) que seus propósitos em si traduzem também uma alternativa de mudança, que qualquer

educação que pretenda ser transformadora tem de ressarcar o modelo desenvimentista capitalista.

[...] Em uma perspectiva de Justiça Ambiental, “as causas da degradação não são determinadas por fatores conjunturais ou pela ignorância tecnológica. Devem-se a um conjunto de variáveis interconexas que se dão em bases sociais, econômicas, culturais e políticas estruturalmente desiguais, que formam a sociedade contemporânea”. “Tal estrutura faz com que o processo de exposição aos riscos ambientais, bem como a definição e percepção destes, também seja desigualmente distribuído. Assim a maioria da população incluída de forma subordinada no processo produtivo está simultaneamente, excluída do acesso aos bens socialmente produzidos e dos canais formais de decisão política. Essa imensa parcela da população, está mais exposta ao que chamamos “riscos ambientais” como as enchentes, desmoronamentos, poluição, lixo, doenças de caráter sanitário, contaminação e de toda a diversidade de acidentes ambientais, do que os grupos de maior renda”. (Rede de Justiça Ambiental 2003). A visão de justiça ambiental, mais do que uma expressão do campo do direito, assume-se como campo de reflexão, mobilização e bandeira de luta de diversos sujeitos e entidades da sociedade civil. Neste sentido serve de estrutura para a formulação da base teórica do ecossocialismo. Formular e divulgar informações, tendo como vetor central a justiça ambiental, de forma a construir bases conceituais do ecossocialismo, nos levam ao enfrentamento das desigualdades socioeconômicas e socioambientais, contribuindo para impactar o debate público e fortalecer a capacidade de intervenção política de grupos sociais excluídos de bens e direitos [...]⁵³.

Os movimentos sociais, tal como o novo movimento global climático e de justiça ambiental e social, inspirado pelo pensamento ecossocialista, lutam contra a exploração, opressão, a dominação e alienação, ou seja, essas são características e tarefas educacionais contra o paradigma do capital. Se tratam de ações revolucionárias, e as ações revolucionárias de diversos movimentos sociais visam efetivamente a emancipação humana.

A educação com princípios emancipador, sobretudo, aquela embasada nos movimentos sociais, é sua natureza se opôr à qualquer sistema que limita a poucos o acesso como direto os meios de produção e reprodução de vida.

A força motriz, aliás, da lógica neoliberal capitalista propaga e insinua também comportamentos dos indivíduos e práticas educacionais que de alguma forma, a escola tutela o sistema como se sua dinâmica fosse algo inovador, por que o objetivo é que os projetos educacionais na sociedade cumpram sua agenda incorrigível. Por exemplo no Brasil, nesses últimos anos temos acompanhados muitas mortes e

⁵³ Cf. MANIFESTO ECOSOCIALISTA INTERNACIONAL: contribuições para a construção da tese ecossocialista informações sistematizadas. Disponível em: http://www.alternativaterrazul.org.br/wpcontent/uploads/2011/08/Cartilha_Ecossocialismo.pdf Acesso em 27.Junho.2020.

desapacimento de líderes dos coletivos que têm se manifestado contra os interesses de exploração das terras, em disputadas pelos grilleiros. Mesmo assim, esse cenário não comove para mudança porque uma parte dos que exercem o ofício profissional de deslegitimação de qualquer mecanismo de redução de injustiça social, estão encuralado nesse sistema assim como defendem.

Essa realidade se configura, portanto, de uma realidade “gelada ou fria” daonde deriva o termo “frieza” em Gruschka (2014), e sociedade “cinica” em Dussel (2016). Deste modo, a educação pode sim, interromper a “frieza burguesa” ou “cinismo” quando houver um compromisso educacional enquanto formação integral e integrada da pessoal humana.

A economia de mercado que se verifica hoje, ao produzir desigualdades, mortes, crise ecológica, e enfim, crise civilizatória, mostra-se ser “gelado”, o que importa é consumo, e não a produção de humanidade, dissemina-se impiedosamente a violência, em vez da propagação educativa voltada para a responsabilidade ética e da sensibilidade, e mais um espírito comunitário no sentido de sociabilidade. Segundo Gruschka (2014, p.264) “[...] Todos os que exercem uma função educativa e/ ou pesquisam escola e os processos educacionais (...) devem problematizar tanto a forma de organização social da escola e o seu conteúdo [...]”. Na atual crise ecológica, faz-se necessário os conteúdos voltadas às questões ambientais, articulando-se problemas socioambientais e a promoção de mudanças efetivas que garantam a continuidade e a qualidade de vida no planeta. Mas que isso, uma proposta pedagógica e educaional que estimule a reflexão ambiental no sentido de entender que o ser humano é também parte da natureza e da biosfera, focalizando valores como alteridade, solidariedade, responsabilidade, e o papel de construção de uma democracia em uma direção de uma cidadania ambiental.

Os desdobramentos para uma educação efetiva no contexto da crise ecológica, não é tão simples assim:

[...] As questões educacionais quanto as ambientais comportam contradições, antagonismos e dualidades que podem ser conduzidas de forma conservadora ou transformadora em razão da disputa de concepções, valores e práticas sociais de ideias que dividem e pleiteiam o mesmo campo. Tanto a educação como a questão ambiental, apesar das múltiplas dimensões, são assuntos essencialmente políticos que comportam visões de mundo, ideologias e interesses diversificados. Assim, não deixa de ser relevante aprofundar a reflexão teórica acerca daquilo que pode tornar possível para educador discernir, nas concepções e conceitos veiculados, as variações e sentidos que permeiam tanto, a educação como a questão

ambiental. Uma delas diz respeito ao significado e à importância do sentido de alteridade na relação do ser humano com o meio ambiente e, nesta relação, a compressão da necessidade da educação na construção de uma cidadania ambiental (GUÉRIOS; STOLTZ, 2010, p. 100).

A esta forma de pensar o sentido da educação, assim digamos, confere-se uma educação subversiva, este que é cerceado pelo sistema neoliberal, de uma economia de mercado que despreza a natureza como parte da corporalidade humana. A educação capaz de interromper a continuidade da multiplicação de vítimas climáticas, efetivamente, parte da compreensão de que a natureza é como outro que não deve ser apropriada e instrumentalizada para fins lucrativas e de alta competitividade financeira, tal como não faltam registros que evidenciam grilagem de terras para exploração e desmatamento de florestas milenares.

A esse cenário evidenciaremos a seguir sobre casos de grilagem e de injustiça em Moçambique, desmatamento ilegal de madeiras e o impacto que isso gera para sociedade; sobre o caso da Empresa Vale em Tete. Não se trata de estudos de casos, mas sim de algumas evidências para o debate que estamos fazendo nesse último capítulo da tese

Sobre a extração de madeira ilegal em Moçambique, segundo a afirma a Agência Portuguesa de notícias VOA (2014) já alertava que a “Exploração ilegal de madeira em Moçambique é superior a 90 por cento”. Naquela época, de acordo o ativista da Agência de Investigação Ambiental Jago Wadley acrescentou ainda que as comunidades rurais pobres estão a sentir o peso da crise de extração ilegal de madeira, fenómeno que, segundo ele, não vai acabar sem uma ação imediata e coordenada por todas as partes envolvidas:

[...] A demanda chinesa insaciável de madeira está na origem da extração e contrabando ilegal de madeira em Moçambique, a qual é totalmente insustentável, e está a ameaçar esgotar os recursos florestais do país. Esta é a conclusão no novo relatório Crise de Primeira Classe, da Agência de Investigação Ambiental (EIA, na sigla em inglês), que revela ainda que 93% da extração de madeira em Moçambique no ano passado foi ilegal. As investigações e pesquisas conduzidas pela EIA na sigla entre 2013 e 2014 demonstram que o factor-chave do crime florestal em Moçambique é a demanda de madeira da China. A quase totalidade da madeira importada pela China de Moçambique (93%), resulta de abates ilegais, colocando o desbaste nas florestas muito além dos níveis sustentáveis. De acordo o relatório da EIA, uma organização não-governamental do Reino Unido, a China é o principal responsável pela destruição das florestas tropicais em Moçambique, e, se os volumes de abate excessivo continuarem, as reservas comerciais estarão quase esgotadas nos próximos 15 anos. Segundo o ativista daquela agência Jago Wadley, os dados são espantosos e o contrabando de madeira ilegal para o mercado chinês resultou em volumes

de extracção muito além dos níveis sustentáveis, apesar das afirmações em contrário do Governo moçambicano. Segundo o documento, a exploração ilegal de madeira por empresas chinesas, com conivência de altos quadros do Governo moçambicano, privou o país de cerca de 108 milhões de euros em impostos desde 2007. A EIA exige a suspensão imediata de todas as exportações de madeira em Moçambique, para garantir que se reúnam condições sustentáveis para o consumo e comércio dos recursos florestais do país [...] ⁵⁴.



Fig.3. Disponíveis em:
https://www.google.com/search?q=madeira+mo%C3%A7ambique&source=Inms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwiSjr6gl-vxAhWgHrkGHX5MAToQ_AUoAXoECAEQAw&biw=1280&bih=648#imgrc=_PVtlbJcBFkm0M

Nesse cenário poderia-se com essa madeira, por exemplo ter salas, ter escolas, carteiras e ferramentas pedagógicas condignas. Ora bem, essas imagens evidenciam o quanto a injustiça social está sendo perpetrada em pleno dia e sem piedade.

⁵⁴ Cf. Exploração ilegal de madeira em Moçambique é superior a 90 por cento. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/exploracao-ilegal-de-madeira-em-mocambique-e-superior-a-90-por-cento/1964531.html>. Acesso em 17.jul.21.



Fig.4. Disponíveis em:
https://www.google.com/search?q=madeira+mo%C3%A7ambique&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwiSjr6gl-vxAhWgHrkGHX5MAToQ_AUoAXoECAEQAw&biw=1280&bih=648#imgrc=_PVtlbJcBFk0M

A seguir vem alguns descasos da Empresa Vale em Moçambique. Lembrando que no capítulo anterior já havíamos trazidos nos estudos de Coelho (2021) sobre os casos de agressão ambiental e humana em Brumadinho e Mariana em Minas Gerais, em que a Empresa Vale encontra-se envolvida, também em casos de grilagem e exploração de minérios. Da mesma forma, a Vale encontra-se também explorando carvão em Moçambique, num estado que se chama Tete. Prometeu desenvolver economicamente aquela região, porém não é o que está sendo visto hoje. Para além do fracasso no projeto de reacentamento daquele povo, gerou instabilidade na questão de qualidade de vida e saúde daquele povo. Falta saneamento básico, escolas, posto médico, etc, aliás, não há condições de sobreviver, poluição total, porém as autoridades administrativas locais parecem não enxergar essa realidade. Ongs e peritos oficiais e independentes já fizeram estudos daquele lugar, de fato encontraram irregularidades de ataques aos direitos humanos. Vários casos já foram notificados ao Governo Central do País, e outros em nível local. Até hoje, a população não recebeu nenhuma indenização, nem alguma solução tal como afirma a plataforma de DW:

[...]Moçambique: Mineira Vale condenada a pagar indemnização a camponeses. Empresa pôs em causa segurança alimentar da população. O Tribunal Judicial da Província de Tete, cuja sentença é assinada pelo juiz Justo Mulembwé, observa que a postura da Vale pôs em causa a segurança alimentar e nutricional dos camponeses atingidos, violando a Lei de Minas no capítulo sobre a tutela dos direitos das comunidades residentes nas áreas de exploração mineira. Recentemente, a Vale anunciou estar à procura de

quem lhe compre a operação de carvão em Moçambique, como parte do processo global de abandono de combustíveis como objetivo ser neutra ao nível das emissões de carbono até 2050 e reduzir algumas das suas principais fontes de poluição daquele tipo até 2030 [...].⁵⁵



Fig. 5: Foto retirado do jornalismo investigativo. <https://cjimoz.org/news/>

Destarte, no que diz respeito ao aspecto educacional como forma de intervenção para transformação do cenário como a de Moçambique, quanto de tantos e outros cenários, sobretudo na periferia do sistema capitalista, se é indispensável um projeto societário com foco ao desenvolvimento sustentável a partir da preservação da identidade do meio ambiente, ou seja, a sua não destruição, o que pressupõe o reconhecimento do seu valor de estima social com finalidades comuns socialmente compartilhadas. Conforme as imagens sobre extração de madeira, se é controverso, numa sociedade em que as pessoas não têm casas adequadas para morar, e a madeira, como um bem comum da região, em que a população deveria se beneficiar, solucionando ao menos algo básico, a moradia, se é impossível devido a privatização e apossamento de terras de forma indevidas, e estas populações se encontram em situações de não vida, nisso falta evidentemente, sustentabilidade com foco ao desenvolvimento humano sustentável, que se dá não apenas na preservação dos bens materiais ambientais das populações afetadas, mas sim, na distribuição equitativa desses bens, não visando o lucro, e sim, a justiça social e possibilitando,

⁵⁵Moçambique: Mineira Vale condenada a pagar indemnização a camponeses. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-mineira-vale-condenada-a-pagar-indemniza%C3%A7%C3%A3o-a-camponeses/a-56373311>. Acesso em 17.jul.21.

de fato, as condições materiais de produção e desenvolvimento da vida, em que os ganhos são: a felicidade, qualidade de vida, saúde pública, comida, abrigo, etc..

Contudo, os sinais dos tempos mostram marcas contraditórias com relação ao meio ambiente. Por outras palavras uma educação para além do capital com enfoque à interrupção da agenda neoliberal ecocida, se faz necessária, um projeto educacional baseada no ecodesenvolvimento, aquele que promove a ética da natureza, que fomenta uma solidariedade diacrônica para o agora e das próximas gerações, e como condição, a conservação dos recursos renováveis e na oposição ao desperdício dos recursos não renováveis. Isso portanto, seria coerente à estratégia de ecodesenvolvimento no que concerne à inovação de tecnologia apropriada para o aproveitamento sustentável dos recursos e a orientação do sistema educativo fundamentadas em valores e os conhecimentos necessários para uma gestão participativa e ecologicamente baseada no respeito à natureza e aos outros, Outros enquanto entes, as pessoas.

5.3 Educação e Desenvolvimento Contínuo para Consciência Ecosocialista

Ao tratarmos aqui de uma educação e desenvolvimento contínuo com horizonte à consciência ecosocialista, pretendemos salientar a indispensabilidade da educação ecosocialista indissociável ao ecosocialismo tal como expusemos no segundo capítulo dessa tese, portanto, a de assegurar a transformação social plenamente sustentável, concomitantemente, como proposta alternativa educacional e civilizatório contra o modelo atual da produção da barbárie, aliás, do neoliberalismo, cuja agenda é a glamourização da marginalização social, que se observa em multiplicações cotidianas tais como de injustiça climática e social.

Enfrentar as mudanças climáticas e reduzir as desigualdades sociais são os grandes desafios que a humanidade enfrenta no século XXI. A atual pandemia expôs como problemas desse nível não podem ser resolvidos apenas com respostas científicas e tecnológicas. A partir da agenda ecosocialista em geral se evidencia que é fundamental incluir as dimensões sociais para compreender e enfrentar os desafios que levam a uma transformação socioecológica.

Educação e desenvolvimento contínuo para consciência ecossocialista, impregna uma reflexão permanente e engendra sempre novas ideias sobre como podemos promover e fortalecer a sustentabilidade juntos, enquanto comunidade, coletivos, vítimas climáticas.

A exacerbação dos problemas socioecológicos na atual crise ecológica, a visão ecossocialista, a sua práxis dentre várias, a educativa tal como designamos, reorienta os esquemas de crescimento que são intensivos em recursos naturais. Nisto, uma das propostas da educação para consciência ecossocialista é a compressão do conceito de bem-estar social. O conceito de bem-estar social traz ideias alternativas para mensurar qualidade de vida a partir da acessibilidade das condições materiais existentes como um direito. De acordo Bauman (2013), o indicador para mensurar bem-estar social, passa necessariamente do critério do sucesso ou do fracasso das autoridades encarregadas de monitorar e proteger a capacidade de enfrentar desafios, assim como de resolver os problemas com que se confronta do ponto de vista coletivo, a renda média de seus membros, o grau de desigualdade das rendas ou da distribuição da riqueza.

Nisso a educação escolar exerce um papel fundamental. Nessa senda a educação escolar não pode ser tratada isolada do contexto social que a sustenta. Se a escola tem por função dar oportunidade às pessoas de desenvolverem a aprendizagem de conhecimentos e de valores vigentes na sociedade, conhecer o processo escolar pressupõe, necessariamente, conhecer o processo social. Com efeito, nenhum conhecimento, nenhum valor, se explica por si: todos encontram sua explicação nas relações que os homens tecem entre si, na multiplicidade quase infinita de circunstâncias.

Os conhecimentos e os valores expressam o tipo de vida que os homens criaram para si. Por isso, muda a sociedade. Por isso, muda a escola. Por isso, muda a política educacional. É preciso, pois, estudando a escola, estudar ao mesmo tempo a sociedade que a estabelece e lhe dá suporte. A escola inserida no contexto social Não basta descrever a sucessão de experiências da instância educacional, como se elas falassem por si: é necessário mostrá-la como efeito do conjunto de relações sociais, do conjunto de interesses e entendimentos do todo social.

Ora bem, é importante esclarecermos que a concepção de educação que nos referimos aqui, trata-se de uma educação que não se limita estritamente à escola, mas sim, às práticas coletivas da produção e de conservação da vida, visando essas

práticas, o desenvolvimento permanente, que na perspectiva de uma consciência ecossocialista, se consolida na compreensão da sociedade como um todo, como um coletivo, comunidade com interesses comuns, a de garantir a condição de ser vivo e vivente condignamente. Essa concepção educacional, tal como se inscreve em Mészáros,

[...] assinala um afastamento radical das práticas educacionais dominantes sob o capitalismo avançado. Trata-se da transformação radical dos grandes ideais educacionais que avançam cada vez mais na sujeição do desenvolvimento cultural em sua integridade aos interesses cada vez mais restritivos da expansão do capital e da maximização do lucro [...] (MÉSZÁROS, 2008, p.79).

Tal como na visão de Mészáros (2008), a educação para consciência ecossocialista, é aquela que visa desmantelar a concepção atual de educação enraizada na racionalidade instrumental, defendida pela sociedade neoliberal capitalista, centrada na profissionalização voltada à exploração de riqueza reificada como um fim em si mesma e na alienação das instituições, tais como, educacionais em todos os níveis, desde a educação básica até às universidades, também na forma da privatização promovida com suposto zelo ideológico pelo Estado para a perpetuação da sociedade das mercadorias, a escola e a educação, também como uma das mercadorias.

O papel da educação ecossocialista é crucial para desmitificação das apologias educacionais propagadas pelo atual sistema, a mesma que aliena as modificações e estratégias educacionais tecendo narrativas controversas do sentido de vida em coletividade, gerando relações interpessoais marcadas pelo conflito de competitividade e meritocracia, na busca a todo custo do dinheiro, como se diz popularmente, “sacrificar-se”, cujo os ganhos são as conquistas individuais, e o fracasso na vida, a justificação, como falta de sacrifício. Essa ideia tem gerado o suicídio sobretudo na população jovem, quando todo sacrifício não conseguem gerar conquistas, a alternativa é suicidar-se, por que a concepção é de não se sentir válido, nessa lógica da vida cujo sentido é no glamour do consumo das mercadorias, onde reside o fetiche da felicidade, o real gozo de vida.

Mas a que se perguntar, para a atual crise ambiental e os impactos dessa crise para vida global, o que se pode fazer? Faltam estratégias ou meios (dinheiro)? As grandes empresas, multinacionais e os governos por que não tomam atitudes? As

desigualdade sociais, o cerceamento de direitos, as condições impossíveis sobre tudo para as populações afetadas pelas mudanças climáticas, isso não comove autoridades capitalistas? Sim, sim, todos sabem que isso é ruim, por que não fazem nada? Bom, o professor Jung Mo Sung responde: “É obsceno, mas é bom ter algo que poucos têm!”:

[...] Obsceno: falta de pudor, de decência, de modéstia. Alguns acham positivo: alegando que pode ser visto como manifestação da liberdade sexual e de expressão. Para outros é negativo: a partir de uma perspectiva puramente econômica é realmente um certo contrasenso gastar todo este dinheiro em uma “mansão móvel” por exemplo. Do ponto de vista burguesa neoliberal o obsceno é a ostentação, mostrar que tem. O Bom: ostentação para ser reconhecido pelos outros. Possuir algo que poucos tem. É bom mas é irracional. Emulação: propriedade, riqueza, autoestima, bem social, reconhecimento, valor, status. Tudo isto são objetos de emulação, de competição, de concorrência, criar inveja. Tudo isso, fazem com que o ser humano vive num Desejo mimético: ter para ser [...] (SUNG, 1999, p.158-167).

A vida que se centra num desejo mimético incita a violência, a luta de classes, sustenta uma cultura de rivalidades. Nem que seja para eliminar o outro para manter o status. Por isso a partir de uma perspectiva ética, esse comportamento é obsceno. A obsessão pelo consumo e acumulação de riqueza faz desaparecer da pauta de prioridades os grandes desafios sociais do nosso mundo de hoje. A exclusão social de uma imensa maioria da população mundial e a crise ecológica tornam-se problemas menores diante desta obsessão.

Nesse escopo, se inscreve a educação ecossocialista como uma educação crítica deste atual modelo de desenvolvimento dominante, orientando a construção de uma nova racionalidade social. Nesse sentido, fornecendo um novo conceito de formação concepção ambiental para a transformação da realidade causada pela problemática do desenvolvimento. Uma formação que implica um processo mais orgânico e reflexivo de organização da sociedade, cujo, os saberes possibilitam a construção de novas capacidades para compreender e intervir na transformação. Trata-se, portanto, de uma formação que vai além de um processo de capacitação que busca reciclar e ajustar as habilidades profissionais às novas funções e normas ecológicas dos processos produtivos e para a criação e controle das novas tecnologias; por sua vez ultrapassa a assimilação passiva e a reprodução acrítica e um modelo global homogêneo, que é questionado pelos interesses e perspectivas que definem o campo diverso e conflitivo do desenvolvimento sustentável.

Para uma consciência ecossocialista permanente, é preciso que também nas vítimas climáticas e nas lideranças ou coletivos apologistas, um processo contínuo de criação de novos valores e conhecimentos, vinculados à transformação da realidade para construir uma consciência ambiental, compreendida como estrutura socioeconômica que internaliza as condições ecológicas do desenvolvimento sustentável e os valores que orientam os processos de produção e aquisição dos bens materiais na lógica da equidade, aliás, da justiça social que ao mesmo tempo seja, o horizonte constante da transformação social, e nessa concepção, a justiça social como horizonte para eliminar e reparar os danos colaterais na sociedade.

Concluindo esse capítulo dizendo é um grande desafio uma educação ecossocialista, mas não significa que não seja possível, também, não abordamos aqui como se fosse salvacionista esse modelo, sabemos das limitações, porém acreditamos que pode trazer ganhos pontenciais para um projeto societário que tenha como meta, a construção de nações com laços de solidariedade e harmonia com a natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão desta tese, ensejamos destacar a pertinência do valor acadêmico e político do problema trazido nessa tese, assim como não se descartam as brexas deixadas devido a complexidade da temática para a continuidade das pesquisas.

O novo movimento global por justiça climática e social, no contexto dos movimentos sociais, as mudanças sociais e políticas, que na práxis dos movimentos sociais se desenrolam, representam um objeto que atravessa diversos campos de força e espaços simbólicos de significação e dão suporte à diversas tramas da vida social, tal como da injustiça climática e social destacado na tese.

O novo movimento global por justiça climática e social, para além de estar associado com transversalidade por várias dimensões da vida social, bem como sobre os vários tipos de luta e de movimentos sociais, permite-nos afirmar, a sua práxis ecossocialista como um saber social que se processa na própria experiência de vida, sem lugares específicos para sua transmissão, isto é, vive-se o ensinar e o aprender, não necessariamente vinculados à escola, embora não se possa dela prescindir.

Portanto, a proposta de uma educação ecossocialista com enfoque à educação social desse movimento, abordado na tese, se delineiam as propostas alternativas ao modelo desenvolvimentista neoliberal atual, para maximização dos debates com foco à redução e à resolução dos conflitos sociais e geopolíticos que têm a sua gênese na exploração sistemática da natureza.

Compreendemos portanto, a educação ecossocialista como aquela que, juntamente com outras práticas sociais, está ativamente implicada no fazer histórico-social, produz saberes, valores, atitudes e sensibilidades e, por excelência, é constitutiva da esfera política na qual a sua intencionalidade pedagógica é a prática social e política que pretende transformar a realidade.

Na perspectiva de ensino e aprendizagem, a educação ecossocialista se dá na construção de novos sentidos e nexos para vida, em atividades, experiências, modos de fazer e informações estejam a serviço de um processo de formação de atitudes e não sejam um fim em si mesmos. Aliás, a internalização de um ideário ecológico emancipador de fato, não se dá apenas por um convencimento racional sobre a

urgência da crise ambiental. Tampouco os discursos catastróficos sobre o fim da vida no planeta e a supervalorização dos desastres ambientais, cujo riscos pode ser o de associar sentimentos de medo e impotência à questão ambiental podem, sozinhos, auxiliar na identificação de um ideário ecológico. A consciência dos riscos e a informação objetiva são importantes, mas desde que sejam acionadas em um contexto de relações com a aprendizagem no qual se favoreça, sobretudo, a capacidade de ação dos sujeitos no mundo e sua vinculação afetiva com os valores éticos e estéticos dessa visão do mundo.

Na esteira dos movimentos sociais, o novo movimento global por justiça climática e social na perspectiva ecossocialista, o qual foi inspirador e provocador em nossa inquietação acadêmica e social, sua atuação ecossocialista representa uma experiência formativa e aponta mudanças face à atual economia do mercado que desconhece limites, degradando a natureza da vida, gerando danos colaterais irreparáveis, que em nossa proposta a educação pode exercer um papel de conscientização para reparação e salvaguardar os valores sobre a compreensão da natureza como mãe, e geradora de vida de todos, e que por isso, é merecedora de proteção.

Contudo, educação social no horizonte ecossocialista tem papel fundamental na luta pela democracia, pois nele articula-se com finalidade da sustentabilidade, uma sociedade que conhece o valor da natureza e participa de um processo de reapropriação da natureza, na gestão desse patrimônio como bioculturais e bem coletivo, combatendo toda racionalidade que se arraiga no consumismo, na extração de todo simbolismo natural e cultural dos povos, para fins lucrativas. Portanto, a transição para uma visão do mundo, da democracia para sustentabilidade, a educação social tem papel na construção de um projeto que abre horizontes para respeito entre os ecossistemas e solidariedade pautado pela justiça socioambiental comprometido com vida em sua materialidade factível. Aliás, do acesso de todas as condições da produção, reprodução e o desenvolvimento da vida, onde os bens naturais são como um direito de todos, e não algo que se pode comprar.

As injustiças que acompanham a geografia atual como em relação às gerações futuras darão causa progressiva ao agravamento de conflitos, se não houver uma reflexão séria sobre o clima e meio ambiente e seu significado na perspectiva do bem comum da humanidade.

Os estudos evidenciaram que a crise do clima, se de um lado pode se tornar um limite para o capital, ocasionando desertificação, perda de biodiversidade na agricultura entre outros problemas, por outro lado vem sendo considerado como oportunidade de novos negócios, como energia solar, eólica, novos destinos turísticos, mercado de carbono, entre outros.

Além dessa constatação, a investigação possibilitou identificar que as mudanças climáticas vêm suscitando um grande debate envolvendo diversos setores da sociedade. Considerando a sociedade civil como uma das esferas em que as classes se organizam e defendem seus interesses, e, portanto, um espaço de lutas sociais e de classe, foi fundamental identificar o posicionamento dos principais movimentos e organizações em relação às mudanças climáticas. Tendo como ponto de partida os documentos e relatórios das organizações pesquisadas, e entendendo que a aparência ao mesmo tempo revela e oculta a essência do real, procurou-se superar a aparência a partir do conceito de ecossocialismo proposto por Löwy (2014).

Essa visão ecossocialista possibilitou constatar como movimentos considerados, como críticos, como o caso do novo movimento global por justiça climática, demonstrou, comprometimento em algum grau com a emancipação social, denunciando a mercantilização da natureza, defendendo posições comprometidas com a emancipação social e com um novo modelo econômico, para além da exploração capital-trabalho.

Ainda em relação aos movimentos pesquisados, pode-se perceber que, apesar de historicamente os movimentos sociais e de classe pautarem suas lutas de forma desarticulada, a problemática das mudanças climáticas tem possibilitado a articulação tanto dos movimentos clássicos, como sindicatos, quanto de outros movimentos sociais. É nesse sentido que o estudo reafirma, mais uma vez, a necessidade dessa articulação para enfrentar os desafios impostos pela crise do capital e suas sinistras manifestações sociais e ambientais. Entende-se, também, que a educação social com este escopo crítico e emancipatória na perspectiva analética pode contribuir para com os movimentos sociais comprometidos com a emancipação social, no sentido de possibilitar uma compreensão articulada dos problemas sociais e ambientais.

Para finalizar, é importante dizer que esse estudo chega ao fim com a clareza que, se de um lado não esgotou o real, como já foi dito, pois este é extremamente complexo e dinâmico, por outro possibilitou que o processo de busca das contradições, mediações e determinações do fenômeno estudado pudessem

contribuir, mesmo que de forma provisória, para uma visão de totalidade sobre um dos principais problemas da atualidade, que é a destruição ambiental, em especial as mudanças climáticas, num contexto de crise estrutural do capital. Essas aproximações possibilitaram compreender que as totalidades que constituem a totalidade social têm naturezas específicas, próprias, como as questões relacionadas à destruição ambiental, caso contrário não se teria uma totalidade diferenciada.

É importante ressaltar que, apesar de naturezas específicas, as contradições e antagonismos que cortam a questão ambiental estão ligados, como já foi visto, à mesma gênese, ou seja, a contradição capital-trabalho.

Nesse contexto, pode-se verificar que a luta de classes perpassa a questão ambiental como perpassa a questão social. Uma luta de classe que tem como pano de fundo o controle dos recursos naturais e que reveste de importância o atual debate sobre as mudanças climáticas. Nele estão expressos não apenas divergências superficiais, mas também interesses de classes, portanto, representam um compromisso com a emancipação ou conservação da ordem econômico-social vigente.

Além disso, como educador, acredito que o caráter educativo desses movimentos pode possibilitar que “educação das massas”, que se configura num processo fundamental na construção de uma nova sociedade. Nesse sentido, é essencial que a práxis dos movimentos comprometidos com a construção desse novo modelo socioeconômico esteja ancorada em pressupostos críticos de educação e compreensão da realidade. Isso pode possibilitar não só uma compreensão articulada dos problemas sociais e de classe, como também uma atuação em conjunto. Nesse contexto, pode-se dizer que os desafios são muitos, pois cada vez mais a ideologia do capital está presente de forma hegemônica, produzindo uma falsa representação da realidade, “uma verdade de classe que estabelece a possibilidade de interação desta com o mundo de determinada forma, vista como a correta (para aquela classe), mas que não é verdade para o conjunto da humanidade” (LOUREIRO, 2012). Mas o “pessimismo da razão” tem como contraponto o “otimismo da vontade”, que se expressa na luta incansável de milhares de homens e mulheres que atuam nos movimentos sociais e de classe, na luta pela construção de uma nova sociedade.

Portanto, o debate atual como alternativa à crise ambiental com extensão à crise humana que atravessa toda a miséria humana, se propõe mais uma vez, uma reflexão permanente sobre uma política específica às alterações climáticas e à

proteção ambiental e o respectivo engajamento a longo prazo. Isso implica que se assumam a responsabilidade com custos que não correspondam à lógica do capital, mas sim, imperiosamente, uma política e economia, em diálogo, onde se coloquem decididamente ao serviço da vida, especialmente a vida humana ecologicamente integral e integrada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSERALD, Henri; MELLO, Cecília Campelo do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é Justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- AJARI, Norman. *Nascida do desastre: Crítica da etnofilosofia, pensamento social e africanidades*. Tradução: Cleber Daniel Lambert da Silva. Ensaios Filosóficos, Volume XVIII – Dezembro/2018. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/norman_ajari_nascida_do_desastre_cr%C3%ADtica_da_etnofilosofia_pensamento_social_e_africanidades.pdf. Acesso em 01.04.2020 pelas 12h04.
- ALBERT, Michael. *Après le capitalisme: Eléments d'économie participaliste*. Marseille: Agone, 2003.
- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. *Lua Nova*, São Paulo, n. 80, p. 71-96, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452010000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 Dec. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452010000200004>.
- ASSMANN, Hugo. *Metáforas Novas para Reencantrar a Educação: Epistemologias e didática*. 4.ed. Piracicaba: UNIMEP, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. *Danos Colaterais. Desigualdades Sociais Numa Era Global*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BENSAID, Daniel. *Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BOFF, Leonardo. *Saber Cuidar: Ética do Humano - Compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOULAGA, F. E., *La Crise du Muntu. Authenticité africaine et philosophie*. Paris: Présence Africaine, 1977.
- BRAVIN, Rodrigo; PAIVA, Jacyara Silva; PINEL, Hiran. *As relações entre pedagogia social, educação social e educação popular no Brasil: saberes fazeres de resistência, produzindo subjetividades resilientes*. *Rev. Ed. Popular*, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 4-24, maio-ago. 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/50913/29809>. Acesso em 09.jul.21.
- CAMARGO, João. *Justiça climática a revolução contra o colapso*. In. REVISTA ESQUERDA. *O capitalismo é a crise: Justiça climática, democracia, alternativas*. nº 2, edição anual, março 2020. Disponível em: <https://www.esquerda.net/>. Acesso em 25/05/20.

CELAM. *Documento de Aparecida*: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e do Caribe. Brasília: CNBB; São Paulo: Paulus; Paulinas, 2007.

COELHO, A. S.; RODRIGUES, A. M. E.; WANDERLEY, L. E. W. Utopia como potencial crítico da Modernidade Capitalista. *EDUCAÇÃO E FILOSOFIA*, v. 32, n. 65, 30 ago. 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/40592>. Acesso em 27/Junho/2020.

COELHO, Allan da Silva. *CAPITALISMO COMO RELIGIÃO: Walter Benjamin e os Teólogos da Libertação*. São Paulo: Recriar, 2021.

DUMÉNIL, Gérard; LÉWY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. Tradução Paulo Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo: Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELÉAGE, Jean-Paul e BRUN, Frédéric. *L' équivoque non gouvernementale*. *Écologie et Politique, Sciences, Culture, Société*, n. 20, Printemps, 1997.

DEMO, Pedro. *Desafios modernos da Educação*. 16.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

DUSSEL, Enrique. *16 Tesis de Economía Política: Interpretación Filosófica*. México: Siglo XXI Editores, 2014.

DUSSEL, Enrique. *20 teses de Política*. São Paulo: Clacso\Expressão Popular, 2007.

DUSSEL, Enrique. *Ética Comunitária*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: 4.ed. Vozes, 2012.

DUSSEL, Enrique. *Hacia un Marx desconhecido. Un comentario de los manuscritos del 61-63*. México: Siglo XXI, 1988.

DUSSEL, Enrique. *Paulo de Tarso: Na Filosofia Política Atual e Outros Ensaio*. São Paulo: Paulus, 2016.

DUSSEL, Enrique. *Política da Libertação: História mundial e crítica*. Vol I. Passo Fundo: IFIBE, 2014.

FERREIRA; SCHMIDT, et al (org). *Clima de Tensão: Ação Humana, Biodiversidade e Mudanças Climáticas*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2017.

- FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Trad. Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FRANCISCO, Papa. *FRATELLI TUTTI: SOBRE A FRATERNIDADE E AMIZADE SOCIAL*. Carta Encíclica do Sumo Pontífice Francisco. São Paulo: Paulus, 2020.
- FRANCISCO, Papa. *Laudato Si`. Louvado Sejas. Sobre o cuidado da casa comum*. Carta Encíclica do Sumo Pontífice Francisco. Série: Documentos do Magistério. São Paulo: Paulus; Loyola, 2015.
- FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários À Prática Educativa*. 53 ed. Rio de Janeiro\São Paulo: Paz e terra, 2016.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do Oprimido*. 3ª Impressão. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 54 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2013.
- FREIRE, Paulo. *Política e Educação*. Organização de Ana Maria Araújo Freire. 2 ed. Rio de Janeiro\São Paulo: Paz e terra, 2015.
- GADOTTI, M. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum, p. 10-32. Revista Dialogos: pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/3909/2386>. Acesso em 09.jul.21.
- GIDDENS, Antony. *O mundo em descontrolé. O que a globalização está fazendo em nós*. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- GIRARDI, Giulio. *Os Excluídos construirão a nova história?* São Paulo: Editora Ática S.A, 2009.
- GOHN, Maria da Glória (Org.). *Movimentos Sociais No Início do Século XXI: Antigos e Novos Atores Sociais*. 7 ed. 2ª Reimpressão. Petrópolis: Vozes, 2019.
- GOHN, Maria da Glória. Rev. Bras. Educ. 16 (47), Ago 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>. Acesso em 10.out.2021.
- GRUSCHKA, Andreas. *Frieza Burguesa e Educação: A frieza como mal-estar da cultura busrgueza na educação*. Campinas: Autores Associados, 2014.
- GUÉRIOS, Ettiène; STOLTZ, Tania. *Educação e Alteridade*. São carlos: Edufscar, 2010.
- HARRIBEY, Jean-Marie. *Marxisme écologique ou écologie politique marxienne*. Dictionnaire Marx contemporain. Paris: PUF, 2001.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: História e Implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HILDEBRAND, Sandy. *O que é justiça climática?* Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2016/02/19/o-que-e-justica-climatica/>. Acesso em 25. Maio. 2020.

HINKELAMMERT, Franz. *Mercado versus Direitos Humanos*. Tradução Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Paulus, 2014.

HONÓRIO, Cláudia; KROL, Heloísa da Silva. *A CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA DE FRANZ HINKELAMMERT AO PROJETO ÉTICO DE LIBERTAÇÃO FORMULADO POR DUSSEL*. **Revista Eletrônica do CEJUR**, [S.l.], dec. 2008. ISSN 1981-8386. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cejur/article/view/16758>>. Acesso em: 27 june 2020.

KHALID, Mansour. *Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum*. Disponível em: http://www.ecobrasil.eco.br/site_content/30-categoria-conceitos/1003-nosso-futuro-comum-relatorio-brundtland. Acesso em 23. Jan. 22.

KISWAHILI. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Swahili-language>. Acesso 23 jan.2022.

LAMBERTINI, Marco, et all. *Living Planet Report - 2018: Aiming Higher*. Grooten, M. and Almond, R.E.A.(Eds). WWF, Gland, Switzerland: 2018. Disponível em: https://www.wwf.org.uk/sites/default/files/2018-10/LPR2018_Full%20Report.pdf, acesso em 29.03.2020 pelas 11h33.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: O neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e poder*. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Otrh. Petropolis: Vozes, 2019.

LOPES, Carlos. *Crescimento económico e desigualdade: As novidades pós-Consenso de Washington*. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 94 | 2011, publicação online no dia 01 outubro 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/1475>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.1475>. Acesso em 31.marc.2021.

LÖWY, Michael. *Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista*. Caderno CRH.v.26 n.67, p.79-86,abr.2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v26n67/a06v26n67.pdf>. Acessado em: 07set. 2018.

LÖWY, Michael. *Ecossocialismo: um novo projeto para a esquerda radical*. Publicado na revista da Resistencia, em março de 2020. Disponível em: <https://resistenciapsol50.com.br/2020/04/19/ecossocialismo-um-novo-projeto-para-a-esquerda-radical/>. Acesso em 09.jul.21.

LÖWY, Michael. *que é o Ecosocialismo?* 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

LOUREIRO, C.F.B. *Trajatória e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004.

MARQUES, Maria Rosa; UGINO, Kimie Camila. *O Brasil é chamado à ordem*. Disponível em: <https://doi.org/10.18315/argum..v9i3.17944>. Acesso em 05.04.2020 pelas 12h13.

Marx, Marx; Engels, Friedrich. *Teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

MILANEZ, Bruno; FONSECA, Igor Ferraz. Justiça climática e eventos climáticos extremos: uma análise da percepção social no Brasil. REVISTA TERCEIRO INCLUÍDO - ISSN 2237-079X – NUPEAT–IESA–UFG, v.1, n.2, jul./dez./2011, p.82 – 100, Artigo 13. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teri/article/view/17842>.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. Nova Edição Ampliada. São Paulo: Boitempo, 2008.

MUCACHE, Cornélio Raimundo. *A práxis Pedagógica em Tempos de Neoliberalismo: Um ensaio filosófico de educação*. 1.ed. Curitiba: Appris, 2019.

MUCACHE, Cornélio, 2020, p.94-07, Resenha do livro: Enrique Dussel (2015). *Filosofia da Libertação: Crítica à Ideologia da Exclusão*. 5ª reimpressão, São Paulo: Paulus, 157 pp. CUADERNOS CHILENOS DE HISTORIA DE LA EDUCACIÓN n.º14. Santiago de Chile, 2020, ISSN 0719-3483, Disponível em: <http://www.historiadelaeducacion.cl/index.php/home/article/view/158/151>, acesso em 13.jun.2021.

MÜHL, Henrique, Eldon. Agir comunicativo e educação libertadora: descolonização do mundo da vida como tarefa educativa. *Revista Espaço pedagógico*. Faculdade de Educação. Vol.8, Número 1, julho 2001, Passo Fundo: UPF editora, 2001.

NOEL, Jean-Christophe. *Justiça/Justiça Social* (verbete). In Danilo Streck, E. Redin, & J. J. Zitkoski (org). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.

O'CONNOR, James. *Natural Causes: Essays in Ecological Marxism*. New York: The Guilford Press, 1998.

OLIVEIRA, Sofia. *Mapa das resistências*. In. REVISTA ESQUERDA. *O capitalismo é a crise: Justiça climática, democracia, alternativas*. n° 2, edição anual, março 2020. Disponível em: <https://www.esquerda.net/>. Acesso em 25/05/20 pelas 20h48.

PANSARELLI, Daniel. *Filosofia Latino-Americana. A partir de Enrique Dussel*. São Bernardo: UFABC, 2013.

PAPA FRANCISCO. *Discurso na 75ª Assembleia Geral da ONU em 2020*. Disponível em: <https://www.ecoamazonia.org.br/2020/09/papa-cultura-descarte-atentado-humanidade-onu-oficina-paz/>. Acesso em 19.Jun.2020, pelas 11h42.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. *Docência no ensino superior*. São Paulo: Cortez, 2002.

RIBEIRO, Marlele. *Luta* (verbetes). In Danilo Streck, E. Redin, & J. J. Zitkoski (org). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.

ROCKSTRÖM, Johan, et al. *Planetary Boundaries 2.0 – new and improved*. Stockholm Resilience Centre, Stockholm. Janeiro 2015. Disponível em: <https://www.stockholmresilience.org/research/research-news/2015-02-19-applying-resilience-thinking.html>. Acesso em 04.03.2020 pelas 10h20.

RODRIGUES, Arlindo Manuel Esteves. *Ecosocialismo: uma utopia concreta estudo das correntes ecosocialistas na França e no Brasil*. Tese de Doutorado defendido no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo: PUC-SP, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/361>. Acesso em 20/02/2020.

RODRIGUES, M. Esteves; WANDERLEY, W. Eduardo Luis (Orgs.). *Utopia, Ética, Religião: A construção de um novo mundo*. São Paulo: Educ, 2019.
SANSON, César. *As novas configurações no mundo do trabalho em tempos de mundialização do capital*. In Orso, José Paulino et al (Orgs.). *Sociedade Capitalista, Educação: e as lutas dos trabalhadores*. São Paulo: Editora OUTRAS EXPRESSÕES, 2014.

SANTOS, KELLY REGINA FERREIRA; Souza, Ivan Clementino. *O IMPERATIVO CATEGÓRICO KANTIANO*. 2017: Congresso Interdisciplinar - Responsabilidade, Ciência e Ética - ISSN: 2595-7732. Disponível em: <http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/cifaeg/issue/view/19>. Acesso em 08.julh.21.

SERAGELDIN, Ismaili. *A fome é um holocausto silencioso*. Academia Brasileira de Ciências, 2019. Disponível em: <http://www.abc.org.br/2019/04/24/a-fome-e-um-holocausto-silencioso-que-nao-gera-debate-diz-cientista/>. Acesso em 30. jun.2019.

SMITH JR. Et al. *Icebergs como ecossistemas lagrangianos únicos nos mares polares*. Vol. 5: 269-287 (volume de publicação em janeiro de 2013). Publicado pela primeira vez online como uma revisão antecipada em 28 de agosto de 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-marine-121211-172317>. Acesso em 10.04.2020 pelas 19h01.

SOKONA, E. et al. (eds.). Cambridge University Press, Cambridge, UK, and New York. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar5/wg3/> . Acesso em: 20/Março/2020.

SOUZA, Roseli Trevisan Marques de; CATANI, Afrânio Mendes. *Educação escolar e educação social: Uma interação a favor da cidadania*. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/download/9388/6292/>. Acesso em 24. set.2020.

SUNG, Jung Mo. *Desejo, mercado e religião*. Petrópolis: Vozes, 1998.

SUNG, Jung Mo. *É obsceno, mas é bom ter algo que poucos têm!*. Cultura Vozes, Petrópolis, v. 93, n.02, p. 158-167, 1999.

SUNG, Jung, Mo. *Idolatria do Dinheiro e Direitos Humanos. Uma Crítica teológica do novo mito do capitalismo*. São Paulo: Paulus, 2018.

SUNG, Jung, Mo. *Idolatria: uma chave de leitura da economia contemporânea?* In: BRITO, E. J. C.; GORGULHO, G. (org.). *Religião ano 2000*. São Paulo: Loyola-CRE/PUC-SP, 1998.

SUNG, Jung, Mo; DA SILVA, Josué Candido. *Conversando sobre ética e sociedade*. 18 ed. 1ª Reimpressão. Petrópolis: Vozes, 2017.

SUNG, Jung, Mo; DA SILVA, Josué Candido. *Conversando sobre ética e sociedade*. 18 ed. 1ª Reimpressão. Petrópolis: Vozes, 2017.

SVAMPA, Maristella. *Até onde vão os movimentos pela justiça climática?* Revista Nueva Sociedad, Dezembro 2020, ISSN: 0251-3552. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/4.EP20_Svampa.pdf. Acesso em 11.out.2021.

VIEIRA, Rufino Antonio; SEZYSHTA, Jose Arivaldo. *A importância da Exterioridade Marxiana em Dussel*. In CARBONARI, César Paulo et al (ogs). *Filosofia e Libertação: Homenagem aos 80 anos de Enrique Dussel*. Passo Fundo: IFIBE, 2015.

WELZER, Harald. *Guerras Climáticas: Por que mataremos e seremos mortos no Século XXI*. Tradução William Lagos. São Paulo: Geração, 2010.

WELZER, Harald. *A GUERRA DA ÁGUA: Por que mataremos e seremos mortos no Século XXI*. Tradução William Lagos. São Paulo: Geração, 2016.

YUMASHEV, D., HOPE, C., SCHAEFER, K. et al. *Implicações da política climática do declínio não linear do permafrost da terra do Ártico e de outros elementos da criosfera*. Nat Commun 10, 1900 (2019). Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41467-019-09863-x>. Acesso em 10.04.2020, pelas 19h21.

ZAMBAM, Neuro José. *O modelo de desenvolvimento sustentável: referências para a construção de uma fundamentação moral*. In PANSARELLI, Daniel (Org). *Filosofia latino-americana: Suas potencialidades, seus desafios*. São Paulo: Terceira Margem, 2013.

Websites:

350.ORG. Disponível em: <https://350.org/>. Acesso em 02.marc.2020.

AGÊNCIA PORTUGUESA DE NOÍCIAS – VOA. Exploração ilegal de madeira em Moçambique é superior a 90 por cento. Disponível em:

<https://www.voaportugues.com/a/exploracao-ilegal-de-madeira-em-mocambique-e-superior-a-90-por-cento/1964531.html>. Acesso em 17.jul.21.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) -

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

BIBLIOTECA Enrique Dussel em: <https://www.enriquedussel.com/obras.html>.

BIBLIOTECA PROF. PAULO DE CARVALHO MATTOS. *Tipos de Revisão de Literatura*. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>. Acesso em 28 Dez 2020.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Disponível em: <https://cebds.org/>. Acesso em 02.marc.2020.

CONTRIBUIÇÕES PARA A CONFERÊNCIA RIO+20: DOCUMENTO CONJUNTO “ACORDO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”. Disponível em:

https://dowbor.org/ar/11cdes_propostas_rio_20.pdf. Acesso em 30. Jun.2020.

ECODEBATE. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2016/02/19/o-que-e-justica-climatica/>. Acesso em 11.out.2021.

FILOSOFIA POP. O melhor dos mundos possível. Disponível em:

<https://filosofiapop.com.br/texto/o-melhor-dos-mundos-possivel/>. Acesso em 30.mai.2021.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/programas/povos-indigenas-no-brasil>. Acesso em 11.out.2021.

NOVICIADO. Disponível em: Cf <https://oquee.space/dicionario/noviciado/>. Acesso em 23 jan, 2022.

MANIFESTO ECOSOCIALISTA INTERNACIONAL: contribuições para a construção da tese ecossocialista informações sistematizadas. Disponível em: http://www.alternativaterrazul.org.br/wpcontent/uploads/2011/08/Cartilha_Ecossocialismo.pdf Acesso em 27.Junho.2020.

O EFEITO ESTUFA. Disponível em: <https://www.world-nuclear.org/information-library/energy-and-the-environment/climate-change-the-science.aspx>. Acesso em 05.04.2020 pelas 16h54.

OXIFAM. *injustiça que supõe a pobreza*. Disponível em:

https://www.oxfam.org.br/noticias/relatorio_davos_2016, acesso 05\03\2020, pelas 22h40.

OXIFAM. *A distância que nos une*. Disponível em:

https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf.

OXIFAM. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en>. Acesso em 11.out.2021.

PACHAMAMA. Disponível em: <http://www.abracocultural.com.br/pachamama/>. Acesso em 04.04.2020 pelas 10h13.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (IPCC): Summary for Policymakers. In: Climate Change 2014: Mitigation of Climate Change. Contribution of Working Group III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. O. Edenhofer, R. Pichs-Madruga, Y. Sokona, E. Farahani, S. Kadner, et al. (eds.). Cambridge University Press, Cambridge, UK, and New York. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar5/wg3/>. Acesso em: 20/Março/2020.

PLATAFORMA DE DW. *Moçambique: Mineira Vale condenada a pagar indemnização a camponeses*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-mineira-vale-condenada-a-pagar-indemniza%C3%A7%C3%A3o-a-camponeses/a-56373311>. Acesso em 17.jul.21.

REATORES MUNDIAIS DE ENERGIA NUCLEAR E REQUISITOS DE URÂNIO. Disponível em: <https://www.world-nuclear.org/information-library/facts-and-figures/world-nuclear-power-reactors-archive/reactor-archive-june-2016.aspx>. Acesso em 05.04.2020 pelas 16h31.

RELATÓRIO PLANETA VIVO. Disponível em: https://www.natureza-portugal.org/o_que_fazemos/por_um_planeta_vivo/o_relatorio_planeta_vivo/. Acesso em 22.03.2020 pelas 11h28.

REVISTA CAPITALISM, NATURE AND SOCIALISM, ECOLOGIA POLÍTICA. Disponível em: <https://www.ecologiapolitica.info/?p=3630>. Acesso em 11.out.2021.

REVISTA ESQUERDA. *O capitalismo é a crise: Justiça climática, democracia, alternativas*. nº 2, edição anual, março 2020. Disponível em: <https://www.esquerda.net/>. Acesso em 25. Maio. 2020.

SAVANA. *Antigos reitores alertam: Democracia acadêmica minada*. Disponível em: <http://jornal.savana.co.mz/>. Acesso em 09.jul.21.

TIPNIS. Disponível em: <http://www.tipnisesvida.net/datos.htm>. Acesso em 04. 04. 2020 pelas 10h03.